



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

RICHARD MICHAEL ALVES

O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR COMO TERRITÓRIO CRIATIVO

Salvador
2011

RICHARD MICHAEL ALVES

O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR COMO TERRITÓRIO CRIATIVO

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola da Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção ao grau de Mestre Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ferreira
Co-orientadora: Profa. Dra. Tânia Fisher

Salvador
2011

Escola de Administração - UFBA

A474 Alves, Richard Michael

O Centro Antigo de Salvador como território criativo / Richard Michael
Alves. – 2011.
120 f.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Ferreira.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia,
Escola de Administração, Salvador, 2011.

1. Criatividade nos negócios. 2. Desenvolvimento econômico – Aspectos
sociais. 3. Cultura. 4. Centros históricos – Salvador (BA). 5. Pensamento
criativo. 6. Criatividade. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de
Administração. II. Título.


CDD – 658.409



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE
RICHARD MICHAEL ALVES DO CURSO DE MESTRADO
MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira** (CIAGS/UFBA - Orientador), pela **Profa. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer** (CIAGS/UFBA) e o **Prof. Dr. Vinicius Nobre Lages** (SEBRAE) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **"O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR COMO TERRITÓRIO CRIATIVO"** de autoria de **Richard Michael Alves**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser Aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 23 de setembro de 2011.


Prof. Dr. Fábio Almeida Ferreira
(CIAGS/UFBA - Orientador)


Profa. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer
(CIAGS/UFBA)


Prof. Dr. Vinicius Nobre Lages
(SEBRAE)


Sr. Richard Michael Alves
(Mestrando)

RICHARD MICHAEL ALVES

O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR COMO TERRITÓRIO CRIATIVO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Diederichs Fisher
Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Fábio Ferreira
Doutor em Comunicação
University of Texas at Austin

Dr. Vinicius Lages
Doutor em Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília (UNB)

A todos que me proporcionam o privilégio da amizade, do amor e da convivência ao longo da vida. Pessoas que me alegram quando vejo suas conquistas e que também se enchem de contentamento com as minhas vitórias.

AGRADECIMENTOS

É muito bom ter muitos a quem agradecer por sua generosidade comigo...

Minha mãe Carla Alves; meus irmãos Daniel, Nayara e Ana Caroline; minhas sobrinhas Bia e Ana Raquel. Família querida, companheira nesta jornada de superação, conquistas e alegrias que tem sido nossas vidas.

Flávia, pessoa especial, junto a qual tenho o privilégio de compartilhar sonhos, superações, ideais e realizações. A toda sua família pelo carinho e acolhida.

Companheiros do SEBRAE, instituição que se tornou minha maior escola de vida, em especial aqueles que tiveram paciência e bondade de enxergar minhas melhores intenções em todas as atitudes.

À professora Tânia Fisher, pelo apoio e orientação em todos os momentos desta jornada, e, principalmente, seu empreendedorismo em colocar à disposição da sociedade tão importante programa na área de desenvolvimento e gestão social. Ao professor Fábio Ferreira, que se dedicou de forma tão generosa na orientação para a construção deste trabalho.

Aos colegas de jornada da turma 3 do Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social, cúmplices na construção do conhecimento, companheiros nas alegrias e angústias.

Tantos amigos e pessoas as quais ao longo dos anos tenho a oportunidade de compartilhar momentos de vida, dos mais passageiros aos mais intensos, mas todos igualmente importantes.

A nossa casa, o nosso bairro, a nossa cidade. Os nossos territórios basilares, formadores das nossas histórias, memórias e identidades. Territórios e memórias cada vez mais transformados por um incessante crescimento urbano, por uma lógica de desenvolvimento econômico carente de valores humanos elementares, e por acessos a redes informacionais que nos conectam ao mundo, e que nos revelam nossas similaridades e diferenças. Como toda cidade contemporânea, assim é nossa Salvador, a cidade mãe do Brasil. Cidade de profundas diferenças sociais, reveladas cotidianamente em cada rosto, em cada forma de viver e sentir seus espaços. Cidade que cada vez se espraia sobre outras, rasgando fronteiras, derrubando, construindo, tentando conservar, tentando destruir. Lugares, paisagens, memórias. Cidade que se revela na sua diversidade, a cada geração, nas suas festas, na sua arte, na sua comida, nas suas culturas. Cidade carregada de história e simbolismos, cujos planos urbanos teimam em ignorar. Somente uma nova lógica, pautada num desenvolvimento baseado na cultura, poderá gradativamente inaugurar um processo, abrindo novas possibilidades de aproveitamento do potencial que Salvador já possui.

Márcio Meirelles

RESUMO

Esta dissertação-projeto foi desenvolvida com o objetivo de avaliar como determinados espaços urbanos podem descrever um desenvolvimento socioeconômico a partir dos seus ativos criativos e, para isso, contou com três etapas principais. A primeira delas consistiu no levantamento dos referenciais teóricos a partir da análise dos conceitos relacionados em como a cultura, através das suas mais diversas manifestações, pode gerar bens e serviços econômicos. Seguindo a linha de pensamento, chega-se ao tema Indústrias Criativas, mostrando sua evolução para um conceito mais ampliado, o de Economia Criativa, e ainda, como a criatividade presente em determinados espaços pode conformar os Territórios Criativos, sendo que esse se constituiu como principal marco teórico deste trabalho. A segunda etapa deteve-se na caracterização do território a partir do documento produzido pelo Governo da Bahia em parceria com a UNESCO, intitulado Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, escolhido como objeto empírico desta dissertação. Esse documento apresenta um diagnóstico do território, abordando aspectos históricos, sociais, econômicos, ambientais e todas as variáveis decorrentes de cada um deles, ao final apresenta um plano de intervenção construído coletivamente pelos poderes públicos, sociedade civil e atores locais. O terceiro objetivo buscou elementos a partir das referências conceituais de Território Criativo inter-relacionando-os com a análise do Plano de Reabilitação, para daí extrair as propostas de intervenção de forma coerente com os referenciais teóricos adotados e complementar ao plano de desenvolvimento existente. As proposições apresentadas têm a pretensão de indicar perspectivas e sugerir ações como incrementar o desenvolvimento socioeconômico do Centro Antigo através do aproveitamento dos ativos criativos existentes e potenciais, com a intenção de proporcionar melhoria qualidade de vida da população residente e desenvolvimento sustentado do território.

Palavras-chave: Economia da cultura. Indústrias criativas. Economia criativa. Cidades criativas. Territórios criativos. Centro Antigo de Salvador.

ABSTRACT

This thesis-project was developed to evaluate how certain urban areas can expect from a socio-economic development of their creative assets and, therefore, had three main steps. The first consisted of the survey from the theoretical analysis of related concepts such as culture, through its various manifestations, can produce economic goods and services. Following the line of thought comes to the creative industries theme showing its evolution to an even broader concept, the Creative Economy, as well as the creativity present in certain areas can conform the creative territory, and this was constituted as a major milestone this theoretical work. The second stage is held in the characterization of territory from the document produced by the Government of Bahia in partnership with UNESCO, entitled Participatory Rehabilitation Plan of the Old Town of Salvador, chosen as the empirical object of this dissertation. This paper presents a diagnosis of the territory, focusing on historical, social, economic, environmental and all variables due to each of them, the end has an action plan built collectively by government, civil society and local actors. The third stage sought information from the conceptual frameworks of creative Territory interrelating them with the analysis of the Rehabilitation Plan to take out the interventions consistent with the theoretical frameworks adopted and complement the existing development plan. The propositions have the intention to point out perspectives and suggest actions to improve the socioeconomic development of the Old Town through the creative use of existing assets and potential, with the intention of providing improved quality of life of population and sustainable development of the territory.

Keywords: Cultural economics. Creative industries. Creative economy. Creative cities. Creative territories. The old centre of Salvador.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos Resumo	37
Quadro 2 – Análise do Território	75
Quadro 3 – Visão Estratégico do Plano.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Centro Antigo de Salvador.....	48
Figura 2 – Processo de Intervenção – Território Criativo.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAMI	Centro Administrativo Municipal Integrado
CAS	Centro Antigo de Salvador
CEF	Caixa Econômica Federal
CHS	Centro Histórico de Salvador
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia
DCMS	Department for Culture Media and Sport
ERCAS	Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PED-RMS	Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador
PERSH	Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador
PHP	Parque Histórico do Pelourinho
PIB	Produto Interno Bruto
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROHAP	Projeto Habitacional do Pelourinho
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR	Secretaria de Turismo da Bahia
SIGIOR	Sistema da Gestão Estratégica Orientada para Resultados
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S.A

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A CRIATIVIDADE COMO ELEMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	17
2.1	CULTURA E DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DOS BENS E INDÚSTRIAS CULTURAIS	19
2.2	INDÚSTRIAS CRIATIVAS	24
2.3	ECONOMIA CRIATIVA	28
2.4	CIDADES CRIATIVAS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS	32
3	CRIATIVIDADE EM TERRITÓRIOS: A EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA SOCIAL NO VELHO CONTINENTE	41
4	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO – CENTRO ANTIGO DE SALVADOR (CAS)	47
4.1	CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS	49
4.2	CARACTERÍSTICAS DE INFRAESTRUTURA E OCUPAÇÃO	51
4.3	CARACTERÍSTICAS sociais E DE SEGURANÇA PÚBLICA	58
4.4	CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS	61
4.5	CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS E NEGÓCIOS CULTURAIS	65
4.6	PLANO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR	71
4.7	MACROESTRATÉGIA DO PLANO DE REABILITAÇÃO	75
4.7.1	Proposições do Plano de Reabilitação – 2010/2014	77
5	PROPOSIÇÕES PARA POTENCIALIZAR O CENTRO ANTIGO COMO TERRITÓRIO CRIATIVO	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERENCIAS	100
	ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta dissertação é apresentar uma proposta de intervenção para potencializar o Centro Antigo de Salvador (CAS) como um território criativo. Para tanto, suas seções decorrentes irão destacar os principais conceitos que norteiam desde a relação dos indivíduos com a criatividade percorrendo sua aplicação aos espaços urbanos denominados territórios, passando por temas como economia criativa, considerando ainda como as diversas expressões culturais e as capacidades criativas das pessoas podem contribuir para um processo de desenvolvimento que proporcione a transformação da realidade sócio-econômica no território do Centro Antigo de Salvador.

Cidade de inúmeras riquezas culturais, oriundas principalmente de sua trajetória histórica e herança africana, Salvador expressa seus atributos criativos através da música, da dança, da culinária, da religiosidade, da arquitetura, das artes visuais e fortemente nos comportamentos presentes no cotidiano da sociedade, que agrupa toda essa riqueza em uma simbologia de baianidade.

Apesar de possuir essas potencialidades, a capital baiana, por outro lado, padece de imensas desigualdades sociais decorrentes de uma pobreza que assola a maior parte da população, carente de educação de qualidade, melhores condições de moradia, assistência à saúde, mas, principalmente, de políticas públicas adequadas para promover o desenvolvimento sócio-econômico.

Quando analisamos as diversas iniciativas de coesão social e desenvolvimento econômico que tomaram impulso a partir da temática cultural, fica evidenciado o poder transformador que poderá alcançar quando associada a programas e políticas públicas bem estruturadas a exemplo do que ocorre em diversos países.

Estimular mecanismos para que a criatividade possa contribuir na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos torna-se, assim, questão estratégica para territórios, pois, além da nobreza da própria dimensão simbólica que a cultura naturalmente representa para uma sociedade, o grande desafio está relacionado à sua capacidade de contribuir na dimensão sócio-econômica.

A primeira direção deste trabalho foi encaminhada para a busca do entendimento dos conceitos teóricos relacionados à economia da cultura e das

indústrias culturais, baseando-se nesses pilares iniciais para a abordagem da relação entre cultura e a geração e distribuição de riqueza para a sociedade. Nesse percurso foi sendo desvelada a evolução que ocorre para as abordagens relacionadas às indústrias criativas, constituindo uma ampliação do campo das indústrias culturais, e, por fim, de autores, a exemplo de Howkins, Hartley e Reis, que defendem até mesmo a existência de praticamente um novo campo econômico, a Economia Criativa, que envolve uma gama de atividades relacionadas à produção intelectual.

Partindo do pressuposto que a cultura pode gerar desenvolvimento em espaços físicos determinados, o desdobramento do trabalho foi conhecer como a economia criativa se relaciona com territórios, o que direcionou a pesquisa para o mergulho nas temáticas vinculadas às cidades criativas e para a possibilidade de ocorrerem subdivisões para territórios criativos dentro dos espaços urbanos. Também foram consideradas as vivências práticas da experiência denominada “Residência Social”, realizada na Espanha e Portugal ao final do ano de 2010 e que consta como parte integrante do programa de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social.

Este trabalho pretende apresentar uma dissertação-projeto e assim os fundamentos teóricos utilizados deverão ser entendidos como referenciais de suporte a uma proposta focada no campo empírico, a partir da análise de um documento já elaborado para o território do Centro Antigo de Salvador, o Plano de Reabilitação Participativo.

O documento citado foi utilizado na etapa seguinte à construção do referencial conceitual, que consistiu na análise de uma situação concreta do local que reunisse condições para ser considerado como um território criativo, que apresentasse grande representatividade da história, cultura, atividades econômicas e que apresentasse a necessidade de buscar novas alternativas de desenvolvimento para as pessoas. Reunindo essas características, o CAS apresentou-se de forma bastante atrativa para um processo de avaliação da realidade instalada, pois além das características culturais intrínsecas já citadas, tem ainda importância turística para a cidade e apresenta enormes desafios relacionados aos seus problemas sociais, proporcionando um terreno fértil a uma ação com forte potencial transformador.

A análise e a proposição de ações para um território tão rico e denso cultural

e socialmente, certamente proporciona uma enorme responsabilidade, pois nos últimos anos muitas alternativas e ações têm sido tentadas pelos atores públicos e privados, sem resultados satisfatórios para a sociedade. Um pressuposto indica que provalmente intervenções demasiadamente reducionistas, tentando transformar o local em mero destino turístico, seriam as causadoras da pouca efetividade e sustentabilidade das iniciativas anteriores.

Diante das possibilidades relacionadas à criatividade em espaços urbanos observadas na primeira etapa do trabalho e a análise situacional do território, a proposta de intervenção deste projeto busca responder a seguinte pergunta chave: Como potencializar o Centro Antigo de Salvador como Território Criativo? Segundo Cardoso (1971, p. 67):

O sujeito empírico, antes de ser um definidor de situações aparece como um portador. De um lado, em que o processo é inconsciente, é portador de uma cultura – que lhe dita os hábitos, as maneiras como procede, as normas a seguir, as preferências, etc; de uma linguagem que lhe estrutura o pensamento. De outro lado, em que ele atua conscientemente, é portador de tudo aquilo que ele já “sabe” a respeito da coisa: através da experiência passada (individual, dos grupos e da sociedade), no que dela ficou guardado na memória, constituindo as prenoções; através das teorias codificadas que lhe servem de apoio, fornecendo-lhe as noções do que procura (conceitos, relações, previsões).

A experiência do autor adquirida na vivência profissional e acadêmica, aliada aos referenciais teóricos e dados secundários deste trabalho, conduziu à proposta de intervenção apresentada, sem, contudo, pretender sobrepor ou descartar outras iniciativas que poderão se somar ao processo de desenvolvimento sócio-econômico do território. Outro aspecto a ser considerado na elaboração de uma dissertação-projeto é sua relevância tanto para a sociedade quanto para o autor, ou mesmo para a academia, que tem a oportunidade de explorar os conhecimentos alicerçados no campo conceitual tornando efetiva sua aplicação ao campo empírico.

Entendendo a cultura como uma dimensão fundamental na promoção do desenvolvimento (LAGES, 2007, p. 13), a produção de um documento com essa pretensão se mostra com evidente relevância para a sociedade na medida em que propõe utilizar seus ativos culturais como insumos para o desenvolvimento e melhoria qualidade de vida das pessoas, criando um ciclo virtuoso em que a própria sociedade sofre o processo de alimentação e retroalimentação do seu desenvolvimento, utilizando e reciclando seus “estoques” culturais. É justamente

esse aspecto que se mostrou como o maior garantidor da sustentabilidade nas experiências visitadas durante a Residência Social e mesmo na investigação dos dados secundários em que se baseiam este trabalho. A sociedade torna-se protagonista, agente ativo do seu próprio processo de crescimento que, ao mesmo tempo, o transforma e é transformada por ele.

Embora Miguez (2007) destaque que os estudos da chamada “economia da cultura” completam mais de cinquenta anos, para muitos autores a abordagem de Economia Criativa representa um reordenamento das áreas do conhecimento existentes. Reis (2009), no entanto, aponta a relevância dessa nova abordagem como alternativa para novos processos de desenvolvimento capazes de preencher as lacunas do atual quadro sócio-econômico mundial. No Brasil, por exemplo, a produção de artigos, teses, estudos em torno da temática cresceu nos últimos dez anos e não obstante tratar-se de um fenômeno recente ainda apresenta poucos exemplos mais concretos na realidade brasileira. Assim, pode-se inferir que a linha condutora desta dissertação torna-se relevante para a academia na medida em que convergem os conceitos teóricos, a análise de um objeto empírico em um dado território e a efetiva proposta de intervenção adequada à realidade e ao momento histórico e político desse território.

As investigações realizadas mostram que algumas cidades buscam alternativas para tornar os espaços aprazíveis e capazes de proporcionar bem-estar à sua população, a despeito das consequências típicas decorrentes do crescimento urbano como superpopulação, mobilidade, violência, pobreza, degradação social, etc; e da mercantilização das relações nas diversas esferas. O Plano de Reabilitação utiliza a maior parte dessas problemáticas para descortinar a realidade do CAS, apontar a caracterização do território através de dados secundários e apresentar um grupo de propostas de intervenção. Essas propostas foram elaboradas com base na participação social por meio de Comitês Temáticos, espaços apontados como democráticos, abertos ao diálogo “e o diálogo pressupõe a desconstrução da hierarquia das diferenças” (SERPA, 2009, p. 143), logo, entende-se como legítimas as propostas apresentadas pelo Plano, não obstante apresentarem espaço para complementações das suas linhas de trabalho.

Os dados secundários e análise descritiva desta dissertação têm suas bases no Plano de Reabilitação e nas bibliografias complementares utilizadas, sendo que o plano pode ser classificado como o objeto empírico deste trabalho e sua escolha

deve-se aos argumentos já registrados: informações recentes, amplitude da abordagem, caráter técnico do diagnóstico e processo participativo com que foi construído.

A proposta de intervenção utilizada na seção final, além de guardar coerência com a experiência do autor e fundamento nos referenciais teóricos adotados, se propõe a tornar efetivas algumas contribuições do próprio Plano e acrescentar um nível de detalhamento prático para modelo de gestão do processo que não chega a ser abraçado pelo documento.

Para este autor, a oportunidade de convergir a experiência prática profissional acumulada ao longo dos anos a uma linha de investigação e estudo inovadora – a economia criativa e territórios criativos – representa uma grande oportunidade de experimentação e realização. Outro aspecto relevante está relacionado à possibilidade de apresentar uma proposta com a efetiva capacidade de contribuir para o bem-estar da sociedade e valorização da cultura e do território do Centro Antigo, maior símbolo da riqueza cultural baiana.

2 A CRIATIVIDADE COMO ELEMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao rememorar os primórdios da civilização verifica-se que os indivíduos viviam com poucos artigos pessoais os quais eram produzidos por conta própria, como as indumentárias e vestimentas, sendo que o processo de aprendizado e desenvolvimento intelectual ocorria pela observação da natureza e pelas experiências práticas acumuladas, as quais geraram, por exemplo, o domínio das ferramentas de caça e pesca e a “descoberta” do fogo.

Nesse período, a criatividade do homem era um elemento fundamental para sobreviver às dificuldades impostas pela natureza com a adaptação dos meios necessários à existência humana. Era preciso um processo de aprendizagem constante que, por sua vez, elevava a capacidade intelectual dos indivíduos. De acordo com Neves-Pereira (2007, p. 69), nesse momento evolutivo

originam-se as funções psicológicas superiores que representam ações tipicamente humanas, como: pensamento, linguagem, imaginação, memória e atenção voluntária, criatividade, raciocínio lógico e formal, entre inúmeras outras.

A evolução da humanidade gerou o desenvolvimento de soluções criativas, ou inovações e invenções como descreve Laraia (2001), na forma de novos produtos e processos que garantiriam maior conforto, segurança, saúde, acumulação de riquezas e satisfação às pessoas. Esses avanços induziram a uma crescente organização econômica que demandou a estruturação dos meios de produção para viabilizar a oferta dos produtos que se tornavam necessários e desejados pelos indivíduos.

As grandes transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram no mundo ao longo dos séculos geraram consequências diretas no modo de viver das pessoas, na sua forma de relacionar-se socialmente e nos seus hábitos de consumo. Laraia (2001, p. 7) afirma que “o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação”, o que significa a capacidade de obter conhecimento e aculturação a partir da prática do indivíduo e do grupo ao qual está inserido. Ainda na visão de Laraia (2001, p. 24):

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções.

A reorganização social ocorrida a partir do crescimento das zonas urbanas e da forte relação do ser humano com os bens de consumo criaram laços de dependência do indivíduo aos produtos e serviços que atendiam às suas necessidades e fez com que houvesse também uma forte subordinação do homem ao trabalho, em uma relação muitas vezes conflitante entre uma mera obrigação para a sobrevivência individual e a oportunidade para o desenvolvimento intelectual e elevação da posição social.

Ocorre que, gradativamente, o homem busca não somente atender suas necessidades básicas (alimentação, proteção térmica do corpo e segurança), mas também satisfazer necessidades ligadas ao ego através do *status* que determinados produtos geram para os seus detentores. De acordo com Lages (2007, p. 15), esse movimento está relacionado com o fato que “parte da população mundial tem sua base de consumo de bens materiais resolvida, as necessidades de consumo de bens intangíveis, que asseguram satisfação emocional”.

Assim, no século XX a humanidade passa de uma sociedade predominantemente industrial para uma sociedade que demanda inúmeros serviços, muitos dos quais decorrentes da busca por melhor saúde, educação, lazer e entretenimento. Conforme abordado por Lajes (2007), em função dessa mudança uma nova forma de consumo entra em curso com a frequente valorização dos aspectos simbólicos dos produtos tangíveis e também com a busca da satisfação e do prazer nas artes (música, teatro, dança, posteriormente o cinema, etc.), provocando uma nova postura no comportamento de consumo da sociedade.

Segundo Florida (2002), na era industrial o *ethos* da organização estava presente em todos os aspectos da vida e atualmente os indivíduos buscam liberdade, ambientes favoráveis às novas idéias e uma relação com tempo e trabalho que coincida com seus fluxos mentais. Ao grupo de pessoas que apresentam tais características, Florida denomina “classe criativa”, formada por *designers*, artistas, cientistas e inovadores de forma geral.

Vários países e cidades têm buscado estratégias e ações para incrementar o

aproveitamento do enorme potencial da cultura e da criatividade na geração de riqueza para sua população, crescendo as discussões e estudos sobre os temas correlatos os quais geram algumas derivações. Temas como Economia da Cultura e Indústrias Culturais, Economia Criativa e Indústria Criativa, Cidades Criativas e por fim Territórios Criativos constituem a principal base de referência conceitual para o objetivo de estudo desta dissertação-projeto.

2.1 CULTURA E DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DOS BENS E INDÚSTRIAS CULTURAIS

Inicialmente, faz-se necessário definir uma linha de abordagem para o termo cultura, pois sua noção muitas vezes apresenta vários significados, a depender do seu objetivo de análise.

Entre o século XVIII até início do século XIX o termo de origem germânica *Kultur* representava as dimensões espirituais de uma sociedade, e a palavra *Civilization*, de origem francesa, indicava essencialmente as realizações materiais de uma comunidade. De acordo com Laraia (2001), os dois termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que, segundo o autor (apud LARAIA, 2001, p. 14),

[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.

A cultura está presente em diversas dimensões do cotidiano, passando pelos modos de vida e comportamentos dos indivíduos, crenças, religiosidade, valores, práticas e identidades, perfazendo uma dimensão cultural simbólica. Para Spinola (2006, p. 38),

Em alguns contextos ela aparece como sinônimo de erudição ou educação acadêmica. No cenário midiático, cultura aparece geralmente associada ao mundo das artes: cinema, teatro, televisão, etc. Do ponto de vista sócio-antropológico, entretanto, a cultura é concebida de forma muito mais ampla. Trata-se de qualquer criação humana, real ou simbólica e que se expressa como modo de vida.

A cultura pode também ser considerada elemento impulsionador do desenvolvimento de territórios, como afirma Lages (2007, p. 13):

A Cultura é uma dimensão fundamental na promoção do desenvolvimento. Ela pode ser entendida como meio, processo em sua condição dinâmica, que constrói e modifica sistemas simbólicos. Mas também Cultura ou Desenvolvimento Cultural é fundamentalmente, um dos objetivos do desenvolvimento humano. A Cultura é mola propulsora, capaz de engendrar dinâmicas criativas, inovações, formas de representação capazes de modificar a base material do desenvolvimento e seus sistemas simbólicos, entendidos aqui enquanto valores, crenças, conceitos, símbolos, representações, arquétipos, idéias e identidades. Mas a Cultura pode ser também um obstáculo, freio, uma base de resistência às transformações, às mudanças, ao novo.

Para Enrique Iglesias, em pronunciamento na UNESCO (1997 apud SPÍNOLA, 2006), existem múltiplos aspectos na cultura de cada povo que podem favorecer o desenvolvimento econômico e social, sendo importante rever a agenda do desenvolvimento de modo que se torne mais eficaz na medida em que levará em conta potencialidades da realidade até então ignoradas.

Em muitos locais podem existir diversas potencialidades de origem cultural, e para esse conjunto a UNCTAD (2008, p. 69) denomina “capital cultural”, conceituando como algo intangível e próprio de cada sociedade, articulado pelos seus valores e identidade, independente do seu grau de desenvolvimento:

As tradições dos países oferecem um patrimônio único de músicas, artesanatos, artes visuais, rituais, danças, interpretações, contos e práticas culturais. Todas essas manifestações de cultura local e nacional são bens que representam um capital cultural, tanto intangível quanto tangível, na qual se baseia a vida das comunidades. Estes bens podem produzir uma completa gama de produtos criativos – bens e serviços (tanto comerciais quanto não comerciais) de conteúdo cultural, os quais são a expressão e a criatividade e o talento de sua gente.

As expressões culturais adquirem, atualmente, uma dimensão econômica importante na medida em que geram produtos artísticos diversos, os quais constituem a denominada economia da cultura. Por outro lado, elementos culturais também influenciam diversos setores econômicos por meio da inserção de atributos em produtos e serviços. Lages (2007, p. 14) esclarece essas duas possibilidades denominadas como Economia da Cultura e Culturalização da Economia:

Economia da cultura refere-se ao estudo econômico da produção de bens culturais, incorporando também a chamada economia criativa. Trata-se do estudo econômico da Cultura em sua dimensão produtora de riquezas, renda, emprego, negócios, tendo, inclusive, recortes setoriais específicos como a cadeia produtiva da produção musical, do audiovisual, de festas populares, da produção teatral, artística etc. Já a Culturalização da economia refere-se à agregação de valor que a Cultura, enquanto conjunto

dos sistemas simbólicos confere aos negócios ou às atividades econômicas. Trata-se, em essência, de como a Cultura, tanto em sua base material quanto imaterial, oferece às estratégias de inovação, gestão, marketing, design, conceitos e formatos de negócios.

Relevante ainda destacar que essa face da cultura para além das expressões simbólicas, com uma dimensão relacionada à economia, tem gerado o interesse de pesquisadores, representantes da esfera governamental e pelos próprios agentes relacionados ao mercado. Para Miguez (2007, p. 19),

O campo da economia da cultura já dispõe hoje, passados cinquenta anos dos marcos iniciais de sua constituição, de um considerável acervo de conhecimentos que lhe garantem a massa crítica e a substância indispensáveis à sua legitimação enquanto um campo singular de estudos e pesquisas. Uma intensa produção acadêmica, um significativo número de publicações, a proliferação de seminários, fóruns e congressos especializados e a preocupação crescente de governos, police makers, agências multilaterais e instituições não-governamentais sobre os múltiplos aspectos da economia da cultura, conforme já anotado mais atrás, têm vindo, cada vez mais, a garantir importância e robustez ao, podemos assim dizer, recém-constituído campo da economia da cultura.

Considerando a dimensão econômica da cultura, é necessário reconhecer que suas manifestações, para além da dimensão simbólica, podem ser entendidas como bens e produtos culturais. Para Spínola (2006), tais produtos podem se caracterizar como bens finais no momento que um indivíduo na condição de público consumidor se utiliza dele. De outra forma, os produtos culturais também podem ser bens intermediários quando tratarem-se de elementos contidos em outros produtos culturais. Como exemplo mais concreto de bem final podemos citar um DVD ou um espetáculo, que são produtos consumidos diretamente pelo público. No caso de uma música que compõe uma trilha sonora de um filme caracteriza-se como um bem intermediário. Além disso, os bens culturais podem ser divididos entre os considerados não reprodutíveis e com um consumo imediato (como nas artes performáticas onde o espetáculo é consumido no momento da apresentação) e os bens com vertente industrial como livros, discos e filmes.

Spínola (2006) aponta as características que a UNESCO concluiu, em sua conferência mundial realizada no México (1982), serem os atributos relacionados para caracterizar bens culturais:

- Representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
- Ser manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no

desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou

- Aportar testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou
- Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
- Constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham tornado vulneráveis por efeitos ou mudanças irreversíveis, ou,
- Estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias, ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de valor excepcional.

Ainda para Spinola (2006), os bens culturais compartilham com os demais bens e serviços econômicos o emprego na sua produção de recursos naturais, de capital, de trabalho e de outros elementos, notadamente de uma tecnologia específica que deriva de uma inspiração criadora.

Os bens culturais estão inseridos em um conjunto de atividades que usualmente tem sido denominada de indústria cultural, que, segundo a UNCTAD (2008), engloba a criação, produção e comercialização de conteúdos de natureza intangível.

A expressão *Indústria Cultural* aparece de forma estruturada a partir dos estudos desenvolvidos na Escola de Frankfurt¹ onde, de acordo com Machado (2009), “a produção de cultura na sociedade capitalista obedeceria aos mesmos princípios da produção econômica em geral, isto é, aqueles associados à lógica comercial, portanto, ao lucro”.

Reis e De Marco (2009, p. 28) nos trazem um exemplo que ilustra como podemos diferenciar a manifestação artística em si de uma atividade que esteja inserida na dimensão econômica da cultura:

Um músico que só toca em casa, um escritor que tem seu livro guardado, um artista visual que não expõe sua obra, são criadores e produtores de bens culturais, que porém não distribuem sua criação, não a põem em circulação – e portanto são obras que não concretizam seu potencial de consumo. Sob o enfoque econômico, trata-se de um fluxo incompleto: a produção se concretiza, encerra-se em si mesma. Não é distribuída, não circula, não chega aos outros. Se isso já é pernicioso e insustentável para qualquer bem ou serviço da economia (afinal o que é consumido estimula a

¹ A conceituação Escola de Frankfurt designa um conjunto de pensadores com atuação relacionada ao Instituto de Pesquisa Social (fundado no ano 1922) vinculado à Universidade de Frankfurt. Além disso, refere-se à Teoria Crítica, a qual o principal inspirador foi Max Horkheimer, tendo projeção pela análise da cultura de massa e de forma mais específica pelo conceito de indústria cultural.

oferta), para a cultura é ainda pior, já que os bens e serviços culturais que não circulam deixam de transmitir suas mensagens e seus valores.

Diante da diversidade cultural brasileira e o crescimento dos segmentos ligados à cultura nacional é possível verificar que existem oportunidades de desenvolvimento das cidades e do país tendo como base as indústrias culturais. No diz de Prestes Filho (2009, p. 77):

Admitindo-se que a indústria cultural caracteriza-se essencialmente pelas atividades realizadas nos setores econômicos do audiovisual, economia da imagem (TV, cinema e vídeo), editorial, economia do texto (livros, jornais e revistas), da indústria fonográfica, economia do som (estúdios de gravação, prensagem de discos, espetáculos), o Brasil tem condições de sustentar o desenvolvimento de uma indústria cultural de forma continuada e a taxas de crescimento relativamente elevadas.

Contudo, tal desenvolvimento não pode ser imaginado como mera obra do acaso ou que ocorra de forma significativa quando depende somente de um processo espontâneo. O desenvolvimento das indústrias culturais e da economia da cultura demanda ações coordenadas e estruturadas. Reis (2008) aponta necessidade de relações entre a sociedade civil, iniciativa privada e governo com papéis bem definidos e convergentes.

Quanto às justificativas para que a temática da economia da cultura seja objeto cada vez mais central pelos diversos atores institucionais, nos afirma Prestes Filho (2009, p. 79):

Pode-se dizer que três fatores justificam a eleição da economia da cultura como objeto de conhecimento: o primeiro é a propensão das atividades culturais gerar fluxos de renda e de emprego (fator econômico), o segundo a necessidade de se tomarem decisões sobre alocação de recursos públicos (fator político); em terceiro lugar, o fato da economia da cultura emergir, no plano teórico, como um novo objeto na economia política, pelo seu excessivo crescimento relativo na sociedade pós-industrial.

Ainda verificando a importância crescente do tema, constata-se que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) adotou recentemente essa nova área de economia como prioridade e nos apresenta a seguinte definição:

A economia da cultura é um setor estratégico e dinâmico, tanto pelo ponto de vista econômico como sob o aspecto social. Suas diversas atividades geram trabalho, emprego, renda e são capazes de propiciar oportunidades de inclusão social, em particular para jovens e minorias. Para isto contribui sobremaneira a característica intrínseca da economia da cultura de atuar com a diversidade.

Com o entendimento da dimensão econômica da cultura ocorre também uma ampliação do escopo de sua análise em decorrência da própria abrangência e variações relacionadas ao tema. A cultura pode ser expressa das mais diversas formas e linguagens, gerando produtos eminentemente culturais como espetáculos, livros, produção audiovisual, dentre outros. Observa-se ainda que elementos culturais estão cada vez mais presentes em produtos antes vistos como meramente industriais, a exemplo dos artigos do vesturário e dos móveis.

Além dos produtos culturais e produtos manufaturados que podem conter elementos culturais, fica também evidente o interrelacionamento de atividades como *design*, publicidade, jogos eletrônicos e outras atividades diretamente decorrentes da produção intelectual. A interdependência e relacionamento em maior ou menor escala dessas atividades começam a gerar o entendimento que todas poderiam conformar um conjunto que caracteriza as indústrias criativas e a economia criativa.

2.2 INDÚSTRIAS CRIATIVAS

Criatividade aplicada ao processo produtivo é o conceito chave para o entendimento do que são as indústrias criativas, pois a integração de elementos criativos gera inovação e diferenciação dos produtos e serviços.

Para Virgolim (2007), a criatividade seria o atributo mais importante que as pessoas podem contar para lidar com os desafios atuais onde as rápidas mudanças geram incertezas e turbulências, sendo ainda um tema de crescente interesse por pesquisadores das mais diversas áreas.

A linha humanista de pensadores que busca explicar o processo criativo aponta que o ser humano está no centro da produção criativa, sendo essa uma abordagem baseada em um determinismo biológico. No dizer de Neves-Pereira (2007, p. 70-71),

O ato de criar passou a ser concebido como ação de um sujeito dotado de atributos diferenciados, influenciado por contexto sociocultural, mas essencialmente determinado pelas qualidades e pelos traços próprios a esse sujeito. Poderia ser definido como um ato individual que gera produtos individuais, porém acontecendo um contexto grupal, coletivo.

Neves-Pereira (2007) explica que a psicologia soviética através do trabalho de Vygotsky aponta a relação entre criatividade (enquanto uma das funções superiores do homem) e o contexto cultural e o momento histórico. A autora cita que

existe um processo de retroalimentação na medida em que o contexto cultural influencia a criatividade e também o inverso.

Na abordagem que ressalta o papel do ambiente na influência direta dos processos criativos nos indivíduos, Alencar e Galvão (2007, p. 108-109) apontam que:

Com relação às características do ambiente sociocultural, observam-se diferenças entre sociedades quanto à extensão ou à profundidade com que são cultivados os traços de personalidade favorecedores da produção criativa e a respeito de que oportunidades são oferecidas para o desenvolvimento das habilidades e das potencialidades de cada indivíduo. Consta-se que valores diversos predominam em sociedades distintas com relação à inovação e ao talento criativo.

Ainda para Alencar e Galvão (2007, p. 103), a criatividade não seria um privilégio de artistas que utilizam esse recurso aplicado às artes, mas se configura como elemento presente nos mais diversos campos sociais e produtivos:

Embora a criatividade seja uma característica inerente ao ser humano, podendo se manifestar nos mais diversos campos de atuação, é indubitável que algumas áreas oferecem maiores possibilidades que outras para a sua expressão. Por exemplo, durante muitos séculos a área artística foi relacionada à criatividade, predominando a idéia de que seria nas belas-artes o domínio por excelência da expressão criativa. Somente em décadas mais recentes, contrariando a opinião dominante, concebeu-se que a criatividade não se limitava apenas às artes, podendo permear, em maior ou menor grau, as diferentes dimensões do fazer humano.

Ferreira (2008, p. 14) reforça esse argumento baseado em diversos autores, indicando que a “criatividade não se restringe ao trabalho de gênio, e pode ser expressa de diferentes formas, seja artístico, científico, cultural ou tecnológico.” Outra questão apontada por esse autor indica que a “criatividade das pessoas melhor floresce em um ambiente tolerante que aceita o novo e é capaz de transformar diferença em prática convergente e ação”.

Chegando à questão da criatividade aplicada à economia Bendassolli e outros (2009, p.11) expõem a relação direta entre o surgimento do conceito de “indústrias criativas” com o deslocamento do foco dos países para áreas da produção econômica vinculadas à produção intelectual e ao conhecimento:

O conceito surgiu inicialmente na Austrália no início da década de 1990, porém foi na Inglaterra que ganhou mais impulso (BLYTHE, 2001). O caso inglês é comumente usado como referência, devido ao seu pioneirismo e à associação do tema com uma agenda política e econômica. A Inglaterra

realizou um mapeamento detalhado das atividades criativas no país (DCMS, 2005) e conta com um Ministério de Indústrias Criativas.

Segundo o governo britânico, as Indústrias Criativas caracterizam-se por terem origem na criatividade, competência, talento individual e no potencial para criar riqueza e emprego, gerando e explorando a propriedade intelectual. São indicados 13 segmentos de indústrias criativas (elencadas no *Creative Industries 1998 Mapping Document*): publicidade, cinema e vídeo, arquitetura, música, mercados de arte e antiguidades, artes performáticas (teatro, opera, dança, música ao vivo, mímica e circo), jogos de computador e de vídeo, publicações, artesanato, *software*, *design*, televisão e rádio, *design* de moda. Na visão de Coutinho e outros (2007, p. 23):

As novas tecnologias (internet, celular, difusão digital – TV, cinema, fonogramas, obras literárias e acadêmicas etc.) criaram novos produtos, novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados, tornando a Economia da Cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento de muitos países. Podemos citar o exemplo da Inglaterra que tem hoje um ministério das indústrias criativas como marco da crescente importância queo setor vem adquirindo nas economias nacionais.

O modelo inglês como pioneiro é sempre indicado como importante referencial, mas que deve ser utilizado com cautela pelos demais países, buscando avaliar qual seria a efetiva aplicabilidade para cada realidade e os ajustes conceituais necessários, segundo Reis (2008, p. 19):

Compreendendo que é preciso aprofundar essa discussão em busca de um novo paradigma socioeconômico, mas eventualmente movidos por ingenuidade ou deslumbramento, vários países têm encarado a solução britânica como luz no fim do túnel do subdesenvolvimento, sem a necessária tradução do conceito às suas próprias realidades cultural, social e econômica.

A UNCTAD (2008) indica que as indústrias criativas englobam o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como insumos primários. Complementarmente, aponta ainda que as indústrias dessa nova economia são caracterizadas pela estrutura de mercado modular flexível que abrange desde artistas independentes e pequenas empresas até grandes grupos empresariais com forte poder nacional e internacional. Concordando com Santos- Duisenberg (2008, p. 67):

Na década atual, as indústrias criativas se tornaram um dos setores mais dinâmicos do comércio mundial. Até agora, nos anos 2000, o comércio de produtos e serviços criativos obteve um crescimento sem precedentes se comparado aos serviços mais tradicionais e às indústrias manufatureiras. Estima-se que essa rápida expansão continue nos próximos anos.

Nos países chamados desenvolvidos essas atividades estão se consolidando como uma alternativa estratégica para alavancar o desenvolvimento econômico, ocupação de pessoas e coesão social. Santos-Duisenberg (2008) observa a importância das indústrias criativas na Europa como responsáveis por uma movimentação econômica na ordem de €654 milhões com 4,7 milhões de pessoas empregadas em 2004. Ilustra ainda que no Reino Unido esse setor gera 8% do PIB nacional e em Londres representa uma em cada 5 pessoas empregadas. Na Dinamarca também é importante para a economia na medida em que engloba 16% das exportações, 12% dos empregos e representa 5,3% do PIB.

Florida (apud Santos-Duisenberg, 2008, p. 57) indica que a chamada classe criativa envolvia em 2004 mais de 30% dos trabalhadores nos Estados Unidos e representa 50% dos salários pagos, aproximadamente 1,7 trilhão de dólares.

Apesar do enorme potencial muitos países ainda não aproveitam de forma satisfatória as oportunidades, tendo como principal obstáculo para maiores avanços do setor criativo a fragilidade nas políticas internas. Seria necessário incrementar a capacidade de formulação e a execução das políticas públicas para o aproveitamento dos ativos culturais transformando-os em negócios criativos sustentáveis. Para a UNCTAD (2008, p. 65):

Com a crescente importância do conhecimento na economia contemporânea e a necessidade de inovar para manter as vantagens competitivas, tornou-se imprescindível que os países aproveitem suas reservas de criatividade [...]. Os países em desenvolvimento podem melhorar sua integração com a economia mundial estimulando suas atividades criativas e melhorando a competitividade dos seus bens e serviços criativos nos mercados mundiais, bastando que as políticas internas sejam apropriadas e os desequilíbrios no plano internacional sejam corrigidos. [...] O apoio às indústrias criativas nacionais deveria ser entendida como parte fundamental para a promoção e proteção da diversidade cultural.

Reis (2009, p. 2) defende que “a discussão sobre indústrias criativas evolui para a da economia criativa, que abrange não só as primeiras, como também seus impactos nos demais setores da economia”, e para isso cita o exemplo da moda,

que impulsiona toda uma cadeia têxtil bem como a arquitetura que impacta diretamente no setor de construção civil.

2.3 ECONOMIA CRIATIVA

A nação pioneira em trazer à tona os temas originários para a Economia Criativa foi a Austrália, quando, em 1994, desenvolve o projeto *Creative Nation*, destacando a importância da criatividade aplicada ao trabalho, principalmente estimulando a integração entre cultura e tecnologia. Em 1997, a Grã-Bretanha desenvolve um estudo para identificar as grandes tendências e oportunidades de desenvolvimento econômico no país, chegando à conclusão que as atividades relacionadas à Economia Criativa poderiam consolidar-se como grandes vetores de crescimento.

Como um dos precursores que analisam e definem a Economia Criativa temos inglês John Howkins, que em 2001 apresenta o *The Creative Economy – how people make money from ideas*, obra na qual define a criatividade como a capacidade de gerar algo novo, distinguindo-a em dois tipos: a que se relaciona com a realização enquanto o indivíduos, que é privada e pessoal, e a que gera um produto. De acordo com Howkins, a primeira forma de criatividade é uma característica universal da humanidade e existe em todas as sociedades e culturas. Encontra-se não apenas nas sociedades livres, que a encorajam, mas também em sociedades totalitaristas e fechadas. A segunda, que leva à criação de produtos criativos, é mais forte nas sociedades industriais do tipo ocidental, pois valorizam mais as novidades, a inovação científica e tecnológica e os direitos do autor.

A economia criativa, segundo Howkins (2001), é o negócio das ideias, sendo o meio através do qual as novas criações e invenções são comercializadas e vendidas. Consiste em todos os ativos criativos com os quais o trabalho intelectual cria valor econômico. A propriedade intelectual é a característica predominante da economia criativa, permitindo as pessoas serem detentoras dos produtos fruto da sua criatividade e exercerem direitos tanto econômicos quanto morais sobre esses produtos. Trata-se de um tema no qual existe muita controvérsia em publicações e debates no meio cultural, mas não será objeto de maiores aprofundamentos neste trabalho.

Em 2008, a UNCTAD publica o documento *Creative Economy Report*, no qual descreve que no mundo atual surge um novo modelo que interrelaciona economia e cultura tendo como foco central a criatividade, o conhecimento e o acesso à informação, dimensões cada vez mais reconhecidas como alavancadoras do crescimento econômico e da promoção do desenvolvimento. Desta forma, a criatividade se refere à formulação de novas idéias, mas também à implantação dessas ideias na produção de obras de arte, produtos culturais e invenções científicas. Como consequência, o aspecto econômico da criatividade está presente através da maneira que “contribui para a iniciativa empresarial, alimenta a inovação, melhorando a produtividade e promovendo o crescimento econômico.” (UNCTAD, 2008, p. 61). E ainda, para a UNCTAD (2008, p. 62),

[...] o conceito “economia criativa” é um tema em evolução que está ganhando terreno no pensamento contemporâneo sobre o desenvolvimento econômico. Implica uma ruptura fora dos modelos convencionais e gera um modelo multidisciplinar que engloba a interface entre economia, cultura e tecnologia, focando a predominância dos serviços e de conteúdo criativo. Em função de sua estrutura multidisciplinar a economia criativa oferece uma opção factível de ser incorporada na estratégia de desenvolvimento de países em desenvolvimento, especialmente quando a estratégia está pautada na geração de resultados. A economia criativa se tornou um tema presente na agenda da economia e desenvolvimento internacional, demandando o desenho de respostas políticas dos governos.

Para Souza e outros (2008, p. 6) a cultura é “elemento especial da dinâmica de economia criativa o seu impacto sócio-econômico múltiplo.” Complementa ainda que o “conteúdo cultural expresso pelas cadeias da economia criativa afeta a formação dos indivíduos em todo o mundo” e então mais do que necessário para um país garantir as condições de valorizar a produção nacional diante do importante canal de comunicação e educação gerado por esses segmentos culturais. Reis (2008, p. 41) complementa:

Na economia criativa, a geração de riqueza depende da capacidade do país de criar conteúdo criativo, transformá-lo em bens ou serviços comercializáveis e encontrar formas de distribuí-los, no mercado local e no exterior, ganhando escala e divulgando seu conhecimento.

Alguns autores vinculados aos temas Cultura e Economia da Cultura ainda enxergam com reserva essa crescente utilização das expressões Indústrias Criativas

e Economia Criativa, por vezes alegando que se trata meramente de novos rótulos para conteúdos e categorias já presentes nos campos de estudo das temáticas culturais. Na visão de Reis (2008, p. 23):

De fato, se entendermos a economia criativa como uma mera reordenação de setores em uma categoria cunhada de “indústrias criativas”, não caberá novidade, já que criatividade é reconhecida como combustível de inovação desde o início dos tempos. A novidade reside no reconhecimento de que o contexto formado pela convergência de tecnologias, globalização e a insatisfação com o atual quadro socioeconômico mundial atribui à criatividade o papel de motivar e embasar novos modelos de negócios, processos organizacionais e uma arquitetura institucional que galvaniza setores e agentes econômicos e sociais.

Um dos aspectos que conforma a grande capacidade que a economia criativa possui para o desenvolvimento de lugares ou territórios está no fato que seu principal ativo não é meramente financeiro, mas sim a riqueza cultural existente e o capital intelectual aplicado na transformação de ativos simbólicos em econômicos. Conforme indica Santos-Duisenberg (2008, p. 58),

[...] a criatividade é a força motriz principal, e não o capital, a economia criativa parece ser uma opção viável e uma estratégia de desenvolvimento mais orientada para os resultados em países em desenvolvimento.

Ressalta-se que é bastante amplo o espectro de benefícios decorrentes do desenvolvimento dos setores criativos, principalmente para determinados grupos da sociedade de baixa renda que têm insuficiência de recursos financeiros para concretizar outras alternativas de trabalho, mas que através de uma aptidão e talento cultural podem efetivamente estar inseridos no processo de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Para Santos-Duisenberg (2008, p. 61),

Os aspectos sociais também influenciam a formulação de políticas de fomento das economias criativas locais, devido aos seus efeitos positivos de longo alcance sobre o emprego e que podem ser usados como uma ferramenta para a promoção da inclusão social. Nos países em desenvolvimento, especialmente nos mais pobres, a economia criativa é uma fonte de criação de empregos, oferecendo novas oportunidades para a mitigação da pobreza. Atividades criativas, especialmente ligadas às artes e às festas culturais tradicionais, geralmente levam à inclusão das minorias mantidas à distância.

Na perspectiva de que gradativamente governos e organizações sejam convencidos da importância da economia criativa, o grande desafio posto está relacionado à complexidade de enquadramento do tema aos sistemas de informações disponíveis atualmente.

Uma das carências mais debilitantes para o reconhecimento da economia criativa no país é a de estatísticas e pesquisas. Cultura e economia criativa se apóiam em processos de transformação da realidade. Para transformar a realidade é preciso, antes de mais nada, conhecê-la.

Por fim, no que pese o ativo da criatividade ser a matéria-prima fundamental para a existência para essa nova economia, torna-se indispensável o entendimento que o seu fortalecimento depende de ações integradas e efetivas, realizadas por agentes públicos e privados que possam auferir resultados através de políticas e programas consistentes. Ainda com Reis (2008, p. 142),

É preciso reconhecer que a criatividade é recurso necessário, mas não suficiente, para que a economia criativa se desenvolva. Governança, infraestrutura onipresente de tecnologia e comunicações e educação com um perfil diferenciado são elos fundamentais para sustentar um processo de desenvolvimento ancorado na economia criativa.

Nesse contexto, as políticas públicas seriam os meios fundamentais para alcance de melhores resultados para o desenvolvimento da cultura nas suas variadas dimensões, o que incluiria também sua vertante econômica. Quanto à temática das políticas públicas, Rubim (2011) apresenta a seguinte questão:

Cabe assinalar a distinção fundamental entre políticas estatais e políticas públicas. Enquanto as primeiras dependem da atuação do Estado, as políticas públicas para se realizarem têm que, necessariamente, submeter suas proposições ao debate público e, mais que isto, ser capaz de incorporar proposições e críticas oriundas da sociedade, nascidas no âmbito da discussão pública. Dessa maneira, a expressão “políticas públicas de cultura” requer, para ser utilizada de modo rigoroso, que tais políticas contemplem duas dimensões ativas do público, como sujeito atuante no debate democrático e como participante dos processos deliberativos das políticas.

De acordo com a UNCTAD (2008), os principais problemas para o aproveitamento do potencial da economia criativa são:

1. Falta de um referencial claro para compreender e analisar a economia criativa que sirva de base para o desenho de políticas públicas;
2. Falta de dados sobre o faturamento da economia criativa que constituam a base de boas estratégias para o desenvolvimento;
3. As características específicas organizacionais da economia criativa demandam políticas públicas adaptadas a cada país;
4. A falta de capacidade institucional para apoiar o desenvolvimento das indústrias criativas nos países em desenvolvimento, especialmente quanto à proteção dos direitos de propriedade intelectual;
5. As grandes vantagens dos países desenvolvidos por terem sido pioneiros no estabelecimento do setor de bens e serviços criativos, os quais dificultam a competitividade dos países em desenvolvimento nos mercados mundiais.

A criatividade como ativo para novas oportunidades e cultura como elemento alavancador do desenvolvimento demandam novos processos dinamizadores gerados de forma integrada pelos atores institucionais, sociais e econômicos. Todavia, tudo isso ocorre em determinado local e espaço, sendo, então, a abordagem das relações da criatividade com o território o objeto da próxima sessão deste trabalho.

2.4 CIDADES CRIATIVAS E TERRITÓRIOS CRIATIVOS

A cultura que se manifesta de diversas formas, mas se origina em locais específicos, assim, podemos considerar a importância dos territórios como espaços para os fenômenos criativos. Segundo Spinola (2006, p. 39):

Os produtos culturais são resultado de uma experiência sensível, às vezes, tramado no anonimato da vida comunitária e esse capital cultural que agora emerge como mercadoria aponta para um redimensionamento das noções de centro e periferia. Nesse contexto, as fronteiras perdem densidade para dar lugar à experiência concreta do pertencimento a um espaço, um bairro, um território, uma cidade.

Os espaços urbanos denominados cidades têm um papel fundamental na existência da humanidade como local onde está concentrada maior parte das pessoas. Nesses ambientes, as pessoas se relacionam, interagem, expressam sua

criatividade, sendo locais propícios à produção intelectual e ao convívio com os elementos culturais existentes no território. Reis (2009, p. 1) afirma:

Para entendermos a criatividade no território urbano, é preciso antes de tudo salientar que a cidade é um ser vivo. Geograficamente localizado, fisicamente assentado em um traçado viário, administrativamente autônomo, mas, acima de tudo, em constante mutação. Afinal, a cidade é formada por pessoas e suas relações físicas, sociais, culturais e econômicas. Entender uma cidade exige seguir um fio histórico, unindo pilares identitários do passado, singularidades do presente e vocações futuras. Requer, também, revelar as intrincadas e multifacetadas relações entre formas de perceber a cidade, ler suas fragilidades e soltar as velas de seus potenciais.

O olhar mais atento ao local permite leituras que evidenciam os seus atributos mais característicos que muitas vezes se apresentam como grandes diferenciais do território para o processo de valorização da criatividade. Seguindo esse pensamento, Landry (2009, p. 14) afirma,

Para aproveitar plenamente a criatividade, precisamos pensar mais amplamente os recursos e aproveitar a história dos lugares e sua cultura em evolução. Valorizar a cultura nos ajuda a entender um lugar, de onde vem, porque é como é agora, e, como ele pode determinar o seu futuro através do seu potencial.

Para Pardo (2009, p. 79), as cidades contam com uma arquitetura social baseada em complexidade e diversidade, sendo que

[...] estes dois conceitos são fundamentais nos processos criativos onde a contraposição, a mestiçagem, a troca de idéias e as diferentes interpretações da realidade são criativas e inovadoras forças motrizes.

Anteriormente Pardo havia afirmado (2009, p.78)

A cidade criativa é um território social com uma cultura aberta ao risco e à estratégia de cooperação dos agentes econômicos, sociais e culturais, onde a comunicação facilita o desenvolvimento de novas ideias e mutação de novos produtos e serviços

As cidades que têm a capacidade de criar ambientes favoráveis à criatividade podem transformar sua realidade socioeconômica, aproveitando os ativos culturais de forma integrada com as vocações econômicas. Para isso, conforme defende Reis (2009, p. 3), é necessário um processo de indução com uma “convergência de

objetivos entre atores e setores que se desenha uma estratégia comum, contínua, voltada a resultados sociais, culturais e econômicos”.

Florida (2002), na sua abordagem sobre cidades criativas, demonstra a necessidade de políticas públicas ligadas à criatividade e a inovação urbana. Para o autor, o êxito das cidades depende essencialmente da sua capacidade em atrair e reter a nova classe criativa, composta de pessoas dotadas de alta mobilidade bem como competência para desenvolver pesquisa e produtos tecnológicos. Outro ponto importante defendido por Florida consiste na valorização da diversidade social e cultural, baseada em uma atitude de tolerância, criando a capacidade de atração de talentos para formar uma cidade criativa. A competitividade de uma cidade criativa dependeria, então, dos denominados três Ts – Tecnologia, Tolerância e Talento. Para o autor, as cidades que apostam na economia criativa precisam estimular um ambiente empresarial saudável com variedade de negócios sustentáveis de forma simultânea à presença de um povo vibrante. A tolerância, para Florida, é importante na medida em que abaixa as barreiras à entrada do diferente e isso pode estimular idéias novas e criativas. Pessoas criativas procuram lugares autênticos, mas que não estejam com a idéia de terminados e assim possam sentir-se parte da construção do território.

A abordagem desenvolvida por Florida não obteve amplo consenso, principalmente na corrente de estudiosos e pesquisadores europeus e orientais, entretanto é inegável a contribuição que esse autor gerou para trazer à tona uma abordagem bastante pioneira para a temática. Isar (2008, p. 84) aponta que o trabalho dele possibilita muitas críticas relacionadas a uma “ingenuidade conceitual e deficiências empíricas”, porém reconhece que também gerou grande visibilidade e interesse junto a políticos e autoridades para a dimensão criativa na economia.

Para a Agência INOVA (2009), os itens abaixo podem ser considerados elementos essenciais às cidades criativas:

- Todos os cidadãos devem ter possibilidade de desenvolver as suas capacidades criativas, sendo para tal necessários ambientes de trabalho estimulante, tempo livre e promoção da utilidade dos bens culturais;
- As universidades, escolas técnicas, institutos de pesquisa, teatros, bibliotecas e instituições culturais devem servir como infraestrutura de suporte a criatividade;
- Políticas culturais e ambientais eficazes, que preservem o patrimônio cultural e o

ambiente, melhorando a qualidade de vida e fomentando a sustentabilidade e a criatividade dos cidadãos;

- Uma base econômica sustentável com nível de rendimento que proporcione acesso aos bens artísticos e culturais.

Vislumbrando que essa estratégia de potencialização de cidades criativas pode caracterizar-se como um caminho para o desenvolvimento local, Santos-Duisenberg (2008, p. 64) nos indica o panorama mundial da temática:

As chamadas “cidades criativas” estão proliferando, especialmente na Europa e na América do Norte, como “cidades de serviços de negócios criativos”, para restaurar as áreas industriais mais antigas e revitalizar a economia, gerando empregos criativos atraentes, especialmente no campo das artes, das novas mídias e do entretenimento para os jovens talentos, e que geralmente estão desprovidos de trabalho.

Assim, podemos avaliar a cidade criativa como um território amplo, sendo possível a existência de subterritórios. Em algumas situações, o território pode ser uma rua ou conjunto de ruas, ou ainda, a parte bem menor do bairro poderia se caracterizar como um território criativo. O território está diretamente vinculado às relações existentes entre os indivíduos do espaço. Para Albagli (2004, p. 28),

O conceito de territorialidade refere-se, então às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico.

Complementa Brandão (2007, p. 36) a abordagem sobre a questão das escalas nos territórios:

Nenhuma escala *per se* é boa ou ruim. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento.

Para Jacobs (2009), a chave da criatividade nos ambientes urbanos está diretamente relacionada à questão da diversidade em termos geográficos, sociais e econômicos. Os espaços precisam ter uma característica multifuncional para que as ruas fiquem cheias de atividades em todos os momentos do dia. A autora indica que um bairro precisa de um conjunto de edifícios que diferem na idade e estado de

conservação. Os edifícios antigos e novos têm cada um seu valor com diferentes tipos de interesses empresariais. Outro fundamento abordado por Jacobs aponta a importância de espaços onde as pessoas vivam e trabalhem no mesmo local, com perfis diversos de famílias, empresários, estudantes e artistas.

Santagata (2004) traz uma dimensão que permite a tentativa de extrapolar o tradicional conceito de distritos industriais, visto como modelo de sucesso na experiência italiana, para uma proposta de territórios criativos os quais ele denomina distritos culturais. Para esse autor, o distrito industrial cultural segue a fórmula bem sucedida que levou ao êxito internacional nos anos 60 e 70 das pequenas empresas da “Terceira Itália”, seguindo a proposta de modelo de crescimento endógeno com base na presença de empreendimentos de menor porte, além de condições sociais e culturais.

Os componentes básicos para a construção desses distritos culturais seriam baseados em:

- 1) Uma comunidade local, que é coerente nas suas tradições;
- 2) Densa interação entre as cidades e o país, de onde veio a maior parte do pessoal ativo de trabalho nas empresas do distrito;
- 3) Baixo nível de padronização do produto;
- 4) A acumulação de poupança e forte presença de bancos cooperativos empresariais locais;
- 5) Tendência de abertura para os mercados internacionais;
- 6) Apoio financeiro público ao longo de toda a cadeia de criação de valor;
- 7) Uma elevada taxa de nascimento de novas empresas, muitas vezes de tamanho do agregado familiar, como resultado da capacidade social e de aprendizado interativo;
- 8) Capacidade de ser distrito de espírito, tornar-se um sistema local, e produzir externalidades positivas no campo do *design*, inovação tecnológica, organização empresarial, a criação de novos produtos, a flexibilidade do mercado de trabalho e distribuição comercial.

É peculiar a esses territórios caracterizados por Santagata o efeito "atelier" e "diferenciação do produto criativo" que poderiam gerar dois efeitos positivos. O primeiro, um grande número de indivíduos desenvolvendo atividades

culturais locais de forma a ultrapassar a demanda de trabalho do distrito e assim abrir espaço para novas iniciativas empresariais. Em segundo lugar, com a aceleração da taxa de nascimento de novos produtos e novos processos de diferenciação, os compradores são susceptíveis a entrar nos centros comerciais onde podem encontrar uma vasta quantidade de produtos.

Retornando a questão relacionada à criatividade gerada pelos indivíduos, um aspecto importante a considerar é que a expressão criativa depende de condições no ambiente para existir, conforme indica Neves-Pereira (2007, p. 78):

É um fenômeno que se distribui por toda a espécie humana, diferenciando-se em alguns sujeitos, mas existente em todos. Comporta, também e principalmente, um coeficiente social e necessita de condições socioeconômicas-culturais adequadas para desenvolver-se.

Existindo a relação entre a criatividade e o contexto de uma coletividade com indivíduos criativos, os territórios criativos seriam espaços com grande concentração de pessoas que expressam os seus talentos culturais, artísticos e intelectuais, através de negócios vinculados à economia criativa. Tais espaços conformariam ambientes altamente favoráveis para viver e trabalhar, bem como teriam grande capacidade de atração de pessoas dos mais diversos locais, que de forma dinâmica contribuem para a diversidade cultural do território.

Conforme analisado, no que pese não encontrarmos conceitos únicos para os temas pesquisados, verificam-se muitas convergências, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1
Conceitos Resumo

Cultura	Representa os conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (TYLOR apud LARAIA). Em alguns contextos aparece como sinônimo de erudição ou educação acadêmica. No cenário midiático, aparece associada ao mundo das artes: cinema, teatro, televisão, etc. Do ponto de vista sócio-antropológico, é concebida de forma muito mais ampla sendo qualquer criação humana, real ou simbólica e que se expressa como modo de vida. (SPINOLA)
Criatividade	Elemento fundamental para o ser humano sobreviver às dificuldades impostas pela natureza com a adaptação dos meios necessários a existência humana. É decorrente do processo de aprendizagem constante que eleva a capacidade intelectual dos indivíduos originando as funções psicológicas superiores que representam ações tipicamente humanas, como: pensamento, linguagem, imaginação, memória e atenção voluntária, criatividade, raciocínio lógico e formal, entre inúmeras outras (NEVES-PEREIRA) Os indivíduos buscam liberdade, ambientes favoráveis às novas idéias e uma

	<p>relação com tempo que coincida com seus fluxos mentais. Esse grupo de pessoas constitui a "classe criativa", formada por designers, artistas, cientistas e inovadores de forma geral (FLORIDA).</p> <p>Tema que vem despertando crescente interesse de estudiosos de áreas diversas, sendo o atributo mais importante que as pessoas podem contar para lidar com os desafios atuais onde as rápidas mudanças geram incertezas e turbulências. (VIRGOLIM)</p> <p>Não se restringe ao trabalho de gênio, e pode ser expressa de diferentes formas, seja artístico, científico, cultural ou tecnológico. Melhor floresce em ambiente tolerante que aceita o novo e é capaz de transformar diferença em prática convergente e ação (FERREIRA; FLORIDA).</p> <p>Capacidade de gerar algo novo, distinguindo-se em dois tipos: a que se relaciona com a nossa realização enquanto indivíduos, que é privada e pessoal, e a que gera um produto (HOWKINS).</p>
Capital Cultural	São todas as manifestações de cultura local e nacional na qual se baseia a vida das comunidades (músicas, artesanatos, artes visuais, rituais, danças, interpretações, contos e práticas culturais) que podem ser tanto intangível quanto tangível (UNCTAD).
Bens Culturais	<p>Apresentam o emprego na sua produção de recursos naturais, de capital, de trabalho e de outros elementos, notadamente de uma tecnologia específica que deriva de uma inspiração criadora (SPINOLA).</p> <p>Podem ser divididos em não reprodutíveis e com um consumo imediato (como nas artes performáticas onde o espetáculo é consumido no momento da apresentação), e os bens com vertente industrial como livros, discos e filmes.</p> <p>Estão inseridos num conjunto de atividades que usualmente tem sido denominada de indústria cultural, que englobam a criação, produção e comercialização de conteúdos de natureza intangível (UNCTAD).</p>
Indústria Cultural	Seu conceito aparece de forma estruturada a partir dos estudos desenvolvidos na Escola de Frankfurt onde a produção de cultura na sociedade capitalista obedeceria aos mesmos princípios da produção econômica em geral, isto é, aqueles associados à lógica comercial, portanto, ao lucro (MACHADO).
Economia da Cultura	<p>Refere-se ao estudo econômico da produção de bens culturais, incorporando também a economia criativa. Trata-se do estudo econômico da Cultura em sua dimensão produtora de riquezas, renda, emprego, negócios, tendo, inclusive, recortes setoriais específicos como a cadeia produtiva da produção musical, do audiovisual, de festas populares, da produção teatral, artística etc. (LAGES)</p> <p>Setor estratégico e dinâmico, tanto pelo ponto de vista econômico como sob o aspecto social. Suas diversas atividades geram trabalho, emprego, renda e são capazes de propiciar oportunidades de inclusão social, em particular para jovens e minorias (BNDES).</p>
Indústrias Criativas	<p>Englobam os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como insumos primários. São caracterizadas pela estrutura de mercado modular flexível que abrange desde artistas independentes e pequenas empresas até grandes grupos empresariais com forte poder nacional e internacional (UNCTAD).</p> <p>Um dos setores mais dinâmicos do comércio mundial com crescimento sem precedentes nos anos 2000 (SANTOS-DUISENBERG).</p>
Economia Criativa	<p>A Austrália foi país pioneiro em trazer a tona a temática quando, em 1994, desenvolve o projeto Creative Nation, destacando a importância da criatividade aplicada ao trabalho, principalmente de estimulando a integração entre cultura e tecnologias. Em seguida 1997 a Grã-Bretanha desenvolve um estudo para identificar as grandes tendências e oportunidades de desenvolvimento econômico no país, chegando à conclusão de que as atividades relacionadas à Economia Criativa poderiam consolidar-se como grandes vetores de crescimento (REIS; BENDASSOLLI).</p> <p>Tem como base a criatividade para gerar algo novo, distinguindo-a em dois tipos: a que se relaciona com a nossa realização enquanto indivíduos, que é privada e pessoal, e a que gera um produto (HOWKINS).</p> <p>Tema em evolução que está ganhando terreno no pensamento contemporâneo sobre o desenvolvimento econômico. Implica uma ruptura fora dos modelos</p>

	<p>convencionais e gera um modelo multidisciplinar que engloba a interface entre economia, cultura e tecnologia, focando a predominância dos serviços e de conteúdo criativo (UNCTAD).</p> <p>A geração de riqueza depende da capacidade do país de criar conteúdo criativo, transformá-lo em bens ou serviços comercializáveis e encontrar formas de distribuí-los, no mercado local e no exterior, ganhando escala e divulgando seu conhecimento (REIS).</p>
Cidades Criativas	<p>Território social com uma cultura aberta ao risco e à estratégia de cooperação dos agentes econômicos, sociais e culturais, onde a comunicação facilita o desenvolvimento de novas ideias e mutação de novos produtos e serviços (PARDO).</p> <p>Local com capacidade de atrair e reter a nova classe criativa compostas de pessoas dotadas de alta mobilidade, bem como competência para desenvolver pesquisa e produtos tecnológicos, valorização da diversidade social e cultural, baseada numa atitude de tolerância, criando a capacidade de atração de talentos para formar uma cidade criativa. A competitividade de uma cidade criativa dependeria então dos denominados 3 T's - Tecnologia, Tolerância e Talento (FLORIDA).</p> <p>Os recursos criativos e as histórias dos lugares e sua cultura em evolução precisam ser valorizados. Valorizar a cultura ajuda a entender um lugar, de onde vem, porque é como é agora, e, como ele pode determinar o seu futuro através do seu potencial (LANDRY).</p>
Territórios Criativos	<p>O meio urbano como uma escala que pode conter outras "escalas intra-urbanas" sendo importante a análise dessa dinâmica de reprodução social e diferentes escalas especiais em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas. Desta maneira o território apresenta variações de amplitude e escala, podendo estar delineado numa rua, num bairro, num conjunto de bairros, numa cidade, toda uma região e assim por diante. (BRANDÃO)</p> <p>O conceito de territorialidade refere-se, então às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (ALBAGLI).</p> <p>A chave da criatividade nos ambientes urbanos está diretamente relacionada à questão da diversidade em termos geográficos, sociais e econômicos. Os bairros precisam ter uma característica multifuncional para que as ruas fiquem cheias de atividades em todos os momentos do dia, tendo um conjunto de edifícios que diferem na idade e estado de conservação. Os edifícios antigos e novos têm cada um seu valor com diferentes tipos de interesses empresariais. Importância de espaços onde as pessoas vivam e trabalhem no mesmo local com perfis diversos de famílias, empresários, estudantes e artistas (JACOBS)</p> <p>Conceito de distrito industrial cultural como uma tentativa de extrapolar o tradicional conceito de distritos industriais, visto como modelo de sucesso na experiência italiana, para uma proposta de territórios criativos. Segue a fórmula bem sucedida que levou ao êxito internacional nos anos 60 e 70 das pequenas empresas da "Terceira Itália", seguindo a proposta de modelo de crescimento endógeno com base na presença de empreendimentos de menor porte, além de condições sociais e culturais (SANTAGATA).</p> <p>Existindo a relação entre a criatividade e o contexto com uma coletividade de indivíduos criativos, os territórios criativos seriam espaços com grande concentração de pessoas que expressam os seus talentos culturais, artísticos e intelectuais, através de negócios vinculados à economia criativa. Tais espaços conformariam ambientes altamente favoráveis às pessoas para viver e trabalhar, bem como têm grande capacidade de atração de pessoas de outros locais, que de forma dinâmica contribuem para a diversidade cultural do local (ALVES, neste trabalho).</p>

Apesar da abordagem de territórios criativos ser relativamente recente, com reduzida difusão na sociedade, esse processo poderia gerar em Salvador inúmeras possibilidades para garantir a afirmação do patrimônio e melhores condições socioeconômicas para a população, dada à força presente das diversas manifestações culturais existentes, que, somadas a questões como tecnologia, inovação e convivência dos talentos locais com os talentos atraídos de outras partes do mundo, podem potencializá-la em cidade criativa com vários territórios criativos.

3 CRIATIVIDADE EM TERRITÓRIOS: A EXPERIÊNCIA DA RESIDÊNCIA SOCIAL NO VELHO CONTINENTE

Conforme abordado, vários locais no mundo buscam atualmente novos processos de desenvolvimento através da criatividade como insumo econômico. Sendo a Residência Social uma atividade integrante do Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social, este pesquisador vivenciou práticas nos países da Espanha e Portugal, cujo objetivo principal foi conhecer experiências relacionadas aos temas da Economia Criativa e as Cidades Criativas na Europa, continente que apresenta grande patrimônio cultural e muitas práticas relacionadas à gestão cultural.

O planejamento da Residência Social envolveu a identificação prévia de boas experiências existentes em diversos locais do mundo bem como as possíveis instituições que poderiam ser visitadas para conhecer o modelo de atuação e os projetos voltados relacionados ao tema de pesquisa.

Em um primeiro momento, cidades como Sidney (Austrália), Londres (Inglaterra), Bogotá e Cartagena (Colômbia) foram opções consideradas, contudo após análises iniciais e contatos preliminares, essas alternativas acabaram por não se confirmar como viáveis. Por fim, foi definida a atividade na Espanha e Portugal, sendo que essa experiência na Europa foi seguramente a melhor das opções, porque apesar da forte crise econômica que assola o continente, é inegável o quanto esses países possuem práticas exitosas relacionadas aos temas de interesse.

Dos inúmeros aprendizados na Residência Social merece destaque a experiência em Barcelona, cidade que tem sido considerada um exemplo positivo no aproveitamento de grandes eventos para impulsionar o seu desenvolvimento e garantir legados que beneficiam sua população. Dentre essas atividades destacam-se a Exposição Universal de 1888, os Jogos Olímpicos de 1992 e o Fórum Internacional das Culturas em 2004. Nesses momentos, a capital catalã investiu intensamente na recuperação do seu patrimônio histórico, na construção e modernização dos equipamentos culturais, bem como na forte promoção no exterior, o que garantiu à cidade o posto de um dos principais destinos mundiais para o turismo cultural.

Outra aposta estratégica da cidade tem como objetivo estimular setores intensivos em conhecimento e criatividade, sendo um bom exemplo o projeto 22@,

onde um antigo bairro industrial degradado contou com a intensa atuação público-privada para estimular setores ligados à mídia, tecnologia da informação e indústrias criativas. No território do projeto 22@ onde está instalada a Fundação Barcelona Media, que é um centro de tecnologia e pesquisa, com laboratórios para serviços especializados nas áreas de comunicação, turismo e cultura. Está configurada como organização sem fins lucrativos, vinculada à Universitat Pompeu Fabra.

A atividade da Fundação Barcelona Media é baseada em quatro eixos:

1. Atua como ponto de convergência para promover projetos de inovação e desenvolvimento de forma colaborativa, envolvendo a formação de consórcios entre organizações com objetivos comuns;
2. Funciona como ponte entre a pesquisa acadêmica e a indústria, auxiliando organizações na determinação de suas necessidades estratégicas e os possíveis projetos de investigação que podem gerar resultados para as mesmas;
3. Atua no setor de comunicações utilizando a inovação nos produtos e serviços para instituir processos de produção mais eficientes, contando para isso com modernos laboratórios de mídia especializados;
4. Promove e executa projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para governos da Comunidade Européia e outros continentes, atuando fortemente no desenvolvimento, elaboração e gestão de projetos.

Um dos maiores especialistas em gestão cultural na Europa na atualidade é o professor Xavier Cubeles, que atua como pesquisador da Fundação Barcelona Media. Em entrevista pessoal realizado durante a visita da Residência Social (novembro/2010), ele apontou algumas questões:

- a) A recuperação de territórios envolve a integração urbanística e econômica, além de questões ligadas às pessoas que vivem no local;
- b) As diversas dimensões em um projeto cultural precisam ser abordadas, inclusive as ligadas ao mercado que não podem ser desprezadas para gerar a sustentabilidade necessária;
- c) As mudanças na sociedade são implacáveis, gerando efeito direto da diversidade cultural sobre a identidade;

- d) O transporte público, mais do que uma mera ferramenta de locomoção, tem papel indispensável em uma cidade para que o fluxo das pessoas gere interações sociais, culturais e econômicas necessárias;
- e) Barcelona aproveitou os Jogos Olímpicos de 1992 gerando legados como: 1) a enorme projeção positiva para a imagem da cidade no mundo; 2) as grandes obras de infraestrutura urbana que mudaram a cara de muitos locais de forma positiva; 3) o aprendizado das instituições que precisaram trabalhar conjuntamente para realização do evento, o que foi uma ruptura do modelo de trabalho que ocorria até então;
- f) O Brasil poderia aproveitar melhor suas potencialidades na música, literatura, audiovisual, e nas festas, em especial o carnaval. O país poderia aproveitar melhor esses ativos com iniciativas como a criação de mais personagens ligados à nossa cultura que poderiam, por exemplo, ser utilizados na área audiovisual para produção de animações;
- g) Quanto às possibilidades de estimular as Cidades Criativas ele indicou que neste momento muitas cidades buscam apostar nessa temática como forma de desenvolvimento, pois o tema está bastante em evidência na Europa, contudo, aponta que a grande questão é identificar um caminho que seja singular, o grande diferencial daquela cidade, considerando, além da dimensão cultural, a dimensão econômica do mercado.

Outro momento da Residência Social foi a participação na III Jornada de Cidades Criativas, na cidade de Zaragoza, com especialistas de várias partes do mundo, onde os conhecimentos foram abordados em quatro principais eixos:

- 1) Indústrias culturais, criação de emprego, práticas de política cultural e de financiamento, com ênfase no quanto as indústrias culturais e economia da cultura estão contribuindo significativamente para a reformulação dos modelos de crescimento. Teve como abordagem também uma reflexão crítica sobre a geração de emprego na cultura, no contexto econômico e analisou as práticas de construção contemporânea do emprego cultural no setor das indústrias culturais e criativas de diferentes países, e seu impacto no desenvolvimento local.

2) Centros culturais como novos espaços para a criatividade, partindo do princípio da transformação do antigo espaço industrial em espaços de produção cultural. Esses espaços tem tido importante papel para aumentar indústrias culturais e cidades criativas, com forte impacto sobre a reabilitação urbana da área onde se implantou, promovendo a participação cultural e de coesão social em seu ambiente, o uso da singularidade e vitalidade da área, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos espaços urbanos.

3) Cultura e desenvolvimento urbano, levando em consideração que a cultura tornou-se um aspecto fundamental da política e programas de desenvolvimento urbano, estando associada com recursos patrimoniais (centro histórico e monumental) ou centros de produção e criação artística (área cultural) e a organização de eventos culturais.

4) Arte e tecnologia da cidade, sendo que essa área teve como objetivo analisar as interseções entre artes, tecnologias digitais e as práticas e o consumo cultural das cidades. As tecnologias digitais estão mudando a prática artística, a produção cultural e acesso do público à cultura.

Para além das experiências observadas dentro da Jornada de Cidades Criativas, outra vivência foi observar a própria cidade de Zaragoza, que conta com importante patrimônio cultural. O município é a capital da comunidade autónoma de Aragão com uma população que se aproxima dos 700 mil habitantes. Tem uma localização geográfica estratégica, estando a cerca de 300 km das cidades de Barcelona, Madri, Valência e Bilbao. Sua basílica e catedral Nossa Senhora do Pilar é considerada um dos 12 tesouros da Espanha. Tendo acolhido a Exposição Internacional de 2008, a cidade utilizou o Rio Ebro como principal eixo do projeto onde trabalhou fortemente a requalificação urbana através de novas formas de aproveitamento da água.

Outra experiência desenvolvimento foi a visita técnica a Óbidos, que é uma vila sede do município com o mesmo nome, com localização no distrito de Leiria fazendo parte da Região de Turismo do Oeste de Portugal. Conta com 3.100 habitantes na sede e um total de 10.875 habitantes no município como um todo. Foi tomada pelos Mouros em 1148 e recebeu a primeira carta de foral em 1195 durante o reinado de

D. Sancho I. O local foi utilizado como dote de várias rainhas de Portugal sendo Urraca de Castela (esposa de D. Afonso II), Rainha Santa Isabel (esposa de D. Dinis), Felipa de Lencastre (esposa de D. João I), Leonor de Aragão (esposa de D. Duarte), Leonor de Portugal (esposa de D. João II), entre outras.

Atualmente, Óbidos definiu a criatividade como eixo da sua estratégia de desenvolvimento e considera as indústrias criativas como um meio privilegiado para a concretização dessa visão. A crença no potencial da criatividade gerou a adoção de um compromisso público através do plano de metas Óbidos Criativa com várias ações em andamento.

Uma iniciativa de destaque foi a criação de um parque empresarial orientado para as indústrias criativas, onde são dispostos recursos privilegiados para o desenvolvimento dessas atividades. São oferecidas vantagens materiais como áreas com valores diferenciados, isenções fiscais, financiamentos especiais, além de qualidade de trabalho e qualidade de vida na cidade. Outras vantagens apontadas pela Câmara de Óbidos:

- 1) Zonas verdes e baixa densidade de construção: a área de implantação da construção nos lotes representa menos de 10% da área total de intervenção do projeto;
- 2) Infraestruturas desportivas: ciclovia e campo polidesportivo;
- 3) Acesso à formação, ensino e investigação, em redes com instituições de ensino superior;
- 4) Serviços de apoio nos edifícios centrais: arrendamento de escritórios, incubação, auditório, salas de reunião, cafeteria e videoconferência, entre outros;
- 5) Proximidade a empresas do setor, com necessidades semelhantes: intercâmbio e oportunidades de negócio;
- 6) Tempo de deslocamento reduzidos: Lisboa a cerca de 45 minutos, Leiria e Santarém a cerca de 30 minutos.

A Câmara de Óbidos, com o objetivo de atrair os negócios criativos, destaca ainda como diferencial da cidade a qualidade de vida, enfocando que o local possui condições únicas para viver, trabalhar e se divertir. Indica a qualidade do ensino municipal, a oferta habitacional diversificada e de qualidade, proximidade das praias, e ainda estruturas como escolas de equitação, escola de vela, escolas de *surf*, porto

de embarcações, além da vida cultural com oferta durante todo ano de eventos de música, dança e teatro.

Algumas percepções gerais comuns às diversas experiências vivenciadas na Espanha e Portugal ao longo da Residência Social:

- Os temas relacionados às indústrias criativas e cidades criativas estão mais presentes nos locais visitados do que no Brasil, existindo diversos eventos e conferências sobre o assunto;
- Aparentemente, o fato de a Europa contar com larga história e tradição na gestão dos ativos culturais faz com que a temática da economia criativa seja um desdobramento e evolução natural da questão cultural;
- Chama a atenção a seriedade e foco das instituições públicas e privadas demonstrando maior efetividade de ação que as instituições brasileiras;
- A crise econômica que assola o continente europeu tem restringindo o desenvolvimento de forma geral e com isso também as indústrias criativas;
- O Brasil conta com grande prestígio e respeito junto às instituições européias, sendo claro para a maioria dos contatos que nosso país é um dos grandes centros mundiais para oportunidades, especialmente no campo cultural.

Ficou evidente o quanto podemos aprender com experiências existentes no campo do desenvolvimento cultural, mas também o quanto o Brasil pode criar seus próprios modelos que aproveitem o contexto de oportunidades em que vive e o grande talento e criatividade do povo.

4 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO – CENTRO ANTIGO DE SALVADOR (CAS)

A capital da Bahia, Salvador, é uma das principais cidades criativas do Brasil na medida em que apresenta uma importante diversidade e efervescência cultural presente nas ruas, praias, festas e na forma típica do baiano, cunhada ao longo da sua história, que fica estampada no seu rosto, gestual e vocabulário.

A cidade possui vários territórios criativos como o Rio Vermelho, Itapuã, Península de Itapagipe, Curuzu, dentre outros, sendo que vários deles poderiam ser objeto de uma análise e proposição quanto à importância de uma estratégia local baseada no estímulo às indústrias criativas, cada um com sua marca identitária. Entretanto, a escolha do Centro Antigo de Salvador (CAS) como objeto deste trabalho leva em conta sua importância histórica, cultural e turística para a cidade, além de caracterizar-se como um território ícone da cultura baiana.

O CAS também conta com estudo e Plano de Reabilitação, realizado recentemente pelo Governo da Bahia, através da Secretaria de Cultura, Escritório de Referência do Centro Antigo e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio do documento intitulado “Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo”. Trata-se de um estudo bastante consistente e abrangente o qual permite uma ampla leitura das características e problemáticas presentes na área. O documento será adotado como referência, objeto de estudo, análise e proposições para esta dissertação.

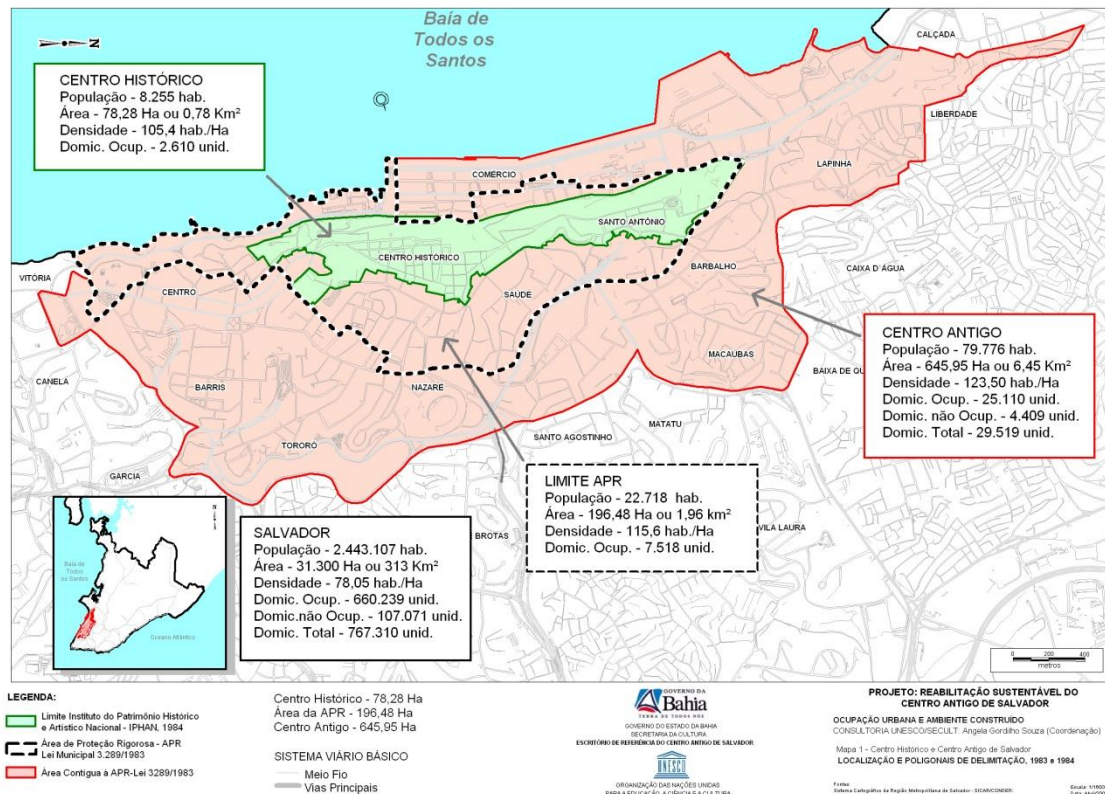
Desta forma, esta seção é dedicada à leitura de informações e dados do território do Centro Antigo de Salvador, essencialmente baseado no documento citado, considerando sua consistência metodológica, conteúdo, processo de elaboração e conhecimento dos autores e profissionais envolvidos nos trabalhos.

Esta seção também se propõe a apresentar os principais resultados do Plano e suas propostas de intervenção. Com base nisto, a seção seguinte avaliará os pontos que poderiam ser reforçados e, eventualmente, as lacunas existentes que podem ser trabalhadas para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do território, principalmente através do fortalecimento da Economia Criativa no local.

O documento do Governo da Bahia apresenta o Centro Antigo de Salvador tendo como abrangência o Centro Histórico e o Entorno do Centro Histórico, envolvendo um total de 11 bairros: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré,

Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio. Esse espaço soma 7 km², abriga aproximadamente 80 mil habitantes e conta ainda com uma circulação de milhares de pessoas que trabalham ou fazem compras no local.

Figura 1
Mapa do Centro Antigo de Salvador



Os componentes histórico, arquitetônico e cultural ditam as principais características do território, que passou por processos de mudança desde o surgimento dos primeiros núcleos urbanos até os dias atuais, e carregam uma grande carga simbólica que constrói a imagem soteropolitana. A herança visível da área está presente na arquitetura e nos equipamentos culturais (museus, teatros, bibliotecas, arquivos, igrejas, etc), ainda que parte considerável do conjunto arquitetônico, especialmente as moradias, encontra-se em condições precárias.

Para um melhor entendimento da seção, abordaremos a leitura do Plano em seis partes: características históricas, infraestruturais e de ocupação, sociais e de segurança pública, econômicas, além da análise macroestratégica do plano e suas

propostas de intervenção. Outras referências bibliográficas também serão utilizadas visando ampliar o olhar sobre o centro antigo.

4.1 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS

Para conhecer o território do Centro Antigo é importante conhecer a própria história de Salvador, fundada em 29 de março de 1529 para ser sede do governo da colônia portuguesa. Essa definição levou em conta as características naturais da cidade, que reunia atributos importantes para a defesa da capital e como base para a expansão do domínio nas novas terras.

A integração entre os continentes tinha nas zonas portuárias seus maiores elos de ligação, assim, várias cidades como Lisboa, Nova York e Salvador nasceram ou se consolidaram entre os séculos XIV a XVII por possuírem esse diferencial natural. No caso de Salvador, a Baía de Todos os Santos abrigava condições portuárias extremamente favoráveis aos navegadores, e uma topografia que facilitava a defesa da cidade, com 90 metros de altura em uma elevação do terreno ao longo de uma extensão de aproximadamente 15 quilômetros de extensão ao longo da costa (Escritório de Referência do Centro Antigo. Unesco. 2010, p. 17).

A cidade foi capital do Brasil desde a fundação até 1763, e nesses 243 anos o atual Centro Histórico foi um território com grande concentração de atividades econômicas e culturais, além de residência das famílias abastadas da aristocracia da época. Abrigava também as instituições políticas e religiosas, deste modo, caracterizou-se a formação urbana pela edificação de moradias e prédios de grande importância histórica e cultural como o Palácio do Governador, Casa de Câmara e Cadeia, Igreja do Carmo, Igreja e Convento de Santa Teresa, o Terreiro de Jesus, que atualmente formam importante patrimônio arquitetônico luso-brasileiro.

A influência portuguesa predomina na arquitetura do território e nos aspectos tangíveis da herança cultural do Centro Antigo, no entanto, há que se destacar a forte miscigenação por que passou o território, especialmente quanto à influência africana trazida para o Brasil com os primeiros povos que aqui chegaram a partir do século XVI na condição de escravos, e que introduziram sua cultura de forma tão marcante de modo a caracterizar a identidade baiana no século XXI, conforme afirma Reis (1988 apud SPINOLA, 2006, p. 41) dizendo que “a singular identidade

da Bahia no Brasil tem muito a ver com a densidade de sua população negra e o vigor de sua cultura de origem africana”.

A comercialização de escravos era uma atividade dinâmica na zona portuária de Salvador. Na movimentação em torno do porto também se destacavam atividades econômicas como algodão, fumo, gado e cana-de-açúcar provenientes do Recôncavo Baiano, desta forma, a cidade foi gradativamente ocupando uma faixa costeira e formando a Cidade Baixa, e que ao longo das décadas foi se consolidando como centro comercial e de distribuição. A encosta separava a Cidade Baixa, com sua característica comercial e portuária, da Cidade Alta como uma área com maior predominância residencial, que hoje representa o Centro Histórico de Salvador. Para interligar essas duas áreas foram sendo abertos caminhos e ladeiras, e no ano de 1872 surge o Elevador Lacerda como elemento de interligação dos dois platôs, para ao longo do tempo se integrar ao cenário urbano.

A área denominada Centro Histórico de Salvador (CHS) pode ser considerada o coração do CAS e da própria cidade, pois esse núcleo urbano surgiu com a fundação de Salvador e apresenta o traçado urbano praticamente original conforme pode ser conferido no documento norteador deste capítulo. A região, que apresenta traçado urbano e padrão arquitetônico bastante homogêneo foi “protegida” ao longo dos seus quase cinco séculos de existência por uma série de medidas de controle:

A partir do século XIX, as *Posturas Municipais* ou decretos que buscavam melhorar o padrão das edificações passaram a ser mais freqüentes. Em 1831 a Câmara determinou que nenhum proprietário poderia manter construções desaprumadas ou janelas e sacadas apodrecidas. (Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010, p. 44)

Outras áreas que tiveram as primeiras ocupações iniciadas nos séculos XVII e XVIII foram se projetando ao sul do CHS e expandiram entre os séculos XIX e XX, entre eles estão os bairros hoje denominados Centro, Barris, Nazaré, Tororó e Barbalho. Essas regiões foram ganhando contornos mais comerciais a partir do processo de urbanização e verticalização ocorrido, principalmente, a partir dos anos 1950.

Nos anos 60 e 70 o processo de esvaziamento de moradores do Centro Antigo é reforçado por meio de novos projetos urbanos e portuários na região metropolitana de Salvador com forte deslocamento administrativo e comercial para outras áreas da cidade, tendo como consequência sua depreciação imobiliária e

consequente degradação social (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO. UNESCO, 2010, p. 18).

Após os anos 1980 vários projetos e programas dos Governos Estadual e Municipal realizaram intervenções no território do CAS alterando sua configuração populacional e econômica, esses temas serão tratados nas próximas subseções.

Com a mudança da Capital para o Rio de Janeiro, no século XVIII, e posteriormente para Brasília, Salvador deixa de ser o centro irradiador do poder político e militar. No plano sócio-cultural, o território do CAS criou vínculos com os movimentos de resistência da cultura negra e suas manifestações, a exemplo do carnaval com seus blocos tradicionais e afoxés, e do surgimento de uma classe artístico-musical de forte caracterização étnica e que veio a promover uma “mercantilização” da cultura por meio da música, conforme destaca Fisher (1996 apud SPINOLA, 2006, p. 41):

Salvador viveu um processo de transformação da cultura em mercadoria que surgiu da música afro-baiana, que por seu lado começou a encontrar eco no carnaval, mas que em pouco tempo se transformou numa presença econômica de importância fundamental.

A história do CAS no século XX é marcada pela transição, do apogeu ao declínio econômico e social. No entanto, do ponto de visto cultural, o território preservou a efervescência da sua matriz africana, miscigenada com as influências européias – especialmente portuguesas – que datam da sua fundação, criando uma identidade única e singular, mas ao mesmo tempo multifacetada e acessível, o que contribuiu para tornar para que o território se tornasse criativo.

4.2 CARACTERÍSTICAS DE INFRAESTRUTURA E OCUPAÇÃO

As questões históricas estão fortemente presentes no traçado urbano do Centro Antigo, pois Salvador é uma das poucas cidades brasileiras que ainda mantêm aspectos do sítio original. Souza (2010, p. 76) indica que

[...] na sua edificação gradativa foram utilizadas as técnicas construtivas originárias culturalmente dos portugueses que aí se instalaram, dos africanos trazidos para o trabalho escravo e dos índios que nessas terras habitavam.

No início do povoamento local viviam cerca de 1.000 habitantes que eram os primeiros colonizadores portugueses sob uma organização administrativa militar, com a cidade delineada para caracterizar-se como portuária na Cidade Baixa e fortaleza na Cidade Alta. Segundo Souza (2010, p. 77)

O Centro Histórico de Salvador localiza-se na primeira cumeada onde a cidade foi fundada, entrecortada pelo vale onde passa a antiga Rua da Valla, na direção da Baixa dos Sapateiros e Taboão, que se interliga com o vale do Dique, atual Dique do Tororó. As principais localidades aí identificadas são: Sé, Pelourinho, Misericórdia, São Bento, Taboão, Carmo. A ocupação se restringiu a essa área até o século XVIII, quando se expandiu na direção de Santo Antônio Além do Carmo e posteriormente para as cumeadas do entorno, nas localidades de Barbalho, Queimado, Nazaré, Barris e Vitória.

Já no século XIX, a ocupação da cidade amplia-se na direção do Campo Grande e Vitória na direção sul, e, ao norte, para a Península de Itapagipe, além de áreas no subúrbio, no entorno da Baía de Todos os Santos. Souza (2010, p. 77) esclarece que “essas localidades, identificadas principalmente pelas antigas freguesias, irão dar nome aos futuros bairros.” Nesse período, a zona rural ainda concentrava em seus engenhos e fazendas boa parte da riqueza e a maior parte da população residente. Com o comércio urbano e demais atividades econômicas se intensificando na cidade, a população começou a crescer nas periferias urbanas, são criados, então, os primeiros conjuntos de vilas operárias e os primeiros meios de transporte coletivo. Souza (2010, p. 77) confirma:

No final do século XIX, surgiram os movimentos de expansão urbana para áreas mais afastadas, manifestando-se, ao sul, em localidades como Garcia, Canela, Vitória, Graça e Barra, que passam a abrigar população de renda mais alta, famílias vindas das antigas residências do saturado centro antigo e proprietários rurais recém fixados na cidade. Logo, os sobrados que vão sendo deixados para trás, principalmente aqueles localizados no antigo núcleo, passam a ter seus pavimentos subdivididos em pequenos cubículos, agora multiplicados em pequenas unidades domiciliares que irão dar origem aos futuros cortiços.

No início do século XX ocorre a modernização da cidade com o aterro na área do porto ampliando o Comércio, possibilitando o crescimento das linhas do bonde. Parte das edificações coloniais é demolida com o objetivo de alargar as vias de onde surgirão edifícios modernos na área mais antiga da cidade. Para Souza (2010, p. 79), tais movimentações “constituem-se, no entanto, em intervenções físicas pontuais, ainda dissociadas de uma visão urbanística”. Segundo a autora, era

praticamente inexistente uma legislação que regulasse parcelamento do solo e implantação da edificação no terreno, tais somente surgem a partir da década de 1920, com o estabelecimento dos primeiros Códigos de Postura.

Nos anos de 1940, a cidade, que contava com pouco menos de 300 mil habitantes, começa a se modernizar com diversos fatores sócio-econômicos estimulando uma urbanização intensa devido ao grande fluxo de pessoas que se dirigem à capital. São construídas as avenidas de fundo de vale, e a partir de 1950 a cidade se expande em direção à orla oceânica chegando à Ondina, Rio Vermelho e Pituba, e na outra direção para o Subúrbio Ferroviário. Os pólos industriais na Região Metropolitana, implantados na década de 60, contribuem para o enfraquecimento da atividade manufatureira na Calçada e Itapagipe. Ainda segundo Souza (2010, p. 80),

Na década de 1970, o Centro Antigo de Salvador - CAS atingiu o auge da concentração das atividades de serviços e comércio e como praça financeira, passando a sofrer, a partir de então, um processo de esvaziamento e decadência, impulsionado pela realização de uma série de obras fora da área central, tais como: a construção da Av. Paralela; do Centro Administrativo da Bahia e a implantação de um novo centro comercial em suas proximidades; a construção do Shopping Center Iguatemi e a implantação de muitos edifícios de escritórios e lojas comerciais.

A migração da população com melhores condições de renda para os novos eixos da cidade e o crescimento da população de forma abrupta, somados à questão da pobreza predominante com acentuado desnível na distribuição de renda, e ainda falta de uma administração pública adequada, são os problemas que impactaram na área antiga da cidade.

As primeiras intervenções dos órgãos públicos no CAS datam do final dos anos 1960, quando algumas áreas isoladas foram objeto de tombamento federal e estadual. A partir da década de 70 uma série de intervenções viria a ocorrer, principalmente no Centro Histórico, influenciando sua ocupação populacional, além do aspecto econômico e de infraestrutura. Nesse período surgem iniciativas de requalificação do território quando o Governo do Estado cadastrou os moradores e usuários do CHS e alocou em determinados imóveis estruturas de apoio social como creches e postos de saúde, além de edificações arruinadas que foram transformadas em habitação social.

A população residente era alvo de intensas políticas públicas conduzidas pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia (IPAC), então conhecida como “Fundação do Pelourinho”, que assumia o papel administrativo paralelo aos demais órgãos exercendo desde funções ligadas à educação e limpeza urbana, restritas ao perímetro protegido. Cardoso (2010, p. 64) afirmou que

[...] esta política, aliada a outros fatores decorrentes da condição de área tombada, contribuiu para o incremento de um processo de ‘guetificação’ especialmente na zona edificada entre o Terreiro de Jesus e o Largo do Carmo.

Na década de 80, a Prefeita Municipal convida a arquiteta Lina Bo Bardi para desenvolver o Projeto Piloto Ladeira da Misericórdia, com foco na integração da habitação popular com atividades econômicas. Surge o Fundo Municipal para a Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos sob a responsabilidade da Fundação Gregório de Mattos. Como consequência do título de Patrimônio Cultural da Humanidade concedido pela UNESCO, a Prefeitura institui em 1988 o Parque Histórico do Pelourinho, a partir do qual esta área passa a ser objeto de levantamentos, cadastros, estudos e ações de incentivo para a ocupação e manutenção dos imóveis. Contudo, “a proposta da Prefeitura, que buscava abordar o problema considerando a população moradora, não foi suficiente para garantir a sua manutenção”. (Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010, p. 19).

Ainda nos anos 1980, o Projeto Habitacional do Pelourinho (PROHAP) é desenvolvido por um grupo de trabalho ligado ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e representantes da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS) com o objetivo de buscar alternativas no sentido de oferecer moradia de melhor qualidade aos moradores do Centro Histórico. A intenção foi produzir unidades de baixo custo, mas, no final, as despesas reais foram maiores do que inicialmente previstas e não comportavam nas linhas de financiamento disponibilizadas para a moradia de baixa renda. Como forma de resolver o problema, o grupo de trabalho apresentou a proposta de subsídios nos custos das unidades argumentando que os investimentos em infraestrutura urbana, geralmente aplicados em novos conjuntos habitacionais, são seriam necessários no Centro Histórico. O

fato é que o programa foi paralisado ainda no término das primeiras unidades para alojamento provisório das famílias.

Buscando ainda reverter o esvaziamento do Centro Histórico em meados de 1980, inclusive provocado pela transferência das instituições governamentais da esfera estadual para o Centro Administrativo da Bahia (CAB), a Prefeitura elabora o Projeto Centro Administrativo Municipal Integrado (CAMI), com a estratégia de alocar instituições vinculadas ao governo municipal na área central.

O objetivo do projeto estava baseado na lógica de que a concentração das funções administrativas no território aumentaria o interesse turístico no local, além da convergência das decisões políticas, também com ganhos administrativos pela otimização dos processos que estavam, então, distribuídos nos vários órgãos em locais diferentes da cidade.

Não obstante a sua importância, o Projeto CAMI se mostrava limitado enquanto política urbana ao não propor ações de caráter mais global visando a recuperação de todo o CHS. Na verdade, o CAMI apenas preconizava a recuperação de alguns imóveis para instalação de serviços públicos, apostando que a requalificação da área seria uma decorrência do processo. A única obra realizada pelo Projeto CAMI foi a restauração do Solar São Dâmaso para instalação da sede do Arquivo Público Municipal, posteriormente transferido para uma edificação mais recente, na Rua Chile, tendo em vista a inadequação do uso do antigo edifício para tal fim. (Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010, p. 66)

Na segunda metade dos anos 1980, a administração municipal cria o Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador (PERSH), com a missão de recuperar o centro da cidade como ambiente para o trabalho, para a moradia, bem como para o lazer das pessoas, de forma harmônica com a boa manutenção do patrimônio arquitetônico e cultural.

As políticas implementadas pelo PERSH podem ser avaliadas como bem estruturadas e tem o mérito de proporcionar que a Prefeitura atuasse para reverter uma omissão histórica na falta de uma atuação mais consistente no Centro Histórico, pois até então as ações municipais eram sempre pontuais.

Nesse momento é também criado o Parque Histórico do Pelourinho (PHP), como ação decorrente do PERSH e conotação de grande inovação na medida em que apresentava o conceito de parque construído de caráter urbano. O PHP

utilizava conceitos geralmente aplicados às áreas naturais com a transposição para o território com valor cultural, histórico e paisagístico.

Após um período de ausência de ações mais consistentes no território, uma vez que as ações implementadas até então não surtiram o efeito irradiador e multiplicador que se esperava, em 1990 o Governo da Bahia inicia o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador com forte componente em investimentos financeiros em obras, mas sem maiores inovações do ponto de vista de metodologias sociais. O recente estudo da Secretaria de Cultura (2010, p. 68) aponta que

A estratégia política que determinou o desenrolar do programa não criou possibilidades de desenvolvimento de estudos ou planos aprofundados, buscando efetivamente a solução dos problemas estruturais que historicamente determinaram a decadência do Centro Histórico.

A grande prioridade pautava-se em atender a demanda turística em uma estratégia onde o resultado esperado era gerar atratividade pela conjunção de atividades de lazer, cultura e consumo numa área de grande atrativo histórico. Como forma de garantir esse objetivo, o Estado realizou desapropriações ou relações de comodato com os proprietários dos imóveis reformados, revalorizando o patrimônio arquitetônico e disponibilizando-o para novos empresários que formariam esse chamado “*shopping ao ar livre*”.

Segundo o estudo da Secretaria de Cultura (2010), o resultado foi que depois de pouco tempo de inaugurados a maioria dos estabelecimentos fechou as portas por falta de demanda, principalmente aqueles negócios voltados para o consumidor de alto poder aquisitivo, visto que o fluxo turístico por si só não era capaz de absorver a oferta e a população soteropolitana não criou vínculos de consumo no local.

Com a constatação de que somente o turismo não poderia garantir a sustentabilidade do território, o programa começa a passar por mudanças e a dimensão da habitação ganha nova atenção como importante alternativa para o Centro Histórico. O Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal (CEF) iniciam um projeto piloto voltado para a finalidade habitacional através da reabilitação de imóveis, com o mínimo de recursos públicos e estímulo à utilização de recursos privados com financiamento do agente financeiro. Apesar de alguns efeitos iniciais

positivos, a intervenção não surtiu os efeitos multiplicadores na escala em que se esperava.

A desconsideração da realidade das pessoas que viviam no local é apontada no Plano como a principal característica da intervenção capitaneada em 1992 pelo Governo da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER) e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC). Baseada na desapropriação de imóveis com indenização dos moradores, a ação contemplava essencialmente a oferta de serviços ligados ao turismo e gerou a expulsão da população residente no território. Parte dessa população ocupou de forma precária encostas como Pilar, Taboão, Lapinha, Santo Antônio, além da Baixa de Sapateiros e Saúde. Segundo Souza (2010, p. 81),

O levantamento recente do uso e ocupação do solo no CAS e, mais especificamente, do Centro Histórico de Salvador - CHS identifica o estado de vacância, de conservação e qualificação do uso habitacional para as edificações desse parque imobiliário e para os vazios aí existentes. Demonstra não apenas o grau de esvaziamento e precariedade da ocupação, como também o potencial de renovação e requalificação urbana, sobretudo no que se refere à inserção de novas habitações e equipamentos urbanos.

Como amadurecimento do processo de intervenção e requalificação do CAS, com a verificação da importância do uso habitacional e o aprendizado da fragilidade das intervenções pautadas somente no turismo, a visão da abordagem necessária para o território evoluiu bastante com a expectativa de que a valorização mais profunda do patrimônio, extinguindo-se ações superficiais, aliadas a práticas relacionadas à sustentabilidade social seja cada vez mais presente.

No Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo, Souza (2010, p. 73) apresenta a problemática relacionada à ocupação urbana e habitação considerando o grande número de imóveis vazios como atrativo para o uso habitacional “propiciando uma mais ampla integração ao ambiente urbano, além da indução para um maior grau de conservação e segurança”.

A ocupação e uso dos imóveis no Centro Antigo refletem também nas questões de acessibilidade e mobilidade urbana. Para Kalil (2010, p. 105), “a tarefa de analisar as condições de acessibilidade e mobilidade urbana do CAS apresenta algumas dificuldades no que diz respeito à mobilidade urbana”. Tal dificuldade ocorre em função do recorte conflitar com uma conceituação mais sistêmica de mobilidade onde seria necessário analisar o deslocamento das pessoas na cidade

como um todo. Outro aspecto seria a falta de informação estruturada que contribuísse na geração de indicadores relativos ao tema.

Segundo Kalil (2010), para se alcançar um patamar satisfatório na obtenção de um sistema de gestão da mobilidade seria necessário ao gestor público possuir a capacidade de coordenar os vários atores públicos e privados envolvidos, garantindo assim conhecer os aspectos ligados à mobilidade, com coleta e análise de dados, para no fim haver uma organização dos setores abrangidos. Os estudos realizados apontam para condições totalmente inadequadas nos aspectos de acessibilidade e mobilidade urbana no território, sendo ainda mais preocupante a situação ao considerar os grandes investimentos previstos para o espaço que tem como objetivo gerar maior presença e circulação de pessoas no local, apesar do grande fluxo de ônibus que realizam o transporte coletivo urbano nas localidades do CAS.

Atualmente, são grandes os transtornos gerados pelos congestionamentos ao longo do dia em função da grande quantidade de linhas de ônibus e veículos leves nas áreas mais adensadas, o que demonstra a necessidade de racionalizar o sistema de transporte público no local.

Quanto à restrição de veículos no Pelourinho, Kalil (2010) indica que se trata de “uma medida positiva na preservação do seu patrimônio arquitetônico.” Mas indica também que seria necessário melhorar a condição das pessoas caminharem no local o que hoje apresenta dificuldades para os residentes e visitantes.

De forma conclusiva, o capítulo sobre o tema mobilidade e acessibilidade desenvolvido no Plano de Reabilitação Participativo indica que a situação atual do território Centro Antigo apresenta condições de infraestrutura precárias, com os espaços públicos sendo utilizados de forma desordenada e sem uma fiscalização adequada.

4.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA

A questão social no território do Centro Antigo de Salvador é certamente uma das mais complexas, é afetada e afeta diretamente, em um processo de retroalimentação, todas as demais dimensões como segurança, economia, infraestrutura e habitação. Contudo, mais do que analisar a realidade instalada como um problema que em uma visão simplista deveria ser corrigido ou mesmo extirpado como algumas experiências anteriores aludiram, a alternativa mais adequada passa

pelo entendimento da realidade local. De acordo com o Plano de Reabilitação (2010), o processo de esvaziamento ocorrido nos anos 1990 gerou uma fragilização do tecido social com uma tentativa de enquadramento dos atores locais, sem dar a devida atenção à sustentabilidade das intervenções realizadas. Para Wagner (2010, p. 6),

A revitalização restrita ao Pelourinho, ocorrida na década de 90, fez da região um dos maiores destinos turísticos do país, graças à riqueza do seu patrimônio artístico e cultural. Tal intervenção, no entanto, não contemplou a sustentabilidade econômica, social, urbanística e ambiental desse importante sítio.

O povoamento do CAS ao longo da história instituiu uma identidade peculiar aos seus moradores e frequentadores. Especialmente no século XX se consolidou uma marca étnica de raiz africana com um modelo comportamental próprio, mas relaxado e condescendente com os rígidos padrões culturais burgueses. O uso da imagem do Centro Antigo, sobretudo o recorte do Centro Histórico, nos meios midiáticos reforçaram essa marca que foi amplamente veiculada nas campanhas de divulgação do Pelourinho como cartão postal do turismo em Salvador. Algumas linguagens artísticas também utilizaram a raiz cultural nas suas produções, destacadamente a literatura, a música baiana e, mais recentemente, o cinema.

Essa identidade peculiar é o que Smith (2010, p. 229) denomina de uma “Cultura do Pelourinho”, com características próprias “de encantamento de vida, de resistência ou mesmo transgressão, o que determina o comportamento de seus habitantes”. Segundo a autora, tal ótica é ambivalente, pois pode tanto favorecer a demarcação das vulnerabilidades existentes quanto fortalecer a sociabilidade e integração dos atores, através de um processo que pode se desdobrar na superação dos prejuízos sociais. Na visão de Smith (2010, p. 230),

Embora os aspectos culturais venham gradativamente influenciando os projetos de renovação urbana, isso não tem representado a valorização das pessoas que habitam os lugares, que, quando muito, são incorporadas como parte do ‘espetáculo’.

É sempre um risco, e mesmo perverso para com o ser humano, quando o processo de recuperação de áreas urbanas ocorre de forma a também estimular a gentrificação, o que para Smith (2010, p. 230) é

[...] a criação de espaços inacessíveis e mesmo hostis às populações mais pobres – enobrecimento ou elitização de lugares anteriormente populares, a partir de investimentos públicos que priorizam a presença e o trânsito de ‘consumidores válidos’.

Durante muito tempo o Centro Antigo foi visto de forma negativa em função da alta concentração de prostituição no local, gerando uma imagem generalizada do território e tendo como consequência a associação direta com a marginalidade. A existência de furtos, roubos, agressões e homicídios reforçaram a realidade de local perigoso com a necessidade de frequentes intervenções policiais associadas à violência. A condição de vida da população ganhou um caráter “degradante” estigmatizando o local.

A dimensão da segurança pública é bastante complexa, pois a grande exposição do território como principal ponto turístico da cidade cria um efeito multiplicador a cada ocorrência policial. Isso também é reforçado com a imagem de local, onde a prostituição e o consumo de drogas ocorrem impunemente.

Segundo o Plano de Reabilitação (2010), dentre os problemas mais comuns ligados ao tema é sempre visível a abordagem de indivíduos que sob a alegação de “cuidar do carro” agem de forma insistente e muitas vezes intimidadora. Também presentes no local um grande número de pedintes aborda os visitantes nas ruas e mesmo dentro dos estabelecimentos comerciais, usando tom coercitivo ou ameaçador. Quanto aos vendedores ambulantes, apesar da postura menos agressiva, os mesmos com frequência utilizam abordagem insistente. Outros fatores que agravam a insegurança são o grande número de crianças e adolescentes nas ruas, em situação de risco; a deficiente iluminação pública e serviços de limpeza, como coleta de lixo; a prostituição e o consumo de drogas visíveis; imóveis abandonados e desordenamento na ocupação do solo.

Mesmo com as melhorias ocorridas com a iluminação pública no ano de 2009 a situação ainda não é a totalmente adequada nas vias públicas e nos prédios históricos, o que afeta diretamente a segurança pública.

A prostituição ainda está presente no local com maior predominância na Praça da Sé, Praça Quincas Berro d’Água e Praça Pedro Arcanjo. Geralmente, as ocorrências relacionadas às prostitutas ocorrem por problemas relacionados ao pagamento dos valores acordados nos programas. Para Barbosa (2010, p. 264),

[...] a presença de prostitutas no principal ponto turístico de Salvador contribui para promover a imagem da cidade como pólo de turismo sexual e termina por estimular outras atividades ilícitas correlatas, como o tráfico de pessoas e a prostituição infantil.

O consumo de drogas no Centro Antigo é realizado de forma quase aberta, sendo possível ver pessoas utilizando substâncias ilícitas, principalmente durante os eventos festivos. Também o tráfico é aparente com a presença de traficantes que aguardam a chegada de consumidores caminhando ou em veículos.

Durante a noite é possível verificar com mais clareza a gravidade do problema social com grande volume de pessoas que vivem nas ruas, dormindo sob as marquises, às vezes até mesmo famílias inteiras. O Pelourinho se apresenta como ponto focal dos problemas sociais. Algumas razões explicam essa centralidade: o local foi “esvaziado” da sua população residente para dar lugar a uma nova dinâmica comercial, a população excluída não criou vínculos com outras localidades, se fixando nas imediações e continuando a frequentar o território de onde não destituiu os laços identitários. Por outro lado, com o impessoalismo causado pela nova configuração de negócios no local, ou seja, a cultura de “centro”, como denomina Smith (2010), fragiliza as possíveis ligações sociais que essa população excluída ainda poderia sustentar.

4.4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

Conforme as sessões anteriores, o Centro Antigo concentrou boa parte da dinâmica econômica da cidade até o século XVI, sediando as atividades comerciais, administrativas e portuárias, principalmente nos eixos Comércio-Calçada e Avenida Sete de Setembro-Praça Municipal. Segundo Guerra e Gonzalez (2010, p. 167),

A centralidade do CAS se estendia por toda a área insular e costeira da Baía de Todos os Santos, o Recôncavo, na qual eram produzidos bens para consumo interno e externo. Os primeiros eram comercializados nas feiras da Cidade Baixa (Preguiça, Água de Meninos, São Joaquim e Rampa do Mercado), enquanto os últimos, destinados à Portugal, África e Índia, eram escoados pelo Porto de Salvador, por onde também chegavam produtos importados e escravos. Portos fluviais localizados em Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré das Farinhas garantiam a conexão, feita por saveiros e canoas, entre o Porto de Salvador e o Recôncavo.

Segundo Guerra e Gonzalez (2010, p. 167), quando as rodovias e ferrovias são implantadas, na segunda metade do século XIX, o Centro Antigo perde parte de sua importância na relação com a Baía de Todos os Santos e Recôncavo, gerando um movimento da atividade empresarial em direção ao Campo Grande, Vitória, Graça e Canela. A parte localizada entre a Praça da Sé, Carmo, Santo Antônio Além do Carmo, Barbalho e Soledade, perde atratividade em relação à parte sul da cidade que surgiu como uma área moderna. Contudo, as áreas do Comércio-Calçada e Avenida Sete de Setembro-Praça Municipal continuaram dinâmicas tendo seu ápice nas décadas de 1960 e 1970.

A partir de 1990 se inicia um deslocamento do centro bancário do Comércio para a Avenida Tancredo Neves, reforçando a transição de um novo centro para a área do Iguatemi, próximo do Centro Administrativo.

Com a reforma realizada no CAS pelo Governo da Bahia, em 1992, a população começa a ser atraída para entretenimento no local e se adquire projeção nacional e internacional, a qual entrara em curso desde os anos 1980 com a repercussão que o movimento da música negra trouxe ao território. Muitos empresários são atraídos por incentivos fiscais e financeiros concretizando o movimento de transformar o Pelourinho em centro de lazer e consumo. No dizer de Guerra e Gonzalez (2010, p. 169),

O projeto do CHS não foi o único no Brasil naquela década. Várias cidades brasileiras dedicaram-se a reformar seus centros urbanos. [...] Essas reformas mostraram suas limitações e, no caso do Pelourinho, a euforia e o grande afluxo de visitantes não se sustentou por muito tempo. Tentando manter a perspectiva de lugar de consumo e lazer, a Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia lançou o programa Pelourinho Dia e Noite que patrocinava eventos festivos e programação musical constante. Esta alternativa também não foi capaz de atrair um público consumidor que promovesse a sustentabilidade econômica dos empreendimentos e do próprio espaço.

As características econômicas presentes no CAS foram se alterando ao longo da história, do ápice ao declínio. As tentativas dos diversos projetos de Governo, desde as primeiras iniciativas, ainda nos anos 1980, focaram em uma nova “qualificação” dos atrativos comerciais do território que ao longo das últimas três décadas não atenderam às expectativas depositadas, o que levou a mudanças na sétima etapa do projeto de reforma do CHS passando a dar ênfase à diversificação do comércio e inclusão de habitações.

Os dados apresentados no Plano de Reabilitação Participativo (2010) indicam que a renda média dos ocupados no Centro Antigo de Salvador é melhor do que a média da cidade no período de 2000-2007, com destaque na região do entorno. Ainda segundo Guerra e Gonzalez (2010, p. 171),

O quadro do CAS é melhor que o do restante da cidade, mas apresenta dados de vulnerabilidade social. À luz dos dados apresentados, o CAS, a despeito de abrigar contingentes populacionais em situação de vulnerabilidade social, apresenta um quadro econômico e social melhor que a realidade média da cidade. Este quadro, sugerido pelos dados, deve, contudo, ser relativizado, pois a média pode contemplar grandes disparidades. Em suma, os indicadores socioeconômicos do CAS, frente à média de Salvador, que inclui os bairros populares e periféricos, seriam menos vistosos se fossem comparados com regiões administrativas como Barra e Pituba/Costa Azul.

Dentre as atividades econômicas presentes no território há grande quantidade de empresas do comércio varejista, escritórios, serviços educacionais, serviços financeiros, alimentação e alojamento. Dados do PED-RMS (2008) indicam que essas atividades ocupavam 85% das pessoas em Salvador, sendo que desses os serviços chegavam a ocupar 62%. No caso da atividade comercial, formal e informal, a oferta é bastante voltada para a população de baixa renda de Salvador.

Para Guerra e Gonzalez (2010, p. 184), “Salvador, pelas mais diversas razões, é uma cidade de caráter mercantil”. Destacam que, apesar da importância do turismo e da cadeia de negócio que movimento, é ainda a população que viabiliza a economia local marcada pela pobreza e desigualdade que se reflete no padrão de consumo de produtos e serviços de menor custo e qualidade e, conseqüentemente, menor agregação de valor. Concordando com Guerra e Gonzalez (2010, p. 184),

[...] no CAS, especialmente no coração do Centro Histórico, encontram-se atividades focadas no público externo e fortemente caracterizadas por uma concorrência predatória e reduzida agregação de valor ao produto ou serviço comercializado é destacar que, desde sempre e pelas mais diversas razões, Salvador não consegue aproveitar adequadamente suas vantagens comparativas, herdadas da natureza e de seu passado histórico-cultural, para desenvolver, profissionalmente, atividades turísticas, transformando tais atividades em uma importante geradora de emprego e renda. Enfim, o CAS é a síntese de Salvador. Ele retrata não só o passado da cidade, mas também sua realidade atual.

As atividades econômicas ligadas ao turismo ainda absorvem pouco dessa herança histórico-cultural, no entanto, várias oportunidades se apresentam como promissoras no Centro Antigo, a exemplo do patrimônio arquitetônico herdado do

período colonial, o qual fez com que a UNESCO concedesse em 1985 o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, ou o legado cultural de origem africana que gera manifestações singulares na religiosidade, música e gastronomia, ou, ainda, as condições climáticas e beleza das praias que geram consistentes atrativos para o turismo, conforme observa Queiroz (2010, p. 187).

O Plano traz dados da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (2010), os quais indicam que o turismo gera 172 mil empregos diretos e 400 mil indiretos, contribuindo com quase 7% do PIB estadual. Salvador conta com 404 meios de hospedagem, totalizando perto dos 35 mil leitos, possuindo ainda mais de 500 agências de viagens. O que ainda representa muito pouco tendo em consideração o volume movimentado mundialmente pelo setor.

O Centro Antigo de Salvador detém a maioria da oferta turística da cidade, principalmente para o segmento cultural em razão do rico conjunto arquitetônico, densidade de equipamentos culturais e pelas manifestações vivas do povo presente nas ruas.

Contudo, esse território também apresenta problemas que atualmente dificultam melhor funcionamento do turismo e mesmo visitação pelos moradores da cidade. Isso ocorre, conforme salienta o Plano de Reabilitação Participativo (2010), por uma ausência da administração municipal na gestão de aspectos como ordenamento e uso do solo, mediação das questões sociais, maior estímulo para o setor empresarial e normatização e fiscalização das atividades informais, além de atuação social para minimizar problemas com pedintes e marginalidade. Para Queiroz (2010, p. 192),

Após a década de 1990 esta área transformou-se em um território muitas vezes identificado como artificial, e embora esta “perda de historicidade” não seja percebida pelo conjunto dos seus visitantes, desagrada a muitos, sobretudo aos adeptos de um turismo que valoriza a autenticidade cultural. Em face dos conflitos e tensões cotidianas, empresas de turismo – operadoras, agências e guias de turismo – estão optando pela promoção de um *tour* restrito, visitando, pontualmente, os monumentos mais divulgados e procurados. O perfil dos turistas de maior frequência a este espaço passou a ser caracterizado, sobretudo, por mochileiros, brasileiros e estrangeiros de baixo poder de consumo.

Salvador está contemplada por investimentos no âmbito do programa Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR II) para fortalecimento do turismo, os quais certamente contribuirão para a requalificação do

Centro Antigo, pois o montante previsto para o local é na ordem de US\$ 15,9 milhões (53,4% do total de recursos para a capital). O foco dos investimentos é principalmente a recuperação do patrimônio cultural (98,6%), através da recuperação do Portal da Misericórdia (US\$ 3,9 milhões), da nova sede do IPAC (US\$ 1,3 milhões), do Forte Santo Antônio Além do Carmo (US\$ 1,6 milhões) e da 6ª etapa do Centro Histórico de Salvador (US\$ 8,8 milhões). Também a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e o IPAC investirão US\$ 8,4 milhões na manutenção do Centro Histórico.

De acordo com Plano, os levantamentos do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador – ERCAS – indicam investimentos públicos equivalentes a US\$ 32 milhões, beneficiando em torno de 600 mil pessoas, em projetos como a Feira de São Joaquim e o Porto de Salvador.

Quanto aos investimentos privados, o documento traz estimativa de que sejam aplicados 312 milhões de dólares em Salvador nos próximos oito anos e o CAS abrigue quase 14% desse total em unidades hoteleiras de luxo, como o Hilton Salvador (US\$ 25 milhões), o Txai Salvador e o Hotel Residence (US\$ 10 milhões), o Hotel Design Salvador Bahia (US\$ 6,6 milhões), dentre outros. Segundo Queiroz (2010, p. 188),

Ainda são muitos os desafios que a capital baiana terá que enfrentar para se constituir em um destino turístico de expressão no mercado mundial de cidades turísticas. Terá que superar questões referentes ao seu grave quadro social, à precária infraestrutura urbana e turística, à oferta de equipamentos e serviços de qualidade e com preços competitivos, à melhoria das ações de divulgação nacional e internacional etc.

4.5 CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTOS E NEGÓCIOS CULTURAIS

O Centro Antigo apresenta um considerável e diversificado acervo de equipamentos culturais instalados ao longo das várias áreas que o compõem e que poderiam classificá-lo como o “território cultural de Salvador”. Ao todo são 159 equipamentos e negócios culturais, dos quais 21% são representados por Igrejas e Conventos, 18% por Bibliotecas, 16% por museus, 13% por antiquários e sebos, os Arquivos e Centros Culturais e Fundações respondem cada um por 8%, os demais 16% são representados por Cinemas, Galerias e Teatros, conforme dados da Pesquisa de Equipamentos Culturais do CAS – PEC/CAS (Secult, ERCAS, UNESCO, 2008).

Pela importância desses equipamentos na fixação do CAS como território criativo, entende-se que o conhecimento dos equipamentos e uma análise da sua atual situação mereçam uma sessão à parte nesta dissertação.

No Plano de Reabilitação Participativo, Santana (2010, p. 134) divide os espaços culturais em dois grupos: os equipamentos tradicionais (museus, igrejas, bibliotecas, arquivos, fundações e centros culturais) e os negócios culturais (cinemas, teatros, antiquários, galerias e espaços de exposição). Para os responsáveis pelo Plano, os museus, igrejas, cinemas e teatros possuem uma importância diferenciada quanto à contribuição que podem dar a reabilitação do território, sendo então objeto de uma análise mais detalhada.

Os espaços culturais estão localizados de maneira bastante difusa no território, mas com uma maior presença entre São Bento/Misericórdia e Praça da Sé/Pelourinho/Taboão, Campo Grande/Campo da Pólvora/Nove de Julho, bem como entre Piedade e Nazaré. Nessas regiões há grande concentração de museus, igrejas e outros edifícios religiosos possuem maior representatividade no conjunto dos equipamentos culturais (26 museus e 33 igrejas), somando 37% do total existente.

Santana (2010, p. 139) aponta no estudo que a grande quantidade de igrejas em Salvador tem como consequência o momento em que a Igreja Católica dividia com o Estado o poder eclesiástico, administrativo e cultural. A maioria das estruturas, além dos serviços religiosos, educacionais e sociais, possuía exposição do acervo sacro com a função de museu:

O edifício religioso em si é o primeiro acervo a ser visitado e valorado nas igrejas baianas. Adros, naves, capelas, salas do capítulo, claustros, sacristias representam a forma de pensar de cada grupo e os recursos utilizados para seduzir um maior número de fiéis. A decoração composta por talha, imaginária, pratarias sacras e azulejaria é um rico patrimônio para o estudo da história da arte e um dos grandes atrativos para o turismo cultural (destaque para a talha barroca da igreja do Convento de São Francisco, que recebe o maior número de visitantes).

Hoje, 69,6% dos edifícios religiosos estão em situação de risco, ocorrendo entraves jurídicos para viabilizar a busca dos recursos necessários. Outro aspecto negativo é que a maioria das instituições não apresenta os requisitos mínimos da comunicação e interação com o público visitante quanto à sinalização básica em outros idiomas ou mesmo novas tecnologias, tão presentes em outros países. Quanto ao horário de funcionamento, a maior parte das igrejas e conventos não fica

aberta ao público nos finais de semana e feriados, o que restringe o acesso de moradores e visitantes.

Os museus presentes no Centro Antigo representam 48,2% do total desse tipo de equipamento existente em Salvador, estando no território os mais significativos da cidade, tendo acervo que apresenta arte sacra católica e africana, arte e utensílios indígenas, arte africana, arte moderna e contemporânea, dentre outros.

Santana (2010) indica que os principais museus são o Museu de Arte Sacra da Bahia, o Museu Agro, o Museu de Arqueologia e Etnografia, o Museu Abelardo Rodrigues e o Museu da Cidade. Merecem também destaque o Museu de Arte Moderna e o Museu Henriqueta Catharino, esses situados no entorno do Centro Histórico.

Ainda no estudo constante no Plano de Reabilitação, identifica-se que 50% são pertencentes à iniciativa privada e 50% são ligados ao poder público, sendo que desses últimos 46,2% são geridos pelo Governo da Bahia, 30,8% ligados ao Governo Federal, vinculados à UFBA, e 23% geridos pela Prefeitura Municipal. Dentre os museus privados, 53,8% pertencem a igrejas e Irmandades, 38% a fundações e 7,7% são de propriedade particular.

A pouca atratividade desses equipamentos parece estar relacionada à insuficiência de iniciativas para gerar interesse do público local. Quanto maior a dinâmica de atividades nos museus maior será o fluxo de novos visitantes, bem como o índice de retorno das pessoas e isso é possível com um calendário de exposições temporárias, oficinas e cursos, e com a qualidade dos espaços multiusos como livrarias, lojas, cafés e restaurantes. Um exemplo de equipamento que desenvolve atividades para incrementar a visita é o Museu de Arte Moderna com o projeto musical *JAM no MAM*, além disso, possui sala de cinema e promove cursos e oficinas com intuito de formar público (SANTANA, 2010, p. 149).

O estudo aponta que vários museus, especialmente os de menor porte, também não organizam o acervo de forma adequada, com ausência de legendas e informações, organização temática caótica, iluminação e apresentação deficientes. Por outro lado, Santana (2010, p. 149) aponta que

[...] é imprescindível destacar os projetos de exposições permanentes do Museu de Arte Sacra, do Museu Afro, do Museu Abelardo Rodrigues e a variedade de projetos museográficos do Museu de Arte Moderna, que têm atraído um grande número de visitantes nas exposições temporárias

patrocinadas pelo Governo do Estado ou em parceria com a iniciativa privada.

Quanto aos teatros, o Centro Antigo abriga 10 salas que correspondem a 43,5% do total em Salvador, além do mais importante da cidade, que é o Teatro Castro Alves, localizado no Campo Grande, que conta com a sala principal, Concha Acústica e Sala do Coro. Outros espaços são o Teatro Vila Velha, Teatro Gamboa Nova, Teatro Salesiano, Teatro Espaço Xisto Bahia e o Cine Teatro do Instituto Central de Educação Isaías Alves – ICEIA. Dentro do Pelourinho estão o Teatro SESC e o Teatro Gregório de Mattos.

Na avaliação das salas de cinema presentes no CAS existem dois cinemas considerados de rua, que são o Cine Astor e o Cine XIV Sala de Arte, bem como outras salas de exibição instaladas em espaços culturais como a Sala de Arte do MAM, Cinema Walter da Silveira, Sala de Vídeo Alexandre Robatto e o Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha, além das duas salas de exibição existentes no Shopping Lapa. No dizer de Santana (2010, p. 153),

O Espaço Unibanco de Cinema Glauber Rocha é um diferencial no conceito de cinema associado a complexos culturais, complexo de salas associado a lanchonete, livraria, café e restaurante. Integrado à rede nacional de exibição do Instituto Unibanco de Cinema, esse espaço é de grande importância para Salvador, tanto por seu significado simbólico quanto pela possibilidade de vir a se constituir em uma alternativa de exibição fora dos centros comerciais e, com isso, contribuir fortemente para o processo de requalificação do Centro Histórico.

Outro equipamento cultural com bastante representatividade no Centro Antigo de Salvador são as bibliotecas, existindo 28 unidades no total, as quais se caracterizam como importantes locais para pesquisa, educação e formação de um público com maior nível de informação.

O Plano de Reabilitação indica que a maioria das bibliotecas está vinculada às escolas públicas e particulares, universidades e instituições. Como destaque no Centro Histórico ressalta-se a existência da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia, que no seu acervo conta com 11 mil livros raros, mais uma biblioteca corrente, de acesso público, com, aproximadamente, 300 mil títulos, bem como a Biblioteca Pública do Estado da Bahia com 83.536 títulos e a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato com 14.070 títulos infantis e juvenis. Quanto à tipologia, a maioria é especializada, representando 68%, enquanto as escolares representam 11%. A

grande maioria (90%) é aberta ao público, 32% abrem aos sábados pela manhã, os estudantes representam 53% dos frequentadores e os pesquisadores 39%.

Os arquivos representam 13 equipamentos, sendo 46% públicos e 56% privados, que guardam os registros e memórias, que, segundo Santana (2010, p. 156), é “de grande importância para a cultura baiana; juntamente com as bibliotecas guardam a documentação, a iconografia e os registros da história da cidade e da memória social dos soteropolitanos.”

Como destaques se apresentam o Arquivo Histórico da Ordem Beneditina, o Arquivo Teodoro Sampaio/Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia e o Arquivo Público do Estado da Bahia.

Os centros culturais e fundações reúnem as mais variadas informações, além de promoverem iniciativas de extensão cultural, realizar pesquisas e ainda sensibilizar a comunidade para a importância da memória de uma sociedade. No Centro Antigo existem 12 instituições desta natureza, dentre as quais estão a Associação Cultural Casa D’Italia, Fundação Clemente Mariani, Fundação Casa de Jorge Amado, Centro Cultural da Caixa Econômica, Centro Cultural dos Correios e Fundação Gregório de Mattos.

De acordo com o Plano de Reabilitação, as instituições possuem acervo próprio basicamente formado por conteúdos fotográficos, filmes, fitas de vídeo, mapas e plantas. A Caixa Cultural e Casa dos Sete Candeeiros possuem também peças artísticas e esculturas. Todos estão abertos ao público, que, predominantemente, é formado por pesquisadores, estudantes e alunos dos cursos que são oferecidos nos próprios espaços, no entanto apenas cinco abrem no final de semana.

Os antiquários e sebos estão concentrados na Rua Ruy Barbosa, que abriga 85,7% dos 21 negócios culturais dessa natureza no Centro Antigo de Salvador. Na Praça da Sé está instalado o mais antigo antiquário, Casa Moreira Antiguidades, que funciona desde 1925.

De acordo com Santana (2010, p. 161), as principais peças disponíveis nos antiquários são móveis, louças, prataria, obras de arte, arte sacra e vidraria. Nos sebos são ofertados livros da literatura nacional e estrangeira, livros de história, livros de arte e livros técnicos, assim como gravuras e discos.

Segundo o Plano de Reabilitação Participativo, as galerias geralmente são pontos de encontro de artistas e apreciadores da arte, sendo que a maior

concentração se localiza entre a Misericórdia e o Carmo. As mais conhecidas são Pierre Verger, Cafellier, galeria do Ferrão, Coisas da Terra, Moacir Moreno, Roberto Alban, Africana, Jayme Figura, galeria do Conselho de Cultura e Galeria Solar do Ferrão, dessas, sete são galerias privadas e três ligadas ao setor público. Destaca-se um *mix* do acervo que engloba esculturas, pinturas, fotografias, gravuras e cerâmicas, e o diferencial entre galerias e museus é que aquelas apresentam um acervo próprio considerável de arte moderna e contemporânea, enquanto nos museus predomina as expressões do barroco. Confirma Santana (2010, p. 162),

O fato do território do CAS abrigar o maior e mais diversificado conjunto de equipamentos e de negócios culturais de Salvador, cujo acervo, dentre outros predicados, guarda registros preciosos da história da Bahia e do Brasil, o diferencia das demais áreas de ocupação recente na capital.

A oferta quantitativa e mesmo qualitativa de equipamentos e negócios culturais no Centro Antigo é bastante representativa, demonstrando que já atualmente o território reúne muitas atividades criativas principalmente no âmbito da produção cultural. Contudo, a fragilidade está presente na estratégia de promoção das atividades e conteúdos disponíveis, os quais muitas vezes não chegam de forma intensa e atrativa para o grande público. Concordando com Santana (2010, p. 164):

Podemos concluir que a elevada concentração de espaços culturais no CAS evidencia um potencial a ser explorado no projeto de reabilitação desta área. No entanto, observa-se que a discrepância entre o rico acervo patrimonial dos equipamentos culturais e as condições para sua sustentação – descontinuidade das políticas públicas de cultura e de segurança, carência de gestão, acessibilidade, orçamento e manutenção patrimonial – apontam para a necessidade urgente de investimento em diversas áreas desse segmento. Uma melhoria na qualidade da oferta e da divulgação dos bens culturais existentes poderá propiciar maior fluxo de pessoas e, consequentemente, maior sustentabilidade dos conteúdos disponíveis, das expressões e das referências tradicionais e contemporâneas tão proeminentes no CAS.

Com base nos dados apresentados no Plano de Reabilitação Participativo, pode-se inferir algumas razões para o baixo aproveitamento do potencial dos equipamentos culturais presentes no CAS. Uma dessas razões é a sensação de insegurança que ronda o território, deixando de ser atrativo para os soteropolitanos e fazendo com que a maioria dos equipamentos não funcione nos finais de semana. Deficiências de infraestrutura nos equipamentos também são apontadas como um

gargalo, com prédios em situação de risco, outros fechados para reformas e alguns com aparência de insalubridade, soma-se a isso a oferta pouco qualificada de transporte público e a escassez de estacionamento.

As deficiências de gestão não são apontadas claramente no Plano, mas ficam evidentes na medida em que é exposta a falta de uma articulação dos equipamentos em redes de negócio, a deficiente organização de acervos, inclusive com baixo nível de informatização, deficiente gestão da informação, além da ausência ou pouca efetividade nas ações de promoção e divulgação. Alguns equipamentos, no entanto, se destacam atraindo grande número de visitantes pela promoção de outras atrações complementares, como oficinas, projetos e espaços multiuso, o que evidencia uma atividade de gestão mais intensa.

Uma maior valorização, reforço na gestão e nas políticas de fomento aos equipamentos culturais se mostram como um fator de relevância para a fixação do Centro Antigo como território criativo capaz de gerar empregos qualificados – mais de 1.600 pessoas trabalham nessas atividades – além de atrair visitantes com potencial de consumo dos serviços gerados por essas atividades de maneira consciente e sustentável.

4.6 PLANO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

O Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador – ERCAS – e o Grupo Executivo (composto por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil), vinculados à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT – têm sua criação no ano de 2007, fruto da visão do Governo estadual quanto à importância e necessidade da atuação diferenciada no território do CAS.

O ERCAS foi responsável pelo gerenciamento operacional na construção do documento “Centro Antigo de Salvador – Plano de Reabilitação Participativo”, finalizado em 2010 e elaborado no modelo participativo e integrando os diversos olhares dos atores presentes no território, bem como os órgãos competentes pelas políticas públicas, além de acadêmicos e estudiosos dos fenômenos sociais, histórico-culturais e econômicos do local. O forte caráter participativo do novo modelo adotado pelo Estado fica bem evidente com a seguinte abordagem do então Secretário de Cultura, Márcio Meireles (2010, p. 8), quando diz que:

[...] assumimos a responsabilidade de trabalhar com parceiros, pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, locais, nacionais e internacionais, para organizar um plano que buscasse a promoção do desenvolvimento sustentável desses espaços a partir das suas potencialidades.

Para o governador do Estado, Jaques Wagner (2010, p. 6), o Plano buscou devolver à cidade o seu berço e serviria para marcar os novos tempos vivenciados na Bahia:

Construído por intermédio do diálogo com a sociedade civil, ele é muito mais que um apanhado de diretrizes. Em sua alma está a preocupação com a qualidade de vida das pessoas – as que frequentam, as que trabalham, as que visitam e, principalmente, as que moram no Centro Antigo de Salvador.

A aposta na participação social é colocada como o grande avanço diante da complexidade das que estão postas no território, sendo então a reflexão coletiva um elemento fundamental para a melhoria qualitativa das intervenções propostas. Para isso, o processo de construção do Plano foi composto por três frentes, sendo a primeira voltada para a ação estratégica – de caráter político/institucional –, a segunda, liderada pelo ERCAS, teve um caráter operacional, e, por fim, a ação participativa representada pelas quatro Câmaras Temáticas: CT1 Cultura, Educação, Turismo e Lazer; CT2 Economia, Planejamento, Comércio, Serviços, Emprego e Renda; CT3 Direitos Humanos, Segurança, Cidadania e Justiça, e; CT4 Habitação, Infraestrutura, Mobilidade e Meio Ambiente. Além da criação do ERCAS, como elemento fundamental à formulação do plano, foi firmado o Acordo de Cooperação com a UNESCO e Acordo de Cooperação Técnica entre União, Estado da Bahia e Município de Salvador, o qual instituiu o Grupo Executivo contando com 18 representantes das três esferas citadas e, posteriormente, agregando mais seis representantes da sociedade civil.

Para Defourny (2010, p. 7), o Plano reconhece a dinâmica que relaciona o espaço social e o espaço físico e, com isso, verifica que a intervenção física não pode perder de vista a importância das condicionantes sócio-econômicas. Lima (2010, p. 9) confirma que

A construção de um novo sentido para este lugar, que ao longo dos anos perdeu sua funcionalidade e interesse econômico, foi um importante desafio coletivo na elaboração deste Plano. Com a finalidade de construir um significado contemporâneo ou resignificá-lo era preciso desenvolver mecanismos de se projetar, coletivamente, o que se espera para esta área; assim, contamos com o envolvimento direto de mais de 600 organizações para a elaboração da visão de futuro do Centro Antigo.

O Escritório de Referência é considerado um agente que permite a atuação no cotidiano do lugar até mesmo por sua localização central no território, contando ainda com estrutura física e com pessoal para suporte a sua operacionalidade.

Além do caráter participativo o Plano apresenta um modelo pragmático com proposições claramente definidas a partir de uma análise ampla, contemplando o aprendizado dos processos anteriores e visando à sustentabilidade das diversas dimensões do território. Lima (2010, p. 9) destaca que as

Tais proposições têm como metas: o resgate da função habitacional, o fomento das atividades econômicas e atração de novas, o incremento do turismo cultural, a dinamização do bairro do Comércio e do Porto, a requalificação dos tecidos urbanos, dos espaços e dos equipamentos culturais, além de atrair a população de Salvador para frequentar um espaço cultural, onde concentrasse a memória da cidade e apresentasse formas de discutir o futuro.

O Plano de Reabilitação do Centro Antigo está alinhado com as diretrizes do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, estabelecido pelo Ministério das Cidades, o qual visa a minimizar a migração populacional e deteriorização dos centros das cidades. Por outro lado, está alinhado às diretrizes do Ministério da Cultura, pois o território em questão possui características de centro histórico e importância como patrimônio cultural.

Tem como objetivo definir, construir e instituir instrumentos que possibilitem a sustentabilidade do Centro Antigo, integrando-o às dinâmicas sociais, urbanas e econômicas da cidade, com vistas a encontrar os meios que levarão a um território urbano que seja bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo, culturalmente aceito, economicamente viável, ambientalmente sustentável e devidamente apropriado pelos seus usuários. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO. UNESCO, 2010, p. 19)

Para alcançar seus objetivos, a expectativa é que o Plano possa abranger a complexidade e a diversidade do território em todas as suas dimensões, como as questões sociais, econômicas, urbanísticas/ambientais e institucionais, garantindo a função habitacional e coexistindo com atividades empresariais. É importante a ampliação da capacidade de renda das pessoas que vivem no local como forma de contribuir para a manutenção dos moradores. É previsto também, no Plano, o envolvimento de diversos atores desde o planejamento até a execução das ações que devem ser estruturantes para resolução mais definitiva das problemáticas

identificadas. A análise de cada dimensão do Plano envolveu consultores específicos e especialistas, sem deixar de contemplar uma perspectiva de transversalidade.

A dimensão urbanística envolveu as questões relacionadas à estrutura urbana, acessibilidade, mobilidade e sustentabilidade ambiental no território. Com os diversos dados levantados é possível o subsídio do Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo, com informações sobre

[...] ocupação e dinâmica urbana, ambiente construído, áreas potenciais para a execução de projetos; análise das condições de acesso e mobilidade em todo o CAS e identificação dos problemas de coleta de lixo, poluição sonora e visual que contribuem para degradação ambiental da área. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO. UNESCO, 2010, p. 34)

Na dimensão econômica foi delineado um panorama amplo da economia local, em seguida, uma avaliação qualitativa dos equipamentos e serviços turísticos com análise dos investimentos previstos na área do turismo. Por fim, nessa dimensão é apresentado como estrutura de oferta dos equipamentos culturais, desde os consolidados até os ainda em previsão de concretização.

No que diz respeito à dimensão social, o trabalho focou-se em caracterizar de forma sociológica os aspectos de vulnerabilidade social em questões como saúde, prostituição e segurança.

Na dimensão institucional, o Plano aponta para a importância do modelo de governança com uma instância de gestão que conte com um plano de trabalho e os recursos para executá-lo.

Para se chegar à construção do Plano de Reabilitação Participativo foi desenvolvida uma série de atividades coordenadas a partir da metodologia participativa adotada, constando ainda diversas atividades visando à transparência e participação social:

- Celebração de parcerias e ações simultâneas à elaboração do Plano: foram articuladas 16 iniciativas em prol do território entre projetos específicos, acordos, projetos, protocolos, contratos e convênios com instituições públicas e privadas dos diversos níveis;
- Instituição de uma estratégia de comunicação utilizando diversas mídias, com destaque para a criação do *blog* <http://centroantigo.blogspot.com> e do endereço na internet www.centroantigo.ba.gov.br;

- Organização e encontros das quatro Câmaras Temáticas que resultaram na implantação do processo e estudos sobre o local, discussão da estrutura geral do Plano, análise e debate dos diagnósticos do território e apontamento das 14 proposições que encerram o Plano;
- Realização do *Workshop* Internacional “Proposições Estratégicas para o Centro Antigo de Salvador”, em conjunto com a UNESCO, visando à discussão das estratégias e proposições construídas;
- Por fim, a efetiva construção do Plano, composto por duas partes: desenho do território e suas complexidades a partir dos diagnósticos e estudos levantados, e, elaboração de 14 proposições para reabilitação do CAS.

4.7 MACROESTRATÉGIA DO PLANO DE REABILITAÇÃO

As subseções anteriores a esta apresentaram uma visão geral das características do território com base no Plano e nos diagnósticos realizados, a seguinte se deterá na apresentação das macroestratégias do plano e suas proposições. Nesta sessão serão apresentadas as potencialidades, debilidades, oportunidades, ameaças, visão de futuro, missão, princípios, estratégias e diretrizes do Plano, construídas após dois anos de investigação e diagnósticos realizados para compor esse documento.

Quadro 2
Análise do Território

Potencialidades	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> • Centro Histórico de Salvador – Patrimônio da Humanidade; • Vasto patrimônio material e imaterial; • Principal sítio turístico cultural da Bahia; • Concentra a maioria dos equipamentos culturais; • Abriga boa parte dos serviços hoteleiros; • Disponibilidade de infraestruturas, rede de transportes, serviços públicos e comércio; • Afabilidade da população; • Disponibilidade de imóveis vazios e ociosos; • Centros de educação artística e profissionalizante; 	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio material e imaterial em degradação; • Perda das referências históricas; • Carências urbanas: segurança, saneamento, rede viária, limpeza pública, sinalização e inadequação urbanística, poluição sonora e visual; • Nível escolar baixo, desemprego, pedintes, marginalidade, prostituição, violência e drogas; • Abordagem inadequada ao visitante; • Baixa ocupação habitacional/Perda de população; • Baixa ou pouca mobilidade e acessibilidade, carência de estacionamentos; • Concorrência – negócio formal x informal; • Baixa competitividade dos negócios;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • O centro da cidade como área de expressão histórico/cultural personalizada e 	<ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse das administrações e/ou a descontinuidade administrativa;

<p>contemporânea;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reversão da situação de abandono e degradação, minimizando as tensões sociais; • Qualificação do espaço público; • Incremento da diversidade cultural e de oportunidade de negócios; • Estabelecimento de conexões locais, nacionais e internacionais; • Criação de um espaço educacional para a cidade; • Incremento do turismo cultural; • O interesse privado na área; • O contexto do desenvolvimento social do país; • A Copa do Mundo em 2014. 	<ul style="list-style-type: none"> • Indisponibilidade de recursos financeiros; • Perda do patrimônio material por degradação; • Ocupação irregular das edificações ociosas; de risco e das áreas verdes; • Especulação imobiliária; • Perda das referências e memória culturais; • Pouca participação da sociedade civil na execução do Plano; • Falta de articulação e planejamento.
--	---

Fonte: Plano de Reabilitação Participativo – ERCAS

Quadro 3
Visão Estratégica do Plano

Visão de Futuro
O Centro Antigo de Salvador será um local bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo, ambientalmente sustentável, economicamente viável e culturalmente aceito.
Missão
Reabilitar o Centro Antigo de Salvador através de um conjunto de diretrizes, estratégias, proposições e ações sustentáveis que reflitam as necessidades dessa área, articulando democraticamente o território e os diversos interesses a partir do seu patrimônio material e imaterial.
Princípios
<p>I. Promover a sustentabilidade em todas as dimensões, proposições e ações;</p> <p>II. Assegurar, em todas as ações, a integração do Centro Antigo com a Cidade;</p> <p>III. Promover o adequado aproveitamento dos espaços urbanos, assegurando o repovoamento da área central e promovendo habitação para todos;</p> <p>IV. Priorizar o interesse coletivo sobre o individual;</p> <p>V. Valorizar o patrimônio cultural, a paisagem e o ambiente urbano;</p> <p>VI. Garantir princípios éticos em todas as ações na busca do bem-estar comum.</p>
Diretrizes Gerais
<p>I. Respeitar, em todas as ações, o valor simbólico, histórico, paisagístico e cultural da área;</p> <p>II. Promover a educação patrimonial e valorizar o CAS enquanto lugar de memória;</p> <p>III. Promover a aplicação dos instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, para garantir a apropriação social da valorização do solo urbano;</p> <p>IV. Estabelecer um processo participativo, como mecanismo de controle social e disponibilizar informações para a sociedade de forma dinâmica, clara e transparente;</p> <p>V. Promover a integração das ações do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada para viabilizar os investimentos necessários;</p> <p>VI. Promover a inclusão social da população de baixa renda que reside ou trabalha na região, fortalecendo seus vínculos com o CAS;</p> <p>VII. Promover ações de melhoria das condições de saúde e educação da população local, em especial dos grupos vulneráveis, e estimular a formação de redes sociais de partilha de conhecimentos e assistência aos moradores e usuários da área;</p> <p>VIII. Contribuir para a redução do <i>déficit</i> habitacional, por meio da ocupação dos imóveis fechados, em ruínas e lotes vazios, e incentivar a atração de novos contingentes populacionais de diversos segmentos sociais;</p> <p>IX. Dotar os espaços públicos de infraestrutura urbana adequada e promover condições de mobilidade/acessibilidade e conforto ambiental;</p> <p>X. Incentivar atividades promotoras de dinamismo econômico, especialmente as vinculadas à economia da cultura, com responsabilidade socioambiental;</p> <p>XII. Melhorar a competitividade econômica do CAS, através do fomento aos Arranjos Produtivos Locais e às micro e pequenas empresas de comércio e serviços;</p>

XIII. Reconhecer o CAS como elemento de atração para o turismo, importante eixo de desenvolvimento econômico de Salvador.

Estratégia

A partir dos princípios e diretrizes definidos, os três entes federados, através de um Acordo de Cooperação Técnica, estabelecem que para a reabilitação do CAS seria preciso definir uma estratégia que conjugasse os fatores necessários para garantir a gerência sobre o território, a participação social, a legitimidade político-institucional e a integração das ações, sendo esta:

- A criação de uma Unidade Gestora do Plano que garanta as articulações com os órgãos das três esferas de governo e com os agentes sociais e econômicos que atuam no Centro Antigo;
- A criação de instância de decisão para deliberar e aprovar as ações do Plano;
- A eleição de área de análise e intervenção, para além dos perímetros de proteção definidos pelos órgãos de preservação e pela UNESCO;
- A instalação de Câmaras Temáticas, instância de participação da sociedade civil organizada e dos atores públicos;
- A concepção de um planejamento dinâmico e participativo;
- A definição e implementação de ações prioritárias emergenciais;
- Atualização e consolidação das informações relativas aos estudos, projetos, e legislação incidentes sobre a área;
- Identificação de experiências internacionais de reabilitação de áreas urbanas que guardem analogias com a problemática encontrada no CAS.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. Unesco, 2010, p. 272-276.

4.7.1 Proposições do Plano de Reabilitação – 2010/2014

Após o diagnóstico das várias dimensões do Centro Antigo de Salvador, o Plano de Reabilitação Participativo, coordenado pela Secretaria de Cultura, através do Escritório de Referência e UNESCO, apresenta no mesmo documento 14 proposições tendo como premissas a necessidade de “inclusão social, da redução dos efeitos da gentrificação e da conservação dos valores sócio-culturais locais”.

O plano surgiu após dois anos de trabalho, envolveu as equipes técnicas, consultores contratados, reunião das Câmaras Temáticas, Grupo Executivo, Seminário Internacional, enfim, todo esse processo resultou de uma base participativa com ampla consulta realizada junto à sociedade e diversas entidades, envolvendo mais de 600 pessoas e articulando diversos saberes. O grupo de especialistas contratados articulou conhecimentos complementares voltados para a arquitetura, o meio-ambiente, o turismo, a sociologia, a economia e a história. Essa diversidade permitiu um olhar mais sistêmico sobre as necessidades e potencialidades do território, o que torna o plano mais viável do ponto de vista da sustentabilidade.

Quando se fala de sustentabilidade entende-se que a implantação e êxito do Plano vão além de requalificações do edificado e de melhorias na infraestrutura, mas abarcam também a reflexão e propostas sobre as questões sociais ligadas à moradia, saúde, educação e sobre o patrimônio sociocultural, lingüístico, humano e artístico, pois são as especificidades do lugar que constituem a sua memória. Um dos grandes desafios é preservar o passado e suas diversas expressões, integrando-o aos novos usos e dinâmicas sociais surgidos ao longo dos anos, tendo em vista as diferentes instâncias públicas que atuam sobre o território.” (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO. UNESCO, 2010, p. 276)

De acordo com os responsáveis pelo Plano, as propostas apresentam-se de forma transversal, integrada e com viabilidade, indicando as ações com responsáveis, prazos e responsáveis pela execução em um período até o ano de 2014, totalizando quatro anos para implantação das proposições. A estimativa é da necessidade do aporte total de recursos públicos de R\$ 627 milhões, sendo que aproximadamente 1/3 já foram captados ou está execução. Quanto aos recursos privados a estimativa é na ordem de R\$ 289 milhões.

Para os responsáveis do Plano, o “objetivo é devolver à cidade uma importante parte de sua estrutura e aproximar a população de seu berço histórico.” Para isso, é fundamental resolver a questão do esvaziamento populacional residente e as fragilidades quanto à infraestrutura social,

[...] gerar sinergias com outros projetos e coordenar investimentos públicos e privados no perímetro de intervenção, criando uma gestão territorial integrada e inclusiva, contemplando a diversidade e a complexidade da área em diferentes dimensões. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO. UNESCO, 2010, p. 277).

As proposições são apresentadas no mesmo formato e são compostas dos seguintes elementos: proposição, objetivo geral, objetivos específicos, ações e resultado esperado.

A **primeira proposição** trata do fomento à atividade econômica no CAS. Para isso, o plano apresenta três objetivos: o primeiro é a atração de negócios, especialmente aqueles ligados aos negócios criativos e culturais, a estratégia de materialização deste objetivo está muito ligada à criação de banco de dados e monitoramento de empreendimentos existentes aliados à capacitação de mão-de-obra e orientação empresarial. O segundo objetivo está relacionado à implantação de projetos estruturantes já definidos ou propostos para o território e a demanda de

pequenos negócios que os mesmos atraem para sua manutenção ou complementariedade de serviços. Por fim, o fomento a novos grandes empreendimentos é a aposta do terceiro objetivo.

A **segunda** proposição está relacionada à primeira, pois trata da ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS. Os objetivos relacionados são o reforço aos serviços mais dinâmicos geradores de empregos mais qualificados, o apoio às organizações da economia solidária, o melhor aproveitamento econômico do patrimônio material e imaterial do território e a modernização e organização do comércio informal. De modo geral, para esses objetivos são propostas ações de orientação e formação empresarial, formação de mão-de-obra, estímulo ao associativismo econômico, legalização e regularização dos empreendimentos existentes e acesso ao crédito.

A **terceira** proposição trata da questão urbanística, pois visa à preservação da área da encosta do frontispício, o qual se estende da Gamboa até o Plano Inclinado da Calçada. Essa área, caracterizada por uma falha geológica que divide a região entre cidade alta e cidade baixa, foi fundamental para a formação do primeiro núcleo urbano de Salvador devido às condições de defesa e segurança que oferecia no período da sua fundação. Com o passar do tempo, a encosta se transformou em alvo de ocupação irregular e destruição da vegetação nativa. Por isso, os objetivos vinculados a essa proposição tratam da valorização da paisagem urbana da encosta do frontispício, recuperação e valorização dos mirantes e transporte vertical (planos inclinados) e requalificação das vias de ligação entre cidade baixa e cidade alta.

Ainda na linha do urbanismo, a **quarta** proposição visa a incentivar o uso habitacional e institucional no CAS. Para isso, os objetivos estão voltados para o uso de edificações fechadas, em ruínas ou lotes baldios, para a implementação de programas habitacionais já aprovados e a implantação de novos programas, o incentivo ao uso habitacional de imóveis tombados no Centro Histórico e a desocupação e realocação de famílias moradoras nas áreas de encostas. Para tanto, as ações mais importantes estão voltadas para a efetiva implementação dos programas habitacionais aprovados, o deslocamento e incentivo aos órgãos públicos – especialmente aqueles ligados à cultura – a se transferirem para o CAS e a viabilização de parcerias com movimentos sociais que trabalham com moradia e famílias em situação de vulnerabilidade. A intenção é criar um tecido social a partir

da habitação, considerando tanto a população de baixa renda quanto a população de renda média.

A **quinta** proposição trata da dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS. Seus objetivos estão voltados para o incentivo ao fortalecimento de uma dinâmica econômica e social na área do Comércio, a integração da orla da Baía de Todos os Santos, a implantação de um terminal de cruzeiros marítimos no Porto e estímulo a novos negócios vinculados à atividade náutica. Para isso, as ações de revitalização e recuperação do Porto, dos fortes marítimos, infraestrutura para o turismo e mobilidade urbana para o cidadão e o turista, entre outras, compõem o portfólio da proposição.

A valorização e qualificação dos espaços e equipamentos culturais é a **sexta** proposição do Plano. Seus objetivos estão focados na recuperação dos edifícios que abrigam estes equipamentos, na requalificação de espaços públicos culturais pertencentes à iniciativa pública e privada, a instalação de novos espaços e requalificação de monumentos. As principais ações dessa proposição se concentram na criação e implantação do Museu Náutico, Centro da Música Negra e Biblioteca da Cultura Afrobrasileira, na captação de recursos para projetos museográficos e iluminação cênica de mais de 100 monumentos e equipamentos, estimular maior visitação aos equipamentos e espaços culturais, além do incentivo à sustentabilidade e gestão dos mesmos.

A **sétima** proposição é voltada para estruturação do turismo cultural no CAS. Seus objetivos são a criação e implementação de novos roteiros turísticos que valorizem o patrimônio material e imaterial do território, incrementar a oferta de atrativos culturais utilizando as diversas linguagens artísticas, a melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços turísticos. Suas ações estão voltadas para a estruturação dos roteiros, organização das empresas que comercializam e operam, ao fomento da agenda cultural, à qualificação de empresas e prestadores de serviços, entre outros.

A questão social é tratada na proposição **oito** que visa ao aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS. Os principais objetivos estão voltados para integração de ações sociais que minimizem impactos do processo de marginalização social e participação comunitária das famílias em situação de vulnerabilidade. Através das ações espera-se realizar intervenções urbanísticas e habitacionais com acompanhamento social (o que se alinha e

complementa a proposição quatro), criar um ambiente de convivência coletiva, formalizar parceria com instituições especializadas visando a oferecer orientação educacional, de saúde e geração de renda para essa parcela da população.

A proposição de número **nove** trata da sustentabilidade ambiental do CAS. Seus objetivos são direcionados para otimização na geração e descarte de resíduos, poluição sonora, drenagem de águas pluviais e paisagem urbana, implementar programa de certificação ambiental específico para o CAS e implantar sistema de monitoramento e qualidade ambiental no território.

A **décima** proposição refere-se à requalificação da infraestrutura do CAS. Os objetivos são a melhoria da mobilidade urbana e a circulação de veículos, a requalificação dos terminais de transporte, a implantação de sanitários públicos e adequação dos serviços de infraestrutura urbana. Para que os objetivos sejam alcançados foram previstas ações estruturantes em infraestrutura e mobilidade urbana como a criação de ciclovias, melhoria e adequação de passeios, obras de requalificação nas rodovias existentes, ampliação de terminais e construção de baias para ônibus, requalificação de praças, largos, sistema de comunicação e iluminação, do Quartel do Corpo de Bombeiros, entre outros.

Um dos temas recorrentes no Centro Antigo, a segurança pública, é objeto da **décima primeira** proposição. Os objetivos estão voltados para a redução dos índices de criminalidade e redução da sensação de insegurança. Propõe-se implantar o Plano de Segurança Pública do CAS, construído em 2008, e que prevê o aumento do efetivo policial, a renovação das frotas e dos equipamentos de apoio, o monitoramento dos índices de criminalidade e a participação comunitária e órgãos que possam trabalhar conjuntamente ao policiamento.

A **décima segunda** proposição tem um caráter educativo e preconiza a valorização do CAS a partir da educação patrimonial. Os objetivos visam a despertar o interesse da sociedade pela cultura e história da cidade e dar suporte às políticas públicas, estudos técnicos e acadêmicos a partir das informações e pesquisas realizadas para o Plano de Requalificação. Envolver a população local através de programas, parcerizar com universidades, escolas e outros órgãos de caráter educativo e social, desenvolver e implementar campanhas para despertar na população o sentimento de pertencimento, são as principais ações a serem desenvolvidas.

A **décima terceira** proposição prevê a criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia. Os objetivos estão voltados para a implantação do Centro no Palácio Rio Branco, local simbólico, pois foi o marco zero da cidade e abrigou a residência do 1º. Governador-Geral na fundação de Salvador, e implantação de sistema integrado de informações culturais e turísticas. As principais ações propostas visam à instalação do Museu Virtual Interativo, do Centro de Referência da Cultura e da implantação do Receptivo do Governador, otimizando as instalações do Palácio Rio Branco.

Por fim, o tema da última proposição, **décima quarta**, é o gerenciamento e implantação do Plano de Realibitação. Os objetivos estão voltados para a implantação da estrutura de gestão, a implantação da modelagem financeira para viabilizar os investimentos (projetados em R\$627 milhões), desenvolver e implantar sistema de avaliação e monitoramento que irá definir os indicadores de resultado e fortalecer a estratégia de comunicação do plano. A última proposição tem um caráter estratégico, pois, a partir dela, as demais terão maior chance de efetividade. De acordo com o Plano,

[...] para cumprir esta missão, foram identificados os seguintes macro-processos de trabalho: administração dos bens públicos estaduais situados no Centro Histórico; gestão de fundos e instrumentos econômicos, atrelados aos bens públicos estaduais e gestão de programas culturais e de preservação do patrimônio histórico-cultural (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA. ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA DO CENTRO ANTIGO. UNESCO, 2010, p. 336).

O detalhamento das proposições está em anexo, onde podem ser observados detalhes mais específicos quanto às linhas de ação que poderão ser desenvolvidas visando ao desenvolvimento do Centro Antigo.

Em uma visão global do trabalho desenvolvido no Plano de Reabilitação conclui-se por sua importância na busca de formas de reverter a problemática existente, mas o plano não aprofunda estratégias baseadas no aproveitamento da principal potencialidade local que é o capital criativo presente no território.

A dimensão cultural está presente no plano mais diretamente no capítulo “Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais” (p. 133 a 165), e especificamente nas proposições 6, 7, 12 e 13. Contudo, no que pese o mérito e qualidade do Plano de Reabilitação existe uma lacuna com a possibilidade de uma maior aproximação das alternativas baseadas no foco da Economia Criativa

principalmente no fomento de estratégias para consolidação do Centro Antigo como um Território Criativo. Partindo desse pressuposto é que se apresenta a proposição da próxima seção deste trabalho.

5 PROPOSIÇÕES PARA POTENCIALIZAR O CENTRO ANTIGO COMO TERRITÓRIO CRIATIVO

A cidade criativa é mais um processo, do que um plano, é dinâmica e não estática.
(LANDRY, 2009, p. 14)

Conforme aborda Meireles (2010, p. 8), Salvador é uma “cidade onde o desenvolvimento econômico carece de valores humanos elementares” e ainda que a primeira capital do Brasil conte com a presença de “histórias e simbolismos”, os atuais planos teimam em relegar ao esquecimento tais dimensões. Aponta ainda que “somente uma nova lógica pautada num desenvolvimento baseado na cultura” poderia reverter este quadro atual.

A proposta de intervenção deste projeto leva em consideração a possibilidade de fomentar os ativos simbólicos, presentes no patrimônio arquitetônico, nos equipamentos culturais e principalmente na expressão criativa dos baianos natos e dos baianos por opção, ou seja, aqueles atraídos pela atmosfera encantadora e estimulante da Bahia para viver e gerar sua produção intelectual. Em essência, esta seção busca responder à pergunta central: Como potencializar o Centro Antigo de Salvador como Território Criativo?

A proposição apresentada não tem a pretensão de expressar um novo constructo metodológico, e isso se dá essencialmente por duas razões principais: em primeiro lugar, pelo entendimento que o desenvolvimento dos ativos criativos no território careceria bem mais de princípios e referenciais norteadores, que tenham capacidade de ser adaptados à realidade do local, do que fórmulas ou receitas padronizadas de intervenção; segundo, a possibilidade que, sendo uma proposta aberta e dinâmica, a mesma pode ter aplicação no Território Centro Antigo, mas também ser replicada, com a devida observação da realidade local, em outros territórios potencialmente criativos.

O processo formulado para contribuir na dinamização criativa do Centro Antigo tem como inspiração e apoio os seguintes aspectos:

- Conteúdos pesquisados neste projeto para a construção do referencial conceitual relacionado à criatividade, cultura, economia criativa e territórios criativos;
- Observação da realidade do território Centro Antigo constante no Plano de Reabilitação Participativo;

- Práticas observadas ao longo da Residência Social com as atividades realizadas no final de 2010 em Barcelona e Zaragoza na Espanha, bem como em Lisboa e Óbidos em Portugal;
- Experiência empírica deste autor acumulada desde 1994 na atuação profissional focada no apoio ao desenvolvimento socioeconômico de setores econômicos e territórios.

Retomando informações indicadas anteriormente apresenta-se como útil relembrar alguns dos conceitos que formam **pressupostos** a serem considerados no desenvolvimento da proposta de intervenção para o Centro Antigo de Salvador:

- a) A cultura expressa das mais diversas formas e linguagens constitui importante patrimônio de um povo, bem como possibilidade concreta de melhoria da qualidade de vida através do desenvolvimento das atividades relacionadas à economia criativa;
- b) Lugares com forte presença e diversidade de ativos culturais e pessoas criativas podem ser um ambiente especialmente favorável para o desenvolvimento baseado na economia criativa, conformando os territórios criativos;
- c) Os ambientes favoráveis à criatividade geram melhores condições para o desenvolvimento e atração de uma classe criativa, a qual forma uma importante base econômica e social para o mundo atual;
- d) O fomento ao desenvolvimento dos territórios criativos ocorre quando existem políticas públicas consistentes que envolvem de forma participativa os protagonistas das esferas governamental, privada e do terceiro setor;
- e) São imprescindíveis mecanismos de apoio para todo o ciclo de criação, produção e distribuição dos ativos criativos.

Reiterando mais uma vez que não se trata aqui de estabelecer uma metodologia ou projeto acabado, mas sim de referenciais úteis a um processo que contribua para a potencialização e organização dos territórios criativos. A proposta aponta para algumas intervenções que não necessariamente seguem uma sequência cronológica, pois os atores locais podem identificar que algumas etapas são prioritárias e mesmo que outras talvez desnecessárias, e ainda reorganizar a sequência das intervenções.

Um princípio fundamental leva em conta que o processo de trabalho deve ser validado com os sujeitos locais os quais terão condições de opinar e indicar, dentre os portfólios de possíveis ações, de que forma sua aplicabilidade seria mais efetiva no local.

No caso do CAS avalia-se que o Plano de Reabilitação encontra-se bastante atualizado quanto aos indicativos de intervenção no território, tendo uma lacuna no que diz respeito ao gerenciamento do processo, e ainda, uma carência de focar mais especificamente o encadeamento dos ativos criativos existentes. A seguir referenciais de atividades para potencializar o Centro Antigo de Salvador como Território Criativo:

Componente A – Articulação dos Atores Institucionais

O desenvolvimento do território criativo envolve múltiplas dimensões passando diretamente por ações voltadas para os agentes culturais e classe criativa, demandando ações relacionadas às questões sociais, de infraestrutura e segurança, dentre outros. Além disso, no território existem questões que dependem das várias representações do poder público nas esferas federal, estadual e municipal. Nesse sentido, a articulação dos atores institucionais pode garantir uma convergência de esforços, superação dos desafios existentes e alcançar os resultados necessários.

Como atores institucionais no plano federal, serão necessários inicialmente o Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e IPHAN. No plano estadual é fundamental o envolvimento direto do Gabinete do Governador, Secretaria de Cultura, Secretaria do Turismo, IPAC e da Secretaria de Segurança Pública. No âmbito do município, a consolidação do Território Criativo demanda participação ativa dos gestores públicos vinculados aos temas turismo, cultura, assistência social e infraestrutura. Existem ainda instituições com papel absolutamente necessário como o SEBRAE, SENAC e Associações mais representativas da sociedade e empresários que tenham interesse direto no local.

No caso do Centro Antigo já existe um histórico de mobilização de parte desses atores institucionais principalmente no processo de elaboração do Plano de Reabilitação Participativo e existe uma atuação ativa do Escritório de Referência vinculado ao Governo do Estado.

Desde a fase de articulação institucional é indispensável uma abordagem que considere os processos em curso ou anteriormente desenvolvidos, esclarecendo ao conjunto de parceiros que se trata de uma abordagem que, apesar de poderosa do ponto de vista dos resultados que pode gerar, é essencialmente complementar às demais iniciativas em curso.

Em geral, a dinamização do desenvolvimento no território, mesmo que realizado de forma participativa, demanda que uma instituição lidere o processo assumindo a responsabilidade inicial de atividades como mobilização dos atores locais. Esse papel pode ser assumido por uma instituição do próprio território como uma associação de comerciantes ou associação cultural, e ainda uma instituição externa como o SEBRAE, governo estadual ou municipal. No caso do Centro Antigo a gestão inicial das atividades pode ficar a cargo do Escritório de Referência na medida em que se caracteriza com importante papel de fomentar as iniciativas em prol do desenvolvimento do espaço, tendo a parceria com o SEBRAE como instituição técnica com grande contributo para o fomento à economia da cultura.

Trata-se de uma liderança situacional para aglutinar as instituições em um processo de convencimento quanto à necessidade e importância de um trabalho compartilhado. De forma gradativa, o protagonismo deve ser assumido pela instância de governança do território gerando, assim, uma gestão compartilhada.

O componente deve ser desenvolvido com a elaboração prévia de um documento referencial sobre a proposta de Território Criativo apontando suas características e possíveis contribuições para o desenvolvimento local. As instituições com potencial de contribuição devem ser listadas de forma a identificar as pessoas-chave em cada uma e assim ser possível o agendamento de visitas e reuniões individuais para realizar o processo de sensibilização e envolvimento desses parceiros.

Após os contatos iniciais, propõem-se a realização de uma oficina para alinhamento conceitual e metodológico com os representantes das principais organizações objetivando construir uma visão comum quanto ao conceito de território criativo e a ações dinamizadoras para fortalecer o Centro Antigo nessa dimensão.

Componente B – Análise da ambiência e identificação das lideranças estratégicas no território

Cada local apresenta características próprias decorrentes do seu processo de formação social e cultural. Por isso, torna-se necessária a análise da realidade do território tendo como base informações primárias, secundárias e terciárias. No caso específico do Centro Antigo foi apresentado na seção anterior um conjunto de informações bastante ilustrativas do contexto existente.

O importante nesse componente é tratar as informações disponíveis para que estejam acessíveis em todo o processo pautando as decisões dos responsáveis pela governança do território. Outro aspecto relevante é que os próprios atores locais estejam atentos para eventuais ausências de informações e dados necessários para a atuação dos parceiros institucionais. Destaca-se que a leitura sobre a realidade do local é um processo dinâmico e contínuo que gradativamente se enriquece ao longo da intervenção.

No Centro Antigo nota-se a ausência de informações sobre a classe criativa, na medida em que o Plano se detém mais especificamente nos equipamentos culturais. Para esse componente surge, então, a necessidade de um estudo complementar com a análise mais detalhada de quem são os artistas, produtores culturais, *designers* e outros atores criativos presentes no território, delineando qual a oferta existente e sua relação com o mercado consumidor. Como parte ainda desse estudo é preciso avaliar quais classes criativas não estejam presentes no território, mas em função das características locais poderiam ser atraídas para possibilitar uma maior diversidade dos talentos instalados.

Outra ação importante neste momento será a atualização da relação das principais lideranças do território com base nos levantamentos anteriores e o histórico de participação, também identificando novas lideranças relacionadas aos segmentos criativos que possam se engajar no processo. O envolvimento efetivo dessas lideranças estratégicas é fundamental, pois elas devem assumir gradativamente o processo, garantindo sua sustentabilidade com o fortalecimento da futura instância de governança local.

Componente C – Oficinas Participativas de Construção da Visão de Futuro

Mesmo avaliando que preferencialmente os componentes não seguem uma ordem cronológica rígida, em determinados momentos é necessária uma coerência para o encadeamento das abordagens. Não se trata de uma sequência inflexível, mas no caso deste componente será recomendável que ocorra após os componentes A e B em função da possibilidade de maior consistência de informações para o primeiro momento participativo com foco na temática Território Criativo.

As Oficinas Participativas constituem-se como oportunidade para uma etapa essencial em todo o processo que será o envolvimento dos atores locais, especialmente as lideranças, de forma integrada com as representações institucionais visando à discussão e fortalecimento de uma visão de futuro compartilhada para o território baseada no desenvolvimento dos ativos criativos.

Este momento demanda alguns passos que precisam ser muito bem trabalhados:

- 1) Mobilização individual dos atores e lideranças locais e parceiros institucionais abordando sobre a importância da Oficina para iniciar o processo de potencialização do território criativo no Centro Antigo. Neste momento de abordagem individual, os profissionais envolvidos precisam coletar as percepções quanto ao conhecimento das temáticas vinculadas à economia criativa e territórios criativos;
- 2) Realização da primeira Oficina de Construção da Visão Compartilhada que poderá conter etapas como:
 - a. Apresentação dos participantes;
 - b. Apresentação e discussão dos conceitos sobre Cultura e Desenvolvimento, Economia Criativa e Territórios Criativos;
 - c. Reflexão coletiva sobre a pergunta: Como a cultura e a criatividade podem contribuir para o desenvolvimento local?;
 - d. Avaliação do interesse sobre uma proposta de potencialização do Território Criativo;

e. Indicações iniciais para a formação do Núcleo de Governança do Território Criativo ou definição do modelo de acompanhamento por um modelo de governança existente;

f. Definição de data do próximo encontro.

3) Realização da segunda Oficina de Construção da Visão Coletiva a qual indicativamente poderá conter os seguintes pontos de trabalho:

a. Avaliação das reflexões geradas a partir do último encontro e resgate quanto às conclusões de como a cultura e criatividade podem contribuir para o desenvolvimento local;

b. Discussão da visão de futuro para o território a partir das iniciativas em curso e da abordagem de Territórios Criativos;

c. Aprofundamento conceitual das condições necessárias para a Potencialização do Território Criativo;

d. Indicativos das linhas de atuação que podem ser fortalecidas para a consolidação do Território Criativo;

e. Alinhamento sobre a continuidade das Oficinas Participativas que, a partir do 3º. Encontro, passam a integrar o componente D – Fortalecimento da Governança.

Componente D – Fortalecimento da Governança Local

A capacidade de gestão local do processo constitui-se como elemento indispensável para a efetividade das ações necessárias ao desenvolvimento. Nem sempre cabe aos atores locais a atribuição de executar iniciativas que estejam além de suas alçadas ou competências de atuação. No entanto, o protagonismo coletivo das lideranças do território seguramente proporciona grande capacidade de resolução dos problemas e aproveitamento das oportunidades, pois, em primeiro lugar, tem legitimidade para indicar necessidades e reinvicar a atuação dos atores institucionais. Além disso, tais atores podem demonstrar capacidade de monitoramento e aceleração dos processos estratégicos relevantes para o local. E, por fim, o núcleo de governança do Território Criativo, seja aproveitando uma estrutura existente, seja formando uma nova estrutura de gestão compartilhada, deve agregar além dos líderes locais as próprias instituições públicas que passam a atuar como corresponsáveis pela potencialização do território.

Quanto à sistemática operacional deste componente propõe-se que sejam realizadas oficinas quinzenais ou mensais, com duração de quatro horas, de acordo com a disponibilidade dos participantes, ressaltando a importância da periodicidade dos encontros para consolidá-los como ambientes de gestão compartilhada do processo.

Sendo um processo aberto à realidade local não seria pertinente uma preocupação com a definição rígida dos temas abordados em cada um dos encontros/oficinas. O mais importante é que os encontros ocorram observando algumas premissas como: 1) foco na discussão de assuntos diretamente vinculados ao processo de potencialização do Território Criativo; 2) organização logística desde o processo de convites e confirmação dos encontros, até a qualidade das instalações e serviços de apoio durante os encontros; 3) condução dos trabalhos de forma a permitir um ambiente criativo, flexível, mas focado em resultados.

Componente E – Eixos Estratégicos e Projetos Alavancadores

Diante da perspectiva de que o fomento aos negócios criativos no território pode contribuir para a potencialização do território criativo, o grupo de lideranças envolvidas no processo deve identificar os Eixos Estratégicos e Projetos Alavancadores considerando:

- 1) Validação ou revisão de linhas de atuação previstas no Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo principalmente as proposições 6 (Qualificação dos espaços culturais e monumentos), 7 (Estruturação do turismo cultural), 12 (Valorização do CAS a partir da educação patrimonial) e 13 (Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia), identificando ações concretas e formas de operacionalizá-las;
- 2) Identificação de linhas de atuação surgidas no Componente A deste projeto de intervenção, principalmente quanto ao fomento à classe criativa existente e atração de novos negócios criativos para o território;
- 3) Implementação de um programa voltado para o estímulo ao ciclo de criação, produção, circulação e distribuição de bens culturais, com foco no empreendedorismo, orientação de gestão e dos aspectos técnicos relacionados à viabilidade de projetos e negócios criativos;

4) Outras iniciativas relevantes identificadas ao longo das Oficinas de Construção da Visão de Futuro do Território Criativo.

Uma proposta concreta de projeto na linha do item três seria a criação de um centro de orientação para gestores criativos, semelhante ao Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, específico para empreendedores culturais. Essa proposta no momento de elaboração da dissertação-projeto está sendo discutida pelo SEBRAE com a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

Atualmente, o SAC existe em vários pontos de Salvador e do interior, sendo um bom exemplo de serviço público de qualidade onde as pessoas encontram vários serviços no mesmo local como a emissão de documentos (Carteira de Identidade, Carteira de Motorista, Passaporte, etc) com um fluxo de atendimento dos vários órgãos necessários a esses serviços públicos.

A proposta consiste em utilizar como referência esse modelo de qualidade e adaptá-lo na criação de um centro que reunisse os vários serviços aos empreendedores culturais. O projeto contaria com um espaço dotado das condições estruturais, técnicas e financeiras para o atendimento às pessoas que desejem viabilizar projetos e iniciativas no âmbito de produtos culturais, oferecendo orientação, consultoria e capacitação em núcleos de atendimento como: Legalização e Formalização de Negócios Criativos; Elaboração de Projetos; Gestão de Projetos; Produção Cultural; Mobilização de Recursos; Prestação de Contas; Cultura Digital; Redes de Cooperação.

Esse serviço poderá gerar resultados positivos dentre os quais:

- 1) Fomento aos negócios criativos do Centro Antigo com a possibilidade de maior profissionalização decorrente da orientação técnica e capacitação necessária para esses empreendedores;
- 2) Maior circulação no Centro Antigo, especialmente no Pelourinho, de artistas e produtores culturais que utilizarão os serviços disponíveis, contribuindo para a atração da classe criativa para o território.

Esse poderá ser um projeto âncora, o qual tem capacidade de catalisar várias outras iniciativas no local. Além dele, cabe ao grupo de parceiros locais avaliar outros projetos e ações os quais deverão ser hierarquizados quanto à sua

importância e operacionalidade visando a compor o Plano Operacional do Território Criativo previsto no componente seguinte.

Componente F – Plano de Operacional do Território Criativo

A materialização de ações no contexto econômico, social e de infraestrutura, para que ocorra de forma estruturada e com a otimização dos recursos, deve necessariamente ser precedida do planejamento. É comum que o território objeto das intervenções possua inúmeros diagnósticos, e mesmos planos ou projetos, os quais também de forma reincidente acabam por demonstrar pouca efetividade e menos ainda resultados concretos.

Mesmo considerando que a lógica aqui delineada projeta de forma inequívoca o papel da governança local e das iniciativas anteriormente propostas ou em curso, o êxito da formação do Território Criativo está diretamente relacionado com a capacidade de priorização das iniciativas relevantes, gerenciamento coletivo da “agenda” local e fomentar uma coesão social.

Para garantir os melhores resultados possíveis recomenda-se que o Plano Operacional seja uma ferramenta de trabalho dinâmica que norteie o desenvolvimento das ações, possibilitando o acompanhamento do *status* em tempo real, e servindo ainda como meio para um processo de comunicação e integração dos atores locais e institucionais. Nessa direção recomenda-se a criação de uma plataforma de informações na internet ou mesmo a utilização de ferramenta já existente como o Sistema da Gestão Orientada para Resultados – SIGEOR, utilizada amplamente pelo Sistema SEBRAE e cedida para parceiros.

O Plano Operacional deve ser monitorado sistematicamente pelo Núcleo de Governança sendo pauta dos encontros periódicos para avaliação do andamento das ações planejadas.

Componente G – Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação

Um dos principais entraves para o melhor desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas aos ativos criativos está ligado à ausência das informações atualizadas e indicadores ordenados para essa nova economia. Mesmo

os poucos dados disponíveis muitas vezes chegam somente ao detalhamento dos municípios e dificilmente estão disponíveis para recortes territoriais específicos.

Nesse Componente, o Núcleo de Governança avaliará os dados disponíveis sobre os negócios criativos ponderando quais são úteis e quais as lacunas existentes. Por consequência propõem-se a criação de um comitê com responsabilidade pela construção da matriz de indicadores e seu sistema de atualização, iniciativa na qual poderá ser mobilizada a Secretaria de Cultura do Estado como forma de garantir um modelo compatível com uma base de dados estadual.

A avaliação de resultados seguramente é um dos principais desafios dos projetos de intervenção sendo que essa dificuldade tem origem em diversas causas, mas principalmente pelo foco na execução das tarefas e reduzida preocupação com os impactos concretos. Buscando a coerência com o modelo de gestão participativa proposto, os indicadores que compõem a avaliação dos resultados devem ser definidos de forma compartilhada com o próprio núcleo de governança.

Meramente para fins ilustrativos pode-se indicar alguns itens que provavelmente merecem ser mensurados como: 1) números de novos negócios criativos gerados; 2) pessoas ocupadas em negócios criativos; 3) renda média das pessoas ocupadas; 4) quantidade de eventos culturais no território; 5) equipamentos culturais reformados; 6) fluxo de visitantes da cidade; 7) fluxo de turistas.

Todos os componentes acima descritos levam em consideração a premissa de que o Centro Antigo de Salvador reúne diversos elementos que estão dispersos sem o devido encadeamento e estímulo das conexões necessárias para criação das condições favoráveis à sua potencialização como Território Criativo. A proposta de intervenção tem como objetivo a criação de um processo que estimule a convergência de esforços para implementação das ações com ênfase à economia da cultura identificadas no Plano de Reabilitação Participativo, bem como a identificação de novas ações que permitam estabelecer no local um ambiente favorável aos negócios integrantes da economia criativa.

Desta forma, a proposta de intervenção é focada em um processo de gestão participativa para potencialização do Território Criativo, conforme descrito de forma sintética no esquema seguinte.

Figura 2
Processo de Intervenção – Território Criativo



Fonte: Elaboração do próprio autor

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo atual, fica patente que invariavelmente resultados mais efetivos dependem de melhores processos de gestão, seja em organizações privadas, instituições públicas ou ainda nas intervenções voltadas para a gestão social e o desenvolvimento em territórios.

As lideranças e atores sociais que estejam empenhados na conquista de transformações concretas quanto à melhoria da condição humana devem definir sua forma de atuação muito mais em processos abertos à construção coletiva do que em fórmulas ou métodos pretensamente estruturados. Segundo Gianella (2008, p. 24),

Talvez, hoje em dia, a analogia pertinente para a gestão social seja muito mais a *Jam session* do que da medicina alopática ou da mecânica. Pois nossa tarefa aproxima-se mais de um processo criativo com múltiplos protagonistas (multi atorial), do que a visão de um sujeito todo poderoso, capaz de resolver sozinho, os conflitos presentes no sistema e de determinar, sem interferências, as evoluções certas para ele.

Essa análise, contudo, não descarta a importância do método para o desenvolvimento dos processos, muito pelo contrário, indica uma sistemática que deve ser entendida como referencial com a devida flexibilidade para os ajustes necessários quando deparada com a realidade do território e de seus atores sociais.

Desta forma, conclui-se que o Centro Antigo pode ser potencializado como um Território Criativo desde que isso seja um objetivo compartilhado por lideranças engajadas na transformação da realidade local, materializando políticas públicas, que tão bem abordado por Rubim (2011) devem constituir-se não somente como políticas de governo, mas como políticas que sejam a convergência da sociedade e poder público. Para Brandão (2007, p. 206),

Deve-se pretender, com tais políticas, a “recomposição territorial” através da ação planejada; a reconstrução dos espaços públicos e dos canais institucionalizados, destruídos pelas políticas neoliberais, e a criação de variadas arenas que possam aglutinar e dar vazão às diferentes reivindicações e interesses.

A construção deste trabalho constituiu-se em uma instigante viagem pelo conhecimento, pelas múltiplas possibilidades e pelo descobrir que novos caminhos são possíveis. Uma busca por respostas que por vezes gerou novas indagações. Levado por um percurso exploratório, em momentos houve confronto com temas

convergentes com os conceitos pré-concebidos, e noutras oportunidades diante de “verdades” as quais demoravam ser digeridas. Empreender o processo gerou a constatação que o mundo é complexo, gerando relações sociais e econômicas também complexas, as quais por sua vez demandam soluções cada vez mais inovadoras e ao mesmo tempo simples para fazer frente aos ambientes em constante mutação.

O ser humano diante dos desafios que enfrentou ao longo de sua existência soube gerar soluções criativas nas mais diversas áreas do conhecimento levando a humanidade, mesmo diante de tantos problemas ainda existentes, a melhorar sua qualidade de vida, verificada, por exemplo, na longevidade dos indivíduos e na cura de tantas doenças. Esse mesmo ser humano conseguiu produzir inventos absolutamente fantásticos dos mais complexos como modernos aviões até objetos dos mais triviais para utilização doméstica.

Mas, mesmo com toda essa capacidade criativa esse mesmo ser humano se depara com desafios os quais sua capacidade teima em esbarrar: desigualdade social, problemas com violência urbana, pessoas que poderiam ter melhor qualidade de vida.

A sociedade vive um momento de constantes paradoxos na medida em que avançamos nas conquistas no campo do conhecimento aplicado às ciências, artes, economia, etc., todavia, por outro lado, não conseguimos reverter e melhorar situações tão básicas como a melhoria das condições de vida e trabalho das pessoas.

O principal insumo para a construção de sociedade com maior geração e distribuição da riqueza para os cidadãos já está disponível: o talento criativo. Cabe aos atores públicos e privados a construção dos mecanismos necessários para fomentar esse novo ciclo socioeconômico nos territórios.

Conforme abordado no início do trabalho, em nenhum momento houve a pretensão de gerar um novo constructo metodológico sendo que o formato final proposto para o Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA proporciona isso, na medida em que estabelece o desenvolvimento de uma dissertação-projeto, integrando o embasamento conceitual com uma proposição de intervenção no campo empírico concreto.

Contudo, torna-se importante registrar a satisfação pelo sentimento do dever cumprido, mesmo tendo a clareza que novas portas ainda estão por ser abertas e

muitos aprofundamentos em trabalhos futuros serão necessários. Foi construída uma primeira pavimentação de conceitos e proposições, sendo que novos conhecimentos e descobertas ainda estarão por vir no campo da Economia Criativa e dos Territórios Criativos. Na visão de Cardoso (1971, p. 64),

Sendo sempre limitado, parcial, o conhecimento é necessariamente menos rico e complexo do que a realidade a que se refere aquela adequação é nunca senão relativa, por isso mesmo provisória. Sua vigência se dá até o momento em que o conhecimento tenha avançado a um grau superior de sofisticação e refinamento, quando seus limites se tornem mais nítidos e restrições a sua validade fixem melhor seus contornos.

Para novos trabalhos ficam possibilidades como a pesquisa de quais segmentos econômicos caracterizariam a Economia Criativa no Brasil, tendo em vista que os referenciais disponíveis estão baseados no modelo britânico. Outra linha necessária seria o aprofundamento de como efetivamente as pessoas podem transformar seu talento criativo em negócios criativos, avaliando como é o processo de materialização das potencialidades individuais e coletivas em oportunidades que sejam aproveitadas.

Existe um leque bastante amplo de possibilidades, mas por ora torna-se pertinente a implantação do processo então proposto o qual certamente apresentará muitas complexidades e conclusivamente indicará quais as lacunas estão por ser preenchidas.

Por fim, Kageyama (2009, p. 48-49) desenvolve uma abordagem voltada para Cidades Criativas que analogicamente pode ser direcionada para os Territórios Criativos, onde uma estratégia de potencialização criatividade precisa considerar os aspectos aparentemente subjetivos, os quais verdadeiramente influenciam tudo que ocorre nas relações sociais e humanas:

A cidade criativa é um sentimento. É a sensação de que algo está acontecendo, que algo poderia acontecer, e que será interessante. É um sentimento de movimento, do momento. É uma sensação de energia, quer de energia em repouso, esperando a ser desencadeada ou energia em ação similar. [...] Grandes cidades ou muito pequenas podem ter essa sensação. Gostaria de fazer notar que muitas vezes é difícil ver uma cidade está sendo criativa, muitas vezes só se sentem as deficiências de nossa própria comunidade ao invés de celebrar os seus pontos fortes. Nós nos tornamos insensíveis à nossa cidade, a energia. Então é fundamental dar um passo atrás, ocasionalmente, e ver nossa cidade com novos olhos e redescobrir tudo de novo. É por isso que os turistas e o turismo são fatores importantes. Tornar uma cidade criativa é principalmente o acúmulo de muitos pequenos atos. É uma obra de arte pública, um banco confortável, um café local, uma árvore bem colocada, em um prédio, em um *pub* local

grande, em uma banda local quente, na rua onde adolescentes tentam truques no *skate* novo. A cidade torna-se criativa criando o conjunto das condições em que estes pequenos atos podem acontecer [...].

REFERENCIAS

AGÊNCIA INOVA. (2009). *Dossier de economia criativa*. Disponível em: <http://www.inovaforum.org/inoaforum/docs/Dossiers/Microsoft%20Word%20-%20Dossier_Economia%20Criativa_RevisaoFin_.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2011.

ALBAGLI, S. (2004). Território e territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília/Rio de Janeiro: SEBRAE; Relume Dumará.

ALENCAR, E. M.; GALVÃO, A. (2007). Condições favoráveis à criação nas ciências e nas artes. In: VIRGOLIM A. M.(Org.) *Talento criativo: expressão em múltiplos contextos*. Brasília,DF: Editora Universidade de Brasília,

BARBOSA, M. T. (2010). Segurança Pública. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Antigo, & UNESCO., *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

BENDASSOLLI, P. F.; W. Jr., T. (2009). *Indústrias Criativas: Definição, Limites e Possibilidades*. RAE .

BNDES. *BNDES e a economia da cultura*. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura>. Acesso em: 22 jan. 2011.

BRANDÃO, C. (2007). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da UNICAMP.

CANÇADO, A. C. et al. (2008). *Os desafios da formação em gestão social*. Palmas: Provisão.

CAPEL, H. *El modelo Barcelona: un exame crítico*. Ediciones del Serbal.

CARDOSO, M. L. (1971). *O mito do método: Metodo Científico*. Rio de Janeiro: PUC-RJ.

COUTINHO, D. et al. (2007). *Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE na cultura e entretenimento*. Brasília, DF: SEBRAE.

DCMS. *The Nation Archives / UK*. Disponível em:<DCMS / The Nation Archives/ UK: http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/+http://www.culture.gov.uk/reference_library/publications/4740.aspx>. Acesso em: 26 fev. 2011.

DEFOURNY, V. (2010). Apresentação. In: G. d. UNESCO, *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

DÓRIA, E.; GOMES., S. L. (2010). Aspectos de conformidade ambiental. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Antigo, & UNESCO., *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura. Fundação Pedro Calmon.

FERREIRA, F. (2008). *Cities, the Information Society and the Creative Industries: an analysis of the core media related creative industries in Salvador, Bahia*. Austin: The University of Texas at Austin.

_____. Salvador e Austin enquanto cidades criativas: planos estratégicos e os fatores.

FLORIDA, R. *Cities and the creative class*. New York; London: Routledge.

_____. (27 dez. 2010). Crise marca o surgimento de um novo capitalismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A13.

GIANELLA, V. (2008). Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social. In: CANÇADO, A. C. et al. *Os desafios da formação em gestão social*. Palmas: Provisão.

GIDDENS, A. (2005). *Mundo em descontrole*. Rio de Janeiro: Record.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO. (2010). *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon.

GUERRA, O.; GONZALEZ, P. (2010). Aspectos econômicos. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Antigo, & UNESCO, *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura. Fundação Pedro Calmon.

HARTLEY, J. (Editado). (2008). *Creative industries*. Blackwell Publishing.

HOWKINS, J. (2007). *The creative economy: How people make money from ideas*. London: Penguin Books.

IGLESIAS, E. (2007). *Enrique V. Iglesias, President of the Inter-american Development Bank Pleads for Education*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/bpi/eng/unescopress/97-185e.htm>>. Acesso em: 28 jan. 2001.

ISAR, Y. R. (2008). Visão global: das inquietações conceituais a uma agenda de pesquisas. In: REIS, A. C. *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural.

JACOBS, J. (2009). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

KAGEYAMA, P. (2009). Creative city. In: REIS, A. C.; P. K. (Org.), *Creative city perspectives*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Cretive City Productions.

KALIL, I. C. (2010). Acessibilidade e mobilidade urbana. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Antigo, & UNESCO, *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

LAGES, V. (2007). Base conceitual. In: *Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE na cultura e entretenimento*. Brasília, DF: SEBRAE.

_____. BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.) (2004). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília; Rio de Janeiro: SEBRAE; Relume Dumará.

LANDRY, C. (2009). The creative city: The history of a concept. In: REIS, A. C.; KAGEYAMA, P. *Creative city perspectives*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative City Productions.

LARAIA, R. D. (2001). *Cultura: Um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LERNER, J. (2009). Every city can be a creative city. In: REIS, C.; KAGEYAMA, P. (Org.) *Creative city perspectives*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative City Productions.

LIMA, B. (2010). Apresentação. In: G. d. UNESCO, *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

MACHADO, R. M. (2009). Da indústria cultura à economia criativa. *Revista Alceu*, Rio de Janeiro, p. 83-95.

MANITO, F. (2010). *Ciudades creativas: Creatividad, innovacion, cultura y agenda local*. Barcelona: F. Kreanta.

MEIRELES, M. (2010). Apresentação. In: G. d. UNESCO., *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura. Fundação Pedro Calmon.

MELGUIZO, J. (2009). Medellin, a creative city. In: REIS, A. C.; KAGEYAMA, P. (Org.) *Creative city perspectives*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative City Productions.

MENDES, Cândido; LARRETA, Enrique (2003). *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

MIGUEZ, P. (2007). *Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ECONOMIA DA CULTURA, Recife, p. 19.

NEVES-PEREIRA, M. S. (2007). Uma leitura histórico-cultural dos processos criativos: as contribuições de Vygotsky e da psicologia soviética. In: VIRGOLIM, A. M. (Org.). *Talento criativo: expressão em múltiplos contextos*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

NOBLE, M. (2009). *Lovely spaces in unknown places: creative city building in Toronto's Inner Suburbs*. Toronto: University of Toronto.

PARDO, J. (2009). Management and governance for creative cities. In: REIS, A. C.; KAGEYAMA, P. (Org.) *Creative city perspectives*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative City Productions.

PARDO, J. (2009). MANAGEMENT AND GOVERNANCE FOR CREATIVE CITIES. In: A. C. REIS, & P. K. (ORG.), *CREATIVE CITY PERSPECTIVES*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative City Productions.

PAULA, J. d. (2004). Territórios, redes e desenvolvimentos. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. Morelli (Org.) *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília, DF/Rio de Janeiro: SEBRAE/Relume Dumará.

PRESTES FILHO, L. C. (2009). Fluxos econômicos e cadeias setoriais. In: REIS, A. C. Reis; K. d. Marco, *Economia da cultura: idéias e vivências*. Rio de Janeiro: Public. p. 71.

PRIGOGINE, I. (2003). O fim da certeza. In: MENDES, C.; LARRETA, E. *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond.

QUEIROZ, L. A. (2010). Economia do turismo. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Antigo, & UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

REIS, A. C. *Cidades criativas, turismo cultural e regeneração urbana*. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Ana-Carla-Fonseca-Cidades-Criativas.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

_____. (2008). *Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural.

_____. *Entrevista: Inovação e cultura para eternizar cidades*. Disponível em: <http://www.brasileconomico.com.br/epaper/contents/BE_2011-08-22.pdf>. Acesso em: 4 set. 2011.

_____. Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico. In: REIS, A. C. (Org.) *Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural.

_____.; K.d. (Org.) (2009). *Economia da cultura: idéias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit.

_____.; DE MARCO, K. (2009). *Economia da cultura: idéias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit.

_____.; KAGEYAMA, P. (2009). *Creative city perspectives*. São Paulo: Garimpo de Soluções & Creative City Productions.

RUBIM, A. A. (2011). *As políticas culturais e o Governo Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTAGATA, W. (2004). *Cultural districts and economic development*. Turin: University of Turin.

SANTANA, M. C. (2010). Avaliação dos equipamentos e negócios culturais. In: G. d. UNESCO. *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura. Fundação Pedro Calmon.

SANTOS-DUISENBERG, E. d. (2008). Economia criativa: uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, A. C. (Org.), *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural.

SEBRAE (2002). *Cara brasileira: a brasilidade nos negócios, um caminho para o "made in Brazil"*. Brasília, DF: SEBRAE.

SERPA, A. (2009). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

SMITH, P. (2010). A Dimensão Social e o Quadro de Vulnerabilidades. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Antigo, & UNESCO., *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

SOUZA, A. G. (2010). Ocupação Urbana e Habitação. In: G. d. Bahia, S. d. Cultura, E. d. Salvador, & UNESCO, *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Governo da Bahia; Fundação Pedro Calmon.

UNITED NATIONS EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE ORGANIZATION. *Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidad Cultural*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

VIRGOLIM, A. M., (Org.). (2007). *Talento criativo: expressão em múltiplos contextos*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

WAGNER, J. (2010). Apresentação. In: G. d. UNESCO., *Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo*. Salvador: Secretaria de Cultura; Fundação Pedro Calmon.

ANEXO A – Proposição 1: Fomento à atividade econômica no CAS.

PROPOSIÇÃO 1: Fomento à atividade econômica no CAS	
Objetivo Geral 1: Incrementar o nível de atividade econômica no CAS, atraindo novos negócios para gerar maior renda e oportunidades de trabalho.	
Objetivo Específico 1.1: Atração de empresas com ênfase nas que possam reforçar os polos de Especialização existentes, particularmente negócios culturais e criativos, propiciando maior qualificação e remuneração para a mão-de-obra empregada no CAS.	
Ações a serem desenvolvidas a) Realizar um censo das atividades econômicas que contemple mecanismos de atualização permanente das informações e enfatize as atividades integrantes dos polos de especialização existentes (eletroeletrônico, antiquários, decoração, atividades culturais e criativas e comércio varejista), de modo a orientar novos empreendedores. b) Montar um banco de dados cadastrais e indicadores econômicos e financeiros dos segmentos culturais, criativos e afins e disponibilizá-lo para a população. c) Desenvolver parcerias para a capacitação de empreendedores e funcionários, a exemplo da existente na Baixa dos Sapateiros, para: <ul style="list-style-type: none"> • estimular os novos empreendedores a se engajarem em práticas associativistas nos polos de especialização existentes; • orientar novos negócios, em especial aqueles voltados para atividades turísticas, culturais e criativas, estimulando o empreendedorismo; • orientar formas de acesso ao crédito, de incentivos financeiros e políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia); • fornecer capacitação empresarial, focada nos pequenos empreendedores que vierem a se instalar nos polos de especialização existentes; • desenvolver produtos econômicos a partir do patrimônio imaterial do CAS. d) Identificar potencialidades para aumentar a oferta das atividades econômicas, no comércio e nos serviços, geradoras de empregos de maior remuneração e qualificação. e) Identificar o perfil das empresas de comércio e serviços geradoras de maior remuneração e qualificação profissional. f) Implantar um Programa de Incentivos Fiscais: <ul style="list-style-type: none"> • mapear os incentivos existentes no CAS; • definir negócios a serem atraídos com a concessão de incentivos, considerando o potencial econômico dos mesmos, em termos de geração de empregos de maior remuneração e qualificação; • apresentar às instâncias pertinentes proposta de novos incentivos, justificando a sua necessidade e definindo contrapartidas (conservação do imóvel, preservação ambiental, utilização de mão-de-obra local etc.) a serem exigidas das empresas beneficiadas; • contemplar, nos incentivos fiscais, o uso misto do imóvel, respeitando as características e anseios locais. 	
Objetivo Específico 1.2: Apoio à implantação de projetos estruturantes, tais como: Fonte Nova, Feira de São Joaquim, Porto, Mercado São Miguel, LGR/Além do Carmo.	
Ações a serem desenvolvidas a) Incentivar a instalação de empreendimentos de menor porte (novos negócios) vinculados ou dependentes dos equipamentos âncoras. b) Implantar programa de capacitação de mão-de-obra para operação dos grandes equipamentos.	
Objetivo Específico 1.3: Fomento a novos projetos estruturantes.	
Ações a serem desenvolvidas a) Atrair novos empreendimentos turísticos culturais para a área, considerando, por exemplo, a atração de atividades de convenções para o CAS. b) Recuperar o Cine Jandaia, o Cine Pax e o Cine Excelsior, buscando parcerias para investir e transformá-los em novos empreendimentos âncoras, observando as características e atividades originais dos equipamentos. c) Identificar potencialidades para novos negócios periféricos, a partir da implantação dos projetos âncoras (estacionamentos e serviços de atividades complementares que compõem a cadeia produtiva). d) Estabelecer parcerias com órgãos financiadores, tais como BNDES, Caixa, Desenbahia, BID e BIRD, para apoio a novos projetos âncoras.	
Resultado Esperado: Aumento da atividade econômica do CAS.	

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO B – Proposição 2: Ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS.

PROPOSIÇÃO 2: Ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS
Objetivo Geral 2: Ampliar a participação de mercado das empresas instaladas no CAS, com foco nas micro e pequenas empresas, em especial as culturais, criativas e as que lidam com serviços dinâmicos.
Objetivo Específico 2.1: Reforço aos serviços dinâmicos geradores de empregos de maior remuneração e qualificação.
Ações a serem desenvolvidas: <ol style="list-style-type: none"> Apoiar a criação de redes de empresas como forma de lidar coletivamente com problemas comuns nos pólos de especialização. Apoiar a inserção de micro e pequenas empresas em cadeias de suprimento de médias e grandes empresas. Implementar formas de aproximar empresas, fornecedores, distribuidores e outras instituições presentes nos polos de especialização. Viabilizar maior acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas comerciais e de serviços. Promover a formação gerencial (contábil, jurídica, financeira e de marketing) para os gestores de micro e pequenos empreendimentos e estimular a adoção de programas de qualidade envolvendo trabalhadores e empreendedores.
Objetivo Específico 2.2: Apoio às organizações da economia solidária.
Ações a serem desenvolvidas <ol style="list-style-type: none"> Estimular cooperativas e associações locais, para: <ul style="list-style-type: none"> estabelecer parcerias com empresas privadas; formar redes setoriais entre as instituições. Divulgar os produtos elaborados e comercializados pelas organizações, a exemplo de feiras, exposições e utilização de espaços públicos em <i>shoppings</i>. Orientar os gestores das organizações da economia solidária em relação ao acesso ao crédito, aos incentivos financeiros e às políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia).
Objetivo Específico 2.3: Potencialização do aproveitamento econômico do patrimônio material e imaterial.
Ações a serem desenvolvidas <ol style="list-style-type: none"> Desenvolver parcerias para: <ul style="list-style-type: none"> orientar negócios voltados para atividades culturais e criativas e estimular o empreendedorismo; orientar o acesso às políticas públicas estaduais e federais para a cultura (pontos de cultura, Lei Rouanet, direitos autorais e mídia); capacitar gerencialmente os empreendedores. Apoiar as empresas e organizações que lidam com patrimônio material e imaterial para melhorar as instalações físicas, acervo e informação. Aumentar a integração econômica e territorial no CAS e do CAS com o resto da cidade. Apoiar a gestão do parque imobiliário privado, com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas que gerem dinâmica social para contribuir com a manutenção do imóvel e sustentabilidade da área.
Objetivo Específico 2.4: Modernização e organização do comércio informal.
Ações a serem desenvolvidas: <ol style="list-style-type: none"> Desenvolver parcerias com organizações para: <ul style="list-style-type: none"> diminuir a ilegalidade do comércio varejista; estimular a legalização dos empresários individuais; realizar capacitação gerencial; orientar e facilitar o acesso de ambulantes ao microcrédito; organizar manual de orientação para a atividade dos ambulantes; qualificar, regular e fiscalizar a instalação de comércio informal próximo a equipamentos públicos e monumentos de forma permanente.
Resultado Esperado: Competitividade dos negócios instalados ampliada, em especial serviços culturais e criativos.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO C – Proposição 3: Preservação da área da encosta do frontispício.

PROPOSIÇÃO 3 : Preservação da área da encosta do frontispício	
Objetivo Geral 3	Valorizar a paisagem urbana da encosta do frontispício de Salvador como patrimônio material e simbólico.
Objetivo Específico 3.1:	Recuperação da encosta entre a Cidade Alta e Baixa, como espaço público aberto, e valorização dos mirantes como área de contemplação da Baía de Todos os Santos.
Ações a serem desenvolvidas:	<p>a) Recuperação da paisagem da encosta, considerando a área tombada pelo IPHAN, e prevendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a criação do Parque da Encosta, com ênfase nos atrativos culturais e turísticos; • avaliação das condições de uso e de infraestrutura dos potenciais mirantes; • desocupação da área tombada da encosta; • recuperação da área verde com indicação de vegetação nativa; • a necessidade de uma fiscalização efetiva, da PMS e CREA/BA para controle da ocupação da encosta; <p>b) Adequar os projetos em andamento com as diretrizes desta proposição: Chácara Santo Antônio, Lapinha, Pilar I e II, Rocinha, contrato de repasse Pilar/Encosta.</p>
Objetivo Específico 3.2:	Recuperação e/ou valorização dos transportes verticais de ligação entre a Cidade Alta e Baixa e prospecção de novas alternativas.
Ações a serem desenvolvidas:	<p>a) Melhorar as condições dos transportes verticais (Elevador Lacerda, planos inclinados Gonçalves, do Pilar e da Liberdade), considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • integração com os demais transportes públicos; • infraestrutura da área do entorno imediato; • existência de projetos para os equipamentos; • parcerias com a iniciativa privada; <p>b) Recuperar o Elevador do Taboão;</p> <p>c) Desenvolver novas alternativas de conexão entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa tais como: Santo Antônio/Comércio, Gamboa/Aflitos/MAM.</p>
Objetivo Específico 3.3:	Requalificação das vias de ligação entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa.
Ações a serem desenvolvidas:	<p>a) Recuperar as seguintes vias: Ladeira da Montanha; Rua do Pau da Bandeira; Ladeira da Conceição; Ladeira do Sodré; Ladeira da Preguiça; Ladeira da Misericórdia; Rua Visconde Mauá; Caminho Novo do Taboão; Rua do Julião; Ladeira do Taboão; Ladeira do Pilar; Av. Contorno; Soledade e Ladeira do Canto da Cruz.</p> <p>b) Concluir a curto prazo as obras das vias de ligação com recursos captados: Pilar/Taboão e Santo Antônio/Pilar.</p> <p>c) Adequar e valorizar as vias de acesso nas áreas de ocupação consolidada.</p>
Resultado Esperado:	Área da encosta do frontispício desocupada, recuperada e preservada.
Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.	

ANEXO D – Proposição 4: Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS.

PROPOSIÇÃO 4: Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS
Objetivo Geral 4: Incentivar o uso de edificações fechadas, em ruínas e lotes baldios, assegurando a sua função social.
Objetivo Específico 4.1: Implementação de programas habitacionais para atender cerca de 5 mil famílias, preferencialmente com renda superior a 5 salários mínimos.
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados para 400 habitações, em 166 imóveis (Rememorar II/Residência Estudantil/Monumenta-PROHABIT). b) Elaborar projeto com recursos já alocados para 50 casarões, sendo: Rememorar III – 40 imóveis e MCidades – 10 imóveis, para produzir cerca de 300 habitações. c) Viabilizar habitações considerando os 1.100 imóveis fechados, em ruínas e lotes baldios. d) Estabelecer parcerias com os órgãos financiadores. e) Incentivar os serviços de apoio ao uso habitacional (comércio, serviço e lazer).
Objetivo Específico 4.2: Implantação de novos programas habitacionais no CAS para 2.000 famílias de sem-teto, moradores de cômodos e cortiços.
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados – Monumenta/HIS com 103 habitações. b) Atualizar cadastro das famílias e manter o controle da ocupação da área. c) Elaborar projeto executivo e executar as obras preferencialmente de novas unidades habitacionais para 2.000 famílias. d) Realizar parcerias com os grupos e movimentos sociais vinculados à população a que se destinam as obras. e) Avaliar a viabilidade de utilização de programas de locação social.
Objetivo Específico 4.3: Incentivo ao uso institucional destinado ao turismo e cultura nos imóveis tombados do Centro Histórico e Soledade.
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Instalar a Secretaria de Cultura no Liceu de Artes e Ofícios. b) Instalar o Receptivo do Governador no Palácio Rio Branco. c) Incentivar os órgãos vinculados à cultura e ao turismo a se instalarem no CAS. d) Incentivar organizações não-governamentais e cooperativas envolvidas em atividades educativas e culturais, de interesse estratégico do Plano, a se instalarem no CAS.
Objetivo Específico 4.4: Promoção de condições de habitabilidade para 1.000 famílias ocupantes das áreas de risco da encosta, priorizando a sua realocação para o entorno.
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Concluir em curto prazo as obras com recursos captados, para a produção de 946 habitações: Chácara Santo Antônio (110 unidades), Lapinha/Soledade (150 unidades), Pilar I (109 unidades), Pilar II (287 unidades), Pilar III (70 unidades), Rocinha (66 unidades), Ladeira da Montanha (90 unidades) e Misericórdia (64 unidades). b) Desenvolver projeto socioambiental com as famílias remanejadas. c) Atualizar os cadastros e manter o controle da ocupação da área.
Resultado Esperado: Edificações vazias, em ruínas e lotes baldios adequados para o uso habitacional e institucional.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO E – Proposição 5: Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS.

PROPOSIÇÃO 5: Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS	
Objetivo Geral 5:	Revitalizar o bairro do Comércio e valorizar a orla do CAS como portal de acesso à Baía de Todos os Santos.
Objetivo Específico 5.1:	Fomento aos novos usos institucionais, habitacionais, de hotelaria, comércio e serviços complementares.
Ações a serem desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> a) Incentivar a instalação, sobretudo, de empreendimentos culturais, educacionais turísticos e comerciais na área, considerando a aplicação de instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para ações em imóveis abandonados. b) Incentivar a recuperação dos edifícios-garagem e a criação de áreas de estacionamento. c) Incentivar o uso habitacional dos imóveis nas imediações da encosta e nos vazios urbanos. d) Promover a retirada dos recobrimentos das fachadas. e) Recuperar os espaços públicos e criar novas áreas de uso público com arborização.
Objetivo Específico 5.2:	Integração da orla da Baía de Todos os Santos, articulando os projetos e os equipamentos existentes.
Ações a serem desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> a) Recuperar a orla da Gamboa à Jequitaia, integrando os equipamentos existentes, requalificando a infraestrutura urbana e criando abertura da cidade para a Baía de Todos os Santos. b) Implantar o Plano Náutico da Baía de Todos os Santos. c) Executar as obras da Feira de São Joaquim. d) Recuperar o Forte da Gamboa e criar conexões com a Igreja dos Aflitos (teleférico) e com o MAM (passarela marítima). e) Adequar o espaço Jequitaia para atividades econômicas, culturais e de lazer. f) Melhorar as condições de embarque e desembarque nos terminais de transporte de passageiros domésticos da Baía de Todos os Santos (Bom Despacho, Terminal de São Joaquim e Centro Náutico da Bahia).
Objetivo Específico 5.3:	Implantação de um moderno terminal de cruzeiros marítimos no Porto.
Ações a serem desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> a) Implantar o terminal de cruzeiros marítimos. b) Qualificar os “corredores” de ligação do Porto aos transportes verticais para facilitar o acesso de pedestres ao Centro Histórico. c) Adequar o receptivo de turismo náutico para a Baía de Todos os Santos.
Objetivo Específico 5.4:	Estímulo a novos negócios vinculados à economia da atividade náutica.
Ações a serem desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> a) Reunir o acervo e implantar equipamento sobre os 500 anos de atividades náuticas e portuárias da Bahia, destacando o fato de o Porto de Salvador ter sido um dos primeiros da América Latina. b) Criar um centro de referência para apoiar e prestar serviços náuticos, capaz de atrair navegadores ainda que eles não se destinem a Salvador. c) Recuperar os fortes marítimos: São Paulo da Gamboa, São Marcelo, Lagartixa e Jequitaia. d) Ampliar a inserção de Salvador no roteiro das principais regatas internacionais. e) Criar condições para atracação e guarda de embarcações de lazer. f) Criar alternativas para a inclusão das atividades econômicas da população das colônias de pesca (Gamboa, Jequitaia, São Joaquim etc.).
Resultado Esperado:	Bairro do Comércio dinamizado e orla marítima do CAS revitalizada.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO F – Proposição 6: Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS.

PROPOSIÇÃO 6: Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS	
Objetivo Geral 6: Potencializar o uso e o acesso aos Espaços Culturais e Monumentos.	
Objetivo Específico 6.1: Recuperação dos edifícios que abrigam espaços culturais pertencentes ao Estado.	
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Abrir os equipamentos culturais nos finais de semana e feriados. b) Complementar o inventário das edificações pertencentes ao Estado que abrigam espaços culturais, considerando os 24 já pesquisados. c) Desenvolver projetos de reabilitação para três equipamentos em mau estado de conservação: Museu do Cacau, Espaço Xisto e Cine Teatro ICEIA. d) Concluir as obras em andamento e priorizar a execução de outras com recursos já captados. e) Elaborar novos projetos museográficos, em consonância com as novas tendências tecnológicas para projetos de exposição. f) Equipar os espaços culturais com equipamentos de informática, audiovisual e especializados. g) Capacitar e especializar o corpo técnico, responsável pela gestão e manutenção dos equipamentos culturais. h) Dotar de iluminação cênica 23 equipamentos do Estado identificados no diagnóstico. i) Dotar de iluminação cênica a Sede do IPAC e a Galeria Solar Ferrão, já com projetos executivos. j) Incentivar e apoiar o desenvolvimento de atividades culturais permanentes – concertos, oficinas etc. k) Criar mecanismos para gestão e sustentabilidade dos equipamentos culturais públicos. 	
Objetivo Específico 6.2: Requalificação dos Espaços Culturais pertencentes aos Poderes Municipal e Federal.	
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Abrir os equipamentos culturais nos finais de semana e feriados. b) Complementar o inventário das edificações pertencentes à União e ao Município que abrigam equipamentos e negócios culturais, considerando os 19 já pesquisados. c) Priorizar a conclusão das obras e projetos com recursos captados tais como: MUNCAB (em obra); Forte do Barbalho; Oratório da Cruz do Pascoal; e Mercado de São Miguel (recursos captados). d) Auxiliar na captação de recursos para projetos e execução de obras de restauração, priorizando os quatro equipamentos em mau estado de conservação: Museu de Arqueologia e Etnologia; Arquivo da Faculdade de Medicina da Bahia; Teatro Gregório de Mattos; e Museu da Cidade. e) Apoiar a captação de recursos para novos projetos museográficos em consonância com as novas tendências tecnológicas para projetos de exposição. f) Incentivar e apoiar ações para qualificação do corpo técnico. g) Dotar de iluminação cênica os 17 equipamentos/monumentos da União e do Município identificados no diagnóstico. h) Dotar de iluminação cênica os quatro equipamentos/monumentos da União e Município com projetos executivos (PRONAC): Oratório da Cruz do Pascoal; Plano Inclinado Gonçalves; Museu da Cidade e Casa do Benin. i) Criar mecanismos para gestão e sustentabilidade dos equipamentos culturais públicos. 	
Objetivo Específico 6.3: Requalificação dos Espaços Culturais pertencentes à iniciativa privada (Igrejas, Museus, Galerias, Arquivos, Sebos, Cinemas, Bibliotecas, Antiquários, Fundações e Centros Culturais).	
Ações a serem desenvolvidas: <ul style="list-style-type: none"> a) Estimular a abertura dos equipamentos culturais nos finais de semana e feriados. b) Complementar o inventário das edificações pertencentes à iniciativa privada que abrigam equipamentos e negócios culturais, considerando os 114 já pesquisados. c) Auxiliar na captação de recursos para projetos e execução de obras de restauração priorizando os 18 equipamentos em mau estado de conservação: Sociedade Protetora dos Desvalidos; Museu do Convento de Santa Clara do Desterro; Museu da Venerável Ordem 3ª do Carmo; Cine Astor; Poliana Antiguidades; Casa San Rafael; Casa dos Livros; Centro Cultural Islâmico da Bahia; Igreja da Ordem 3ª de São Domingos; Igreja de Nossa Senhora de Nazaré; Igreja de Santo Antônio Além do Carmo; Igreja e Convento Nossa Senhora Piedade; Igreja Nossa Senhora Saúde e Glória; Igreja e Convento 	

Nossa Senhora; Igreja da Venerável Ordem 3ª do Carmo; Igreja e Convento do Bom Jesus dos Perdões; Kembo Comércio de Artes e Presentes Ltda. e Teatro Gamboa Nova.

d) Apoiar a captação de recursos para novos projetos museográficos, em consonância com as novas tendências tecnológicas para projetos de exposição.

e) Promover ações para qualificação do corpo técnico.

f) Apoiar a captação de recursos para dotar de iluminação cênica 107 monumentos da iniciativa privada identificados no diagnóstico.

g) Apoiar a captação de recursos para dotar de iluminação Cênica 12 equipamentos com projeto (PRONAC): Residência do Arcebispo Primaz da Bahia – 2ª etapa; Sede da Coelba; Igreja do Passo; Igreja de São Miguel; Igreja Ordem 3ª do Carmo; Igreja Ordem 3ª de N. Sra. do Boqueirão; Igreja Matriz de Sto. Antônio Além do Carmo – 2ª etapa; Igreja da Saúde – 2ª etapa; Igreja N. Sra. do Rosário dos Pretos – 2ª etapa; Fundação Casa de Jorge Amado – 2ª etapa; Paço do Saldanha – 2ª etapa; Igreja e Museu da Ordem 3ª de São Francisco.

Objetivo Específico 6.4: Instalação de novos espaços culturais e requalificação dos monumentos.

Ações a serem desenvolvidas:

a) Implantar o Museu Náutico em imóvel a ser identificado.

b) Instalar no Museu do Ritmo o Centro da Música Negra e recuperar o imóvel.

c) Implantar a Biblioteca da Cultura Afrobrasileira.

d) Requalificar 20 fontes históricas.

e) Implantar o memorial dos artistas plásticos da Bahia.

f) Criar um núcleo da Cultura Latino-Americana (Mercosul) no Centro de Referência da Cultura da Bahia.

Resultado Esperado: Equipamentos culturais do CAS qualificados.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO G – Proposição 7: Estruturação do turismo cultural no CAS.

PROPOSIÇÃO 7: Estruturação do turismo cultural no CAS	
Objetivo Geral 7: Ampliar a competitividade do CAS a partir da estruturação do turismo cultural.	
Objetivo Específico 7.1: Implantar e divulgar roteiros turísticos permanentes, integrando e valorizando o Patrimônio material e imaterial do CAS.	
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Implantar dois roteiros básicos:</p> <p>a.1) circuito turístico-cultural da Cidade Alta - Campo Grande ao Forte Santo Antônio Além do Carmo (Largo do Santo Antônio);</p> <p>a.2) circuito turístico-cultural da Cidade Baixa – Avenida Contorno a Calçada (Feira de São Joaquim), considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a viabilidade técnico-financeira de inserção dos equipamentos nos roteiros; • as intervenções físicas, hierarquicamente, de acordo com as condições do equipamento; • a infraestrutura de transporte necessária à circulação dos visitantes. <p>b) Estimular as empresas de turismo e organizações do terceiro setor que trabalham com educação, cultura e turismo, a implantarem e operarem roteiros turístico-culturais, considerando os possíveis arranjos e a diversidade, a exemplo de: roteiro dos Mirantes (memorial das baianas e memorial Mário Cravo); roteiro do Barroco – traçado e história da cidade (casario, igrejas, museus); roteiro das Artes Visuais e Cinematografia – galerias, murais (ex: Carybé); roteiros dos Pesquisadores – arquivos, bibliotecas, centros culturais; roteiro Afro – capoeira, percussão e outros estilos musicais; roteiro do Artesanato; roteiro da Gastronomia; roteiro das Fontes; roteiro da Economia do Sagrado – Feira de São Joaquim, Mercado Modelo, Casas de Santo, Mercado de São Miguel; roteiro da Fé; roteiro dos caxixis, realizado por barcos à vela (saveiros); roteiro dos Fortes; roteiro Via Náutica; roteiro do Candomblé.</p> <p>c) Divulgar os roteiros no âmbito local, nacional e internacional.</p> <p>d) Implantar sinalização turística priorizando os Circuitos.</p> <p>e) Integrar os postos de informações turísticas aos roteiros propostos, considerando os roteiros sociais de base comunitária (existentes: Uruguai, Calafate, Alto do Cabrito).</p>	
Objetivo Específico 7.2: Incrementar o programa cultural utilizando as diversas linguagens artísticas.	
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Fomentar uma agenda cultural integrada no CAS.</p> <p>b) Fortalecer os grupos locais, de pequeno e médio porte, inserindo-os na dinâmica do turismo cultural, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o cadastro das organizações sociais e cooperativas do CAS, os grupos e expressões da cultura imaterial; • os grupos aptos para se inserirem nos circuitos culturais. <p>c) Estimular a formação de redes para troca de experiências e saberes.</p>	
Objetivo Específico 7.3: Melhoria da qualidade dos produtos turísticos.	
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Qualificar os produtos turísticos para ampliar sua competitividade: artesanato, culinária, festas populares, manifestações culturais, guia/folder.</p> <p>b) Inserir nos Planos de comunicação dos órgãos de turismo - Setur, Bahiatursa, Saltur- a divulgação dos produtos e serviços turísticos do CAS.</p>	
Objetivo Específico 7.4: Melhoraria da qualidade dos serviços turísticos.	
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Incentivar a certificação (empresarial e profissional) e qualificação dos serviços turísticos ofertados: hospedagem, traslados, restaurantes, empresas de turismo, serviços de informação, guias.</p> <p>b) Incentivar a formação de redes setoriais de equipamentos, serviços e manifestações culturais para otimizar e qualificar os serviços prestados.</p> <p>c) Criar programas permanentes de qualificação e atualização para os profissionais da rede turística e moradores para atender à mão-de-obra demandada pelos serviços turísticos.</p> <p>d) Criar programa de sensibilização e conscientização turística dirigido aos prestadores de serviços turísticos (taxistas, garçons), ambulantes e comunidade local.</p>	
Resultado Esperado: Turismo Cultural Qualificado.	

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO H – Proposição 8: Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS.

PROPOSIÇÃO 8: Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS	
Objetivo Geral 8: Aprimorar o atendimento ao segmento populacional vulnerável do CAS.	
Objetivo Específico 8.1: Integração das ações sociais voltadas para minimizar impactos do processo de marginalização social.	
Ações a serem desenvolvidas: a) Criar um espaço de discussão e troca de informações sobre os projetos, ações e estratégias, pelas práticas abaixo: <ul style="list-style-type: none"> • articular as organizações sociais e cooperativas do CAS para atuarem em parcerias com o Governo; • sistematizar, registrar e desenvolver material informativo das tecnologias sociais; b) Alinhar ações, junto ao Ministério Público, concernentes ao Termo de Ajuste de Conduta das crianças em situação de vulnerabilidade do Pelourinho. c) Realizar cursos de qualificação de agentes “redutores de danos”, de saúde e de formação de equipes de atenção básica.	
Objetivo Específico 8.2: Desenvolvimento de programa de participação comunitária com a população vulnerável, composta por cerca de 3 mil famílias moradoras de cômodos, cortiços e ocupações informais.	
Ações a serem desenvolvidas: a) Desenvolver ações de participação comunitária para as áreas de intervenção habitacional, priorizando os moradores de cômodos, ruínas e cortiços, considerando: <ul style="list-style-type: none"> • a realização de intervenções urbanísticas e habitacionais com acompanhamento, pelos atores sociais, de todas as etapas dos projetos; • a necessidade de espaços públicos e áreas de lazer para a população residente; • o favorecimento das relações interpessoais e a convivência coletiva; • a promoção de ações de educação ambiental; • a necessidade de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda; • alternativas educativas, culturais e lúdicas para crianças. b) Criar campanha educativa contra os principais males de saúde que acometem a população do CAS: doenças sexualmente transmissíveis, tuberculose, doenças cardiovasculares, gravidez irresponsável e de atenção à saúde da mulher. c) Desenvolver parcerias dos diversos atores que atuam na área com entidades que trabalham com os benefícios sociais, com especial atenção para jovens, crianças, idosos e mulheres a exemplo do Programa Eterna Juventude. d) Articular parceiros privados para desenvolverem programas de responsabilidade socioambiental nas intervenções habitacionais, a exemplo da Vila Nova Esperança – Rocinha (em andamento). e) Articular instituições para desenvolver projeto de formação de jovens para atuarem como agentes sociais e de turismo, considerando: <ul style="list-style-type: none"> • a utilização de técnicas e instrumentos de arte e educação; • as seguintes temáticas: identidade, história e cultural local, meio ambiente, trabalho, direitos humanos e cidadania; • o diagnóstico realizado nas dimensões social, econômica e cultural do Plano; • identificação e sistematização das ações educacionais realizadas no CAS. f) Criar programas específicos e parcerias para inclusão dos moradores do CAS, a partir dos dados do diagnóstico realizado de vulnerabilidade social. g) Alinhar as ações sociais nos três níveis de governo, de modo a assegurar à população do CAS o acesso a serviços qualificados de educação, formação profissional, saúde e assistência social.	
Resultado Esperado: Impactos do processo de marginalização social minimizados.	

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO I – Proposição 9: Otimização das condições ambientais.

PROPOSIÇÃO 9: Otimização das condições ambientais	
Objetivo Geral 9:	Promover a sustentabilidade ambiental no CAS.
Objetivo Específico 9.1:	Melhoria das condições ambientais no que se refere à geração e descarte de resíduos, poluição sonora, drenagem de águas pluviais e paisagem urbana.
Ações a serem desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> a) Implantar o Projeto de Coleta Seletiva, elaborado pelo Plano, oferecendo solução para os depósitos clandestinos de recicláveis existentes na área, considerando a realização de parcerias com as indústrias de bebidas. b) Articular, junto aos órgãos competentes, a limpeza sistemática das ruas, bocas-de-lobo, limpeza e monitoramento de áreas abandonadas, quintais e telhados de edificações (prevenção à dengue). c) Desenvolver campanhas permanentes de educação ambiental. d) Aplicar os instrumentos de coerção preconizados no Código de Polícia Administrativa, principalmente no que se refere à poluição sonora, visual e de resíduos, ao acondicionamento e horário de coleta do lixo e utilização dos espaços públicos pelos estabelecimentos comerciais. e) Incentivar a retirada do recobrimento das fachadas e marquises, com o controle dos engenhos publicitários e pintura das edificações para sua manutenção. f) Arborizar e valorizar as áreas verdes existentes.
Objetivo Específico 9.2:	Implementação do Programa de Certificação Ambiental desenvolvido para o CAS.
Ações a serem desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> a) Submeter minuta de Projeto de Lei do Executivo ao Poder Legislativo para aprovação. b) Elaborar o Decreto de Regulamentação. c) Constituir Comissão Certificadora para elaborar instrumentos técnicos de acompanhamento conforme regulamentação. d) Idealizar a programação visual e manual de uso da marca da certificação. e) Confeccionar peças de publicidade de acordo com a programação visual aprovada. f) Realizar oficinas de sensibilização junto aos comerciantes locais.
Objetivo Específico 9.3:	Avaliação e monitoramento da qualidade ambiental do CAS.
Ações a serem desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> a) Implantar sistema de monitoramento e controle, com o uso do instrumental especialmente desenvolvido (Índice de Danos Ambientais). b) Indicar a obrigatoriedade da adoção dos Estudos de Impactos de Vizinhaça sempre que as características do empreendimento assim justificarem.
Resultado Esperado:	Condições ambientais adequadas.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO J – Proposição 10: Requalificação da infraestrutura do CAS.

PROPOSIÇÃO 10: Requalificação da infraestrutura do CAS
Objetivo Geral 10: Melhorar as condições ambientais e de infraestrutura nas áreas de grandes fluxos urbanos.
Objetivo Específico 10.1: Melhoria da mobilidade urbana e a circulação de veículos motorizados e não-motorizados.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Melhorar as condições dos passeios, ruas e iluminação das vias de circulação, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> os projetos urbanísticos existentes e previstos; as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; a adequação do mobiliário urbano e supressão dos elementos de barreiras nos acessos; áreas de carga e descarga; baías para ônibus e abrigos; o estudo dos elementos de proteção dos sítios arqueológicos. <p>b) Melhorar a acessibilidade dos pedestres ao CHS, a exemplo de novos acessos ligando as cumeadas e passagem de nível.</p> <p>c) Regulamentar o número de vagas nas vias e áreas confinadas, considerando os estacionamentos existentes e propostos, a exemplo do da Barroquinha e Ajuda.</p> <p>d) Desenvolver programa educativo destinado aos pedestres e motoristas para minimizar os conflitos existentes.</p> <p>e) Dotar as principais vias de infraestrutura cicloviária: circuito 1: Campo Grande – Av. Sete de Setembro – Piedade – Rua Chile – Terreiro de Jesus – Passarela – Nazaré – Av. Joana Angélica – Piedade; circuito 2: Barroquinha – Aquidabã – Vale Nazaré – Dique – Lapa.;</p> <p>g) Adequar espaços para o comércio informal: Estação da Lapa, Av. Sete de Setembro, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Piedade e Praça Cayru.</p> <p>h) Destinar espaços para os ambulantes cadastrados e capacitados.</p> <p>i) Melhorar as condições de circulação de pedestres nas saídas dos grandes estabelecimentos e estações de transbordo.</p> <p>j) Designar espaços públicos para a realização de feiras temáticas, atividades periódicas de cultura e de lazer.</p> <p>k) Melhorar a sinalização existente nas áreas de grandes fluxos.</p> <p>l) Requalificar a Av. Joana Angélica.</p> <p>m) Executar as obras da passarela de interligação do Centro Histórico de Salvador à Av. Joana Angélica.</p> <p>n) Executar as obras da Av. J. J. Seabra, Rua Chile, Praça Castro Alves, Pilar, Taboão e Rua Ruy Barbosa.</p>
Objetivo Específico 10.2: Requalificar os terminais de transporte do CAS.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Requalificar os terminais do Aquidabã, da Lapa (estação de metrô e ônibus), da Barroquinha, da França, das Vassouras, considerando: criação de estacionamento periférico; sistema viário de circulação; integração com o projeto das ciclovias; priorização da circulação de pedestres, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.</p> <p>b) Otimizar o uso do espaço viário, principalmente nos horários de grandes fluxos, visando: desestimular a circulação de automóveis no CAS, ampliando os espaços de circulação dos pedestres e ciclistas, prevendo estacionamentos periféricos e sistema circular de transporte coletivo; aprimorar a qualidade do transporte público: ônibus/transporte mecânico e a possibilidade de transporte intermodal metrô-ônibus; adequar os abrigos e paradas de ônibus do percurso.</p> <p>c) Ampliar o acesso ao terminal da Lapa (Av. Joana Angélica), considerando: alternativas para a realocação e ou manutenção dos ambulantes Localizados no entorno a partir da racionalização do espaço físico; a requalificação e urbanização da área de entorno; a priorização da circulação de pedestres, pessoas com deficiência e Mobilidade reduzida; integração com as ciclovias; a reativação dos antigos sanitários públicos.</p>
Objetivo Específico 10.3: Implantar sanitários públicos no CAS.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Melhorar as condições dos sanitários públicos existentes e realizar campanha educativa para o uso adequado.</p>

b) Implantar novos sanitários, considerando o fluxo de pessoas e a demanda da área.

Objetivo Específico 10.4: Adequar os serviços de infraestrutura urbana.

Ações a serem desenvolvidas:

- a) Adequar a rede de infraestrutura às novas demandas geradas nas propostas do Plano (energia, água, telefonia, esgotamento sanitário, drenagem, etc.).
- b) Requalificar a iluminação pública do CHS.
- c) Dotar o CHS de redes subterrâneas de energia e comunicação.
- d) Implantar o Plano de prevenção a incêndios do CAS.
- e) Requalificar e dotar de infraestrutura os largos e praças do CAS.
- f) Adequar o 1º GBM (Quartel do Corpo de Bombeiros/Barroquinha) para atendimento à área do CAS considerando:
 - a reforma das estruturas físicas do Quartel;
 - o aumento do efetivo;
 - o aumento e renovação da frota;
 - o aumento e renovação dos equipamentos.

Resultados Esperados: Centro Antigo de Salvador com infraestrutura requalificada, população mantida na área central da cidade e com boas condições ambientais, sanitárias, de acessibilidade, mobilidade e estacionamentos. Melhoria do trânsito na área. Melhoria do ambiente urbano.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO K – Proposição 11: Redução da insegurança no CAS.

PROPOSIÇÃO 11: Redução da insegurança no CAS	
Objetivo Geral 11: Ampliar a Segurança Pública no CAS.	
Objetivo Específico 11.1: Redução dos índices de criminalidade.	
Ações a serem desenvolvidas:	
<p>a) Implantar o Plano de Segurança Pública do CAS, elaborado em outubro de 2008, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reativar o conselho comunitário de segurança pública, para intervir em fatores de risco identificados como precursores de comportamentos violentos ou criminosos como: evasão escolar, desemprego, violência familiar e consumo excessivo de álcool e drogas; • Reforçar o policiamento ostensivo, com ênfase no policiamento comunitário; • Qualificar a polícia para melhor atendimento ao turista e maior integração com os frequentadores e a comunidade; • Reestruturar e ampliar a Central de Monitoramento Eletrônico; • Rádio-patrolhamento Comunitário Especializado; • Reestruturar o 18º BPM, com a recomposição do seu efetivo, da sua frota, bem como a reforma da sua sede; • Acompanhar as manchas criminais, com a utilização da ferramenta de georreferenciamento, na distribuição do efetivo e posicionamento das câmeras; • A participação do Conselho Tutelar e Juizado de Menores; • Ações no combate à prostituição infantil, ao turismo sexual e ao tráfico de drogas. <p>b) Adequar a Delegacia de Proteção ao Turista – Deltur para prestar atendimento de qualidade à população e aos turistas, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • reformar as estruturas físicas, especialmente da 1ª CP; • aumentar os seus efetivos e qualificar os servidores; • aumentar e renovar as frotas; • reorganizar as áreas de responsabilidade territorial para melhor atendimento das demandas do CAS; • a divulgação dos serviços prestados pela DELTUR; • a capacitação dos funcionários da DELTUR em vários idiomas. <p>c) Incentivar a comunidade a denunciar as ocorrências criminais, funcionando como apoio para o registro estatístico e a ação policial, a exemplo do uso de rádio transmissor on line.</p>	
Objetivo Específico 11.2: Redução da sensação de insegurança.	
Ações a serem desenvolvidas:	
<p>a) Realizar campanha de informação para desmistificação da insegurança, considerando divulgação das ações positivas em várias dimensões do Plano (iluminação, intervenção urbanística, limpeza etc.).</p> <p>b) Criação de Rua 24 horas, com atividades socioeducativas para educação ambiental.</p> <p>c) Qualificar a guarda municipal a exercer atividades para relacionar, notificar crimes contra o patrimônio e de competência municipal.</p> <p>d) Implementar junto à guarda municipal os projetos do PRONASCI para a qualificação social da comunidade.</p>	
Resultado Esperado: Condições de segurança do CAS adequadas.	

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO L – Proposição 12: Valorização do CAS a partir da educação patrimonial.

PROPOSIÇÃO 12: Valorização do CAS a partir da educação patrimonial	
Objetivo Geral 12:	Promover o CAS como sítio histórico-cultural, de convívio e interação entre moradores e visitantes.
Objetivo Específico 12.1:	Implantação de programa de Educação Patrimonial para despertar o interesse da sociedade pela cultura e história da Cidade.
Ações a serem desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> a) Desenvolver programa de educação patrimonial e ambiental para moradores do CAS e de Salvador, que considere a elevação da auto-estima e a sensação de pertencimento, a partir de parcerias com os órgãos envolvidos com o patrimônio, como o IPAC, FGM, IPHAN, Instituições de Ensino, ONGs, dentre outros. b) Criar uma central de atendimento para que as escolas de educação básica, de ensino fundamental e médio possam fazer aulas públicas no CAS. c) Estimular as universidades a realizarem aulas no CAS e em seus monumentos. d) Implementar campanhas para atrair a população de Salvador para conhecer e freqüentar o Centro (que adote uma comunicação informativo-educativa com linguagem adequada aos diferentes públicos). e) Criar modalidade de premiação para iniciativas com práticas sociais sustentáveis e de visibilidade do patrimônio. f) Disponibilizar o conteúdo e resultados destas premiações, de forma sistemática, para mídia especializada. g) Propor a criação de legislação, regulamentando a educação patrimonial nas escolas de ensino fundamental e médio.
Objetivo Específico 12.2:	Suporte às políticas públicas, estudos técnicos e acadêmicos, a partir das informações e pesquisas realizadas para o Plano de Reabilitação.
Ações a serem desenvolvidas:	<ul style="list-style-type: none"> a) Fornecer subsídios às Secretarias de Estado e da Prefeitura de Salvador para a criação de Políticas Públicas relacionadas ao patrimônio cultural. b) Disponibilizar todo o conteúdo do Plano para consulta pública no Centro de Referência da Cultura. c) Fomentar junto às universidades e centros de pesquisa o desenvolvimento de novas pesquisas e teses acerca do CAS. d) Estabelecer convênios com as universidades para estimular pesquisas de temas relativos ao CAS em todas as suas dimensões. e) Participar de redes de discussão de centros históricos, seminários, palestras e fóruns. f) Criar uma rede social e cultural das organizações sociais do CAS.
Resultado Esperado:	Centro Antigo com ampla divulgação, reconhecimento e frequência.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO M – Proposição 13: Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia.

PROPOSIÇÃO 13: Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia	
Objetivo Geral 13: Preservar e difundir a cultura e história da Bahia, em especial do CAS.	
Objetivo Específico 13.1: Implantação do Centro de Referência da Cultura.	
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Elaborar projeto conceitual do Centro de Referência da Cultura da Bahia, no Palácio Rio Branco, como um Portal de memória da Cidade do Salvador, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o patrimônio material e imaterial; • as atividades culturais, educativas e turísticas; • a necessidade de integrar a história com as referências culturais e o espaço construído; • a interatividade entre a informação e o usuário; • os recursos tecnológicos para disponibilizar, em rede, as informações; • a utilização do espaço para exposições temporárias e permanentes; • a exposição permanente da maquete da Cidade do Salvador com destaque para os pontos turísticos e equipamentos culturais; • disponibilização de espaço para pequenos eventos; • a instalação do Gabinete do Governo para Receptivo; <p>b) Elaborar projeto arquitetônico e tecnológico que contemple exposição interativa, eventos educativos e turísticos, além do Gabinete do Governo para Receptivo, considerando o Projeto Conceitual e de Sistematização.</p> <p>c) Executar as obras do Centro de Referência.</p> <p>d) Implantar Pontos de Apoio ao Centro de Referência nos seguintes equipamentos: Rodoviária, Aeroporto, Terminal do Ferry Boat, Mercado Modelo, Farol da Barra, Forte Santo Antônio, entre outros, alinhados com os postos de informação da Bahiatursa e Saltur.</p>	
Objetivo Específico 13.2: Implantação de sistema integrado de informações culturais e turísticas.	
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Sistematizar o conteúdo para o Centro de Referência da Cultura da Bahia, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • mapeamento, cadastramento e registro do acervo histórico e cultural; • mapeamento e registro do patrimônio imaterial – formas de expressão, celebrações, saberes e fazeres; • a formação de redes de informação e divulgação de equipamentos, serviços e conteúdos culturais; • o incentivo à criação/participação de representantes de redes setoriais segundo os propósitos do Ministério da Cultura; • o desenvolvimento de um Sistema de Informação do CAS em sintonia com os Sistemas Nacional e Estadual de Cultura e Turismo; • a implementação de solução audiovisual interativa de disponibilização de conteúdo. 	
Resultado Esperado: Centro de informação histórico e cultural criado e em funcionamento.	

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.

ANEXO N – Proposição 14: Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação.

PROPOSIÇÃO 14: Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação
Objetivo Geral 14: Confirmar a vontade política para implantar o Programa de investimentos garantindo mecanismo de gestão.
Objetivo Específico 14.1: Implantação da Estrutura de Gestão.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Definir a estrutura de gerenciamento para implantar o Programa de Investimento, executar as obras e ações previstas garantindo a sua implantação e sustentabilidade até sua conclusão em 2014.</p> <p>b) Instituir o Conselho Gestor do Plano formado por representantes da Prefeitura, do Estado, da União e dos segmentos organizados.</p> <p>c) Instituir um Conselho Deliberativo de Políticas Públicas, assegurando a participação da sociedade civil organizada nas decisões.</p>
Objetivo Específico 14.2: Implantação da modelagem financeira para viabilizar os investimentos estimados em R\$ 627 milhões.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Dar continuidade as Parcerias com o Setor Privado, a exemplo da Dow Brasil, Albasa, Fórum para implementar ações de interesse comum.</p> <p>b) Implantar um Fundo de Investimentos Imobiliário - FII a partir do patrimônio imobiliário comercial do Estado na área do CAS, estimado em R\$ 60 milhões, de forma a viabilizar investimentos concorrentes para sustentabilidade do CAS, considerando as seguintes possibilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a adesão da iniciativa privada; • instrumentos do mercado de capitais; • retorno das operações financeiras; • doações; • outros; <p>c) Captar recursos financeiros para os investimentos do Plano, estimados em R\$ 627 milhões, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aporte do Estado, da PMS e da União; • transferências voluntárias; • empréstimos e financiamentos; <p>d) Disponibilizar programa de incentivos, através de uma política de benefícios para aqueles que atuam com responsabilidade patrimonial dentro do CAS.</p> <p>e) Atrair o setor da construção civil para investir em negócios no CAS.</p> <p>f) Utilizar instrumentos urbanísticos e tributários para inserir os imóveis e terrenos ociosos no mercado imobiliário.</p>
Objetivo Específico 14.3: Avaliação e Monitoramento.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Desenvolver sistema de acompanhamento e monitoramento, que adote indicadores que permitam adequações durante o processo, através de avaliação (interna e externa) de cada conjunto de ações nos seguintes aspectos: social, econômico, urbanístico etc., auferindo resultados quantitativos e qualitativos.</p>
Objetivo Específico 14.4: Fortalecimento da estratégia de comunicação do Plano.
<p>Ações a serem desenvolvidas:</p> <p>a) Implementar as ações previstas no Programa de comunicação.</p> <p>b) Desenvolver estratégias para oferecer suporte às proposições.</p> <p>c) Publicar o Plano em livros e meio digital.</p> <p>d) Gerir a informação interna e externa.</p> <p>e) Dar continuidade à estratégia de comunicação com a criação de peças gráficas, atualização do blog, participação em premiações, elaboração de artigos e releases e criação de campanhas publicitárias.</p> <p>f) Criar eventos técnicos para troca de informações e conhecimentos.</p>
Resultado Esperado: Plano com estrutura de gestão implantada e em funcionamento.

Fonte: Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Escritório de Referência do Centro Antigo. UNESCO, 2010.